



**Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Livia Sgarbosa

**O COLÉGIO SÃO BENEDITO E A ESCOLARIZAÇÃO DA
POPULAÇÃO NEGRA EM CAMPINAS-SP NO INÍCIO DO
SÉCULO XX**

**São Carlos – SP
2018**



**Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Lívia Sgarbosa

**O COLÉGIO SÃO BENEDITO E A ESCOLARIZAÇÃO DA
POPULAÇÃO NEGRA EM CAMPINAS-SP NO INÍCIO DO
SÉCULO XX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento.

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana

**São Carlos – SP
2018**




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

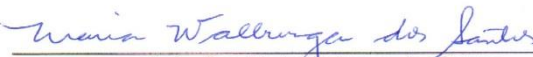
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

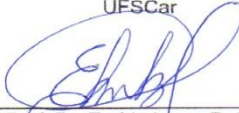
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Livia Sgarbosa, realizada em 29/10/2018:



Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento
UFSCar



Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos
UFSCar



Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
UNIVAS

Agradecimentos

“Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem o perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.”

João Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas.

O amor moveu toda resistência que precisei para não desistir:

O amor pela causa, por acreditar verdadeiramente que as pessoas são iguais, e que precisamos escrever a respeito da desigualdade, do racismo e da construção desta sociedade injusta.

O amor dos professores que em momento oportuno me fizeram acreditar na possibilidade deste passo, Luciane Oliveira, Luci Crispim Pinho Micaela e Sidney Aguillar Filho; de Mauro e Fatima Evangelista, netos de Benedito Evangelista, por me deixarem fortemente motivada a olhar para os acontecimentos do Colégio São Benedito; do meu orientador Manoel Nelito Matheus Nascimento, por ser generoso e compreensivo, em tantos momentos que precisei.

E o meu amor de mãe aos meus filhos Pedro, João e Paulo.

Gratidão à vida pelo acesso a todos esses sujeitos que participaram direta e indiretamente desta escrita.

RESUMO

No período do pós-abolição e da Primeira República entre os anos de 1888 e 1930, a população negra foi alijada das condições mínimas para integrar-se à sociedade brasileira, que passava por transformações com o objetivo de desenvolver a nação. Vivenciava profundo entusiasmo pela educação, considerada como redentora e capaz de retirar o Brasil da situação de atraso provocado pelo período do escravismo colonial. A defesa da expansão das escolas e da ampliação da oferta de vagas não se aplicava aos negros, que encontravam barreiras para acesso à educação. Nesse contexto, a Irmandade São Benedito iniciou, no final do século XIX, na de Campinas, interior do Estado de São Paulo, a oferta de educação para os irmãos e seus filhos dos “homens de cor”, buscando suprir a falta de vagas nas escolas públicas. Este trabalho procurou compreender como o professor Francisco José de Oliveira constituiu e manteve o funcionamento do Colégio São Benedito no período de 1902 até 1936 e a participação do Colégio São Benedito e a atuação dos professores negros Francisco José de Oliveira e Benedito Evangelista no processo de escolarização da população negra de Campinas, no período pós-abolição, no início do século XX. O Colégio São Benedito, fechou suas portas em 1936, e os membros se viram a deriva, porém a luta dos educadores que estavam envolvidos nesta instituição educacional, perdurou por décadas, através de um processo de litígio de reintegração de posse. O trabalho procurou então compreender essas passagens e a atuação dos educadores, a luta da população negra pelo acesso a educação, os enfrentamentos no processo de litígio, cerceados pelo descaso e o racismo da sociedade brasileira. Essa pesquisa realizou-se por meio de pesquisas bibliográfica e documental. As fontes históricas foram pesquisadas no Centro de Memória da UNICAMP (CMU), nos arquivos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Campinas e no acervo do prof. Benedito Evangelista, com documentos do Colégio São Benedito.

Palavras-chave: Educação de negros; Colégio São Benedito; Francisco José de Oliveira; Benedito Evangelista; Pós-abolição; Educação e Irmandades.

ABSTRACT

In the post-abolition period and in the First Republic, the black population was removed from the minimum conditions to integrate into Brazilian society, which underwent major transformations with the goal of developing the nation. There was a great enthusiasm for education, considered as redemptive and capable of removing Brazil from the situation of backwardness caused by the long period of colonial slavery. Defending the expansion of schools and expanding the supply of places did not apply to blacks, who encountered many barriers to access to education. In this context, the Irmandade São Benedito began, at the end of the 19th century, in Campinas, the offer of education for the brothers and their children of the "men of color", seeking to fill the vacancies in public schools. With this work, we try to understand how the professor Francisco José de Oliveira constituted and maintained the functioning of the Colégio São Benedito in the period from 1902 to 1936 and the participation of the Colégio São Benedito and the performance of the black professors Francisco José de Oliveira and Benedito Evangelista in the process of emancipation of the black population of Campinas, in the post-abolition period, in the early twentieth century. The Colégio São Benedito closed its doors in 1936, and members found themselves drifting, but the struggle of the educators who were involved in this educational institution, lasted for decades, through a litigation process of reintegration of possession. The work then sought to understand these passages and actions of the educators, and was carried out through bibliographical and documentary research. The historical sources were searched in the Memory Center of UNICAMP (CMU), in the archives of the City Hall and Campinas City Council and in the collection of prof. Benedito Evangelista, with documents from the Colégio São Benedito.

Keywords: Black education; Colégio São Benedito; Francisco José de Oliveira; Benedito Evangelista; Post-abolition.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMU	Centro de Memória da UNICAMP
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCB	Partido Comunista Brasileiro
FPHC	Federação Paulista dos Homens de Cor

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Colégio São Benedito -Sala de aula 1ºano - 1936
Figura 2	Benedito Evangelista - Rua Moraes Salles, Campinas - SP Local da Sede do Colégio São Benedito
Figura 3	Fachada principal Colégio São Benedito
Figura 4	Comprovante de Isenção de Imposto Predial - Processo de Litígio

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
1 AS RELAÇÕES RACIAIS EM CAMPINAS NO PÓS-ABOLIÇÃO E NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	16
1.1 O negro no contexto histórico do pós-abolição e da primeira república.....	16
1.2 A luta do negro pela inserção na sociedade.....	22
1.3 A luta da população negra por educação.....	33
1.4 Associativismo negro em Campinas.....	36
1.4.1 Irmandade de São Benedito.....	38
1.4.2 Federação Paulista dos Homens de Cor.....	45
2 O COLÉGIO SÃO BENEDITO E O PROF. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA....	47
2.1 O Professor Francisco José de Oliveira.....	50
2.2 A fundação e o desenvolvimento do Colégio São Benedito.....	59
3. O FECHAMENTO DO COLÉGIO SÃO BENEDITO E O PROF. BENEDITO EVANGELISTA.....	75
3.1 O Professor Benedito Evangelista.....	80
3.2 O encerramento nas atividades do Colégio São Benedito e o processo judicial ...	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
Fontes:.....	101
Referências.....	101

INTRODUÇÃO

A História do Brasil é marcada por longos trezentos e cinquenta e oito anos de escravidão, isto é entre os anos 1530, quando chegaram aqui os primeiros africanos escravizados e a abolição em 1888, esse período é caracterizado também por movimentos de luta e resistência da população afro-brasileira em todas as instâncias da sociedade brasileira, inclusive na educação.

O período, que compreende os primeiros anos pós-abolição e o início do período Republicano, foi fortemente marcado pelos discursos do racismo científico e do branqueamento da população brasileira, bem como por um enfraquecimento do movimento de emancipação dos afro-brasileiros. (DOMINGUES, 2004).

Foi nesse contexto que a Irmandade São Benedito conseguiu construir uma história particular. Criada em 1831, ainda na vigência da escravidão, ela é fruto da luta de um negro ex-escravizado, que atuava na sociedade como curandeiro, o Mestre Tito, pessoa respeitada pela alta sociedade local. A busca de recursos para a construção da capela a São Benedito levou à criação da Irmandade São Benedito, que se tornou um espaço de convivência da população negra.

Apesar de dirigir todo o processo de arrecadação de recursos para a construção da capela, quando Mestre Tito morreu, a elite que participava¹ do empreendimento não permitiu que seu corpo fosse sepultado na sede religiosa, tal qual era o seu desejo.

É importante considerar que, naquele momento, as irmandades em Campinas tinham espaços condicionados às relações étnico raciais. As Irmandades de Santa Cruz, na atual Matriz do Carmo, e do Santíssimo Sacramento, na Matriz Nova, eram espaços reservados dos brancos, os negros tinham a Irmandade São Benedito e os mulatos, a Nossa Senhora do Rosário. Sendo assim, a Irmandade São Benedito não era um espaço autônomo da população negra, porém, levando em consideração as características do período escravocrata, ela era um dos únicos âmbitos que permitiam suas reuniões e convivências participativas.

¹ Mestre Tito arrecadava os recursos e fazia empréstimos em seu próprio nome nos comércios da cidade. As mulheres que circulavam a irmandade junto com os representantes da igreja, por sua vez, não necessariamente eram as que financiavam o projeto.

No projeto inicial da Irmandade idealizado por Mestre Tito, estava prevista a construção de uma casa de educação para os filhos dos homens de cor. A efetivação dessa ideia iniciou-se com os subsídios da elite campineira e ainda na vigência do período escravocrata foi registrada a Sociedade de Instrução São Benedito. O exemplar do Jornal *Cidade de Campinas*, datado de 23 de junho de 1887, traz notícias da reabertura da escola com descrições das salas de aula, datas de matrículas e nomes de professores que ministrariam as aulas. Não há registros do tempo de funcionamento do colégio ao longo de alguns anos, entretanto, é possível supor que ele tenha sido desativado, voltando a funcionar em 1902, quando o professor Francisco José de Oliveira chegou a Campinas.

O Colégio São Benedito foi criado pela Irmandade São Benedito com o objetivo de educar os “irmãos de cor”, tratamento que utilizavam entre si os membros dessa instituição. Documentos do colégio e publicações em jornais mostram que, a partir do ano citado, a irmandade ganhou maior participação na sociedade local e as atividades da escola foram intensificadas. (PEREIRA, 2001).

A instituição passou a participar de desfiles e organizá-los em comemoração ao dia 13 de maio e, também como fruto da expansão do movimento, alguns de seus participantes, liderados pelo professor e diretor do Colégio São Benedito, fundaram o Centro Literário dos Homens de Cor, que passou a publicar o jornal *O Baluarte*. Foram localizados dois exemplares desse periódico e neles é possível notar a militância dos membros, embora dentro das possibilidades e contexto do período.

À medida que o Colégio ganhou visibilidade na cidade e passou a atuar de forma militante, algumas intervenções da igreja e da sociedade local foram percebidas através da aproximação de membros da elite local, muitos deles integrantes do partido Republicano Paulista, e da repressão da igreja Católica. Em 1905, os membros do Centro Literário dos Homens de Cor, que naquele momento passou a chamar-se Federação Paulista dos Homens de Cor (FPHC), incluindo o diretor do Colégio, professor Francisco José de Oliveira, foram desligados da instituição de ensino. Alguns fatos nos levaram a compreender que as motivações seriam os desvios de atuação do Colégio, através da militância nas atividades do Centro.

O professor Francisco José de Oliveira, mineiro, ex-seminarista e formado em magistério, em visita por Campinas, ficando hospedado no bar do Sr. Chico Vilela,

onde esteve em contato com alguns membros da Irmandade São Benedito. Estes teriam pedido que o professor fixasse endereço na cidade, com o objetivo de auxiliar na educação dos filhos dos homens de cor², Oliveira passou a trabalhar como professor no então recém fundado Colégio São Benedito.

Aproximadamente dois anos depois inicia-se, a vida do Colégio fora das dependências da Irmandade São Benedito, em meados de 1905. A nova sede alugada, ficava na Rua Moraes Sales, nº 109, e, conforme indicam documentos da Câmara Municipal de Campinas, passou a receber isenção de impostos por ministrar ensino gratuito às crianças pobres. Os exames do período mostram que o Colégio teve alcance satisfatório nos índices educacionais, porém sobrevivia com intensa dificuldade financeira.

A atuação da Federação Paulista dos Homens de Cor e do Colégio são acompanhadas de perto por membros da elite Campineira, principalmente os políticos do Partido Republicano Paulista, mantendo-se atuante na sociedade local, porém, aos poucos, é possível notar que a relação de dependência financeira com os membros da elite gerava limitações na atuação do grupo. No período de 1911 a 1920, de um modo geral, o panorama não se modifica, isto é, a Federação Paulista continua como entidade que assume cada vez mais o compromisso de comemorar a data de 13 de maio. A Federação contava com a “ajuda financeira de capitalistas” em 1914 e, por força dos que ajudavam, teve que simplificar as comemorações, homenageando, neste ano e no seguinte, a memória de republicanos falecidos. Em 1917, sem movimentação de rua, sem banda e sem desfile, a Federação fez uma sessão na sua sede, contando apenas com as representações de entidades negras. (MARCIEL, 1987, p. 66.)

Em 1913, o Colégio começou a atuar como internato e os alunos internos pagavam mensalidades. No ano seguinte, houve a compra do prédio do Colégio, que, até então, funcionava em sede alugada. Em 1936, o prof. Francisco José de Oliveira faleceu e inicia-se uma lacuna nos relatos e trabalhos a respeito do Colégio.

Existe um único trabalho acadêmico que aborda a história do Colégio São Benedito, com delimitação da temporalidade entre os anos de 1896 e 1914, quando a sede foi adquirida. Algumas publicações registram que as atividades do Colégio São

² Homens de Cor, eram sujeitos bem colocados socialmente, sendo assim havia diferenças entre os ‘pretos’ e os ‘homens de cor’ e que para o engrandecimento da raça e o fim dos preconceitos e exclusões, todos os ‘pretos’ deveriam metamorfosear-se em ‘homens de cor’.

Benedito encerraram-se em 1936, após o falecimento do prof. Francisco. No entanto, através de pesquisas realizadas no Centro de Memórias da UNICAMP (CMU), encontramos recortes de jornais e documentos anexos ao processo judicial, que transcorreu na Justiça de Campinas por aproximadamente cinquenta anos, sobre a posse do Colégio São Benedito, tendo como reclamante a Federação Paulista dos Homens de Cor representada pelo professor Benedito Evangelista. Tais documentos mostram que a história do Colégio não teria se encerrado em 1936. Supostamente, houve uma disputa pelo prédio da sede colégio e, também, a exclusão da Federação Paulista dos Homens de Cor da administração da instituição escolar.

Os documentos do CMU mostram, também, que Benedito Evangelista foi aluno e professor e que era o presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor no período do falecimento de Francisco José de Oliveira.

O jornal campineiro *Correio Popular* de 1986 entrevistou o prof. Benedito Evangelista, último diretor e reclamante da ação judicial, que solicitava o direito à sede do colégio. Nesse momento, o entrevistado conta que o prof. Francisco José de Oliveira era o proprietário legal da sede do Colégio São Benedito quando faleceu em 1936. Porém, após seu falecimento, a sede foi destinada ao Sr. Quintino de Paula Maudonnet, o qual era depositário da Instituição. Segundo a entrevista do prof. Benedito, o Sr. Quintino teria fundado, após a morte do professor Francisco, a “Associação Colégio São Benedito” com o objetivo de promover uma confusão sobre a posse do colégio. Dessa maneira, ele se tornou o depositário³ dos bens do ex-proprietário do colégio que não tinha herdeiros.

Com a destinação do patrimônio material e social ao Sr. Quintino, as atividades do colégio foram encerradas. Nesse período, o prof. Benedito Evangelista era ainda o presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor. De maneira confusa, no processo, ainda aparecem relatos de alunos em 1937, dizendo-se moradores no internato.

³ O depositário público ou particular – é um auxiliar da administração da justiça; detém ele a coisa penhorada pelo dever funcional que decorre de sua qualidade de auxiliar do juízo no processo de execução. “o depositário não tem posse sobre os bens penhorados: “o que tem é poder público sobre a coisa, resultante de seu dever detê-la, até que o juiz mande entregá-la”. Trata-se, portanto, “de uma relação de direito público entre o depositário e o Poder Judiciário, acerca de uma coisa do domínio particular. MARQUES, José Frederico. 1912. Manual de Direito Civil. São Paulo: Saraiva 1985-1986;.

Em contato com a família do prof. Benedito Evangelista, ouvimos o relato de sua neta, que alega que o avô dizia fortemente ter sido vítima de racismo, pois, quando os “brancos” começaram a se envolver com o colégio, tomaram posse da propriedade. No processo, existem relatos dos depositários mencionando que a ação dos membros da Federação era ingrata e digna de homens com uma inteligência inferior.

Este trabalho procurou compreender como o professor Francisco José de Oliveira conseguiu constituir e manter o funcionamento do Colégio São Benedito pelo longo período de 1902 até sua morte, em 1936, bem como as relações que foram estabelecidas por esse educador e seu grupo, as quais permitiram inclusive a aquisição e ampliação da sede do colégio. Buscamos entender, também, a participação do Colégio São Benedito de Campinas-SP (1902-1936) e a atuação dos professores negros Francisco José de Oliveira e Benedito Evangelista no processo de emancipação da população negra de Campinas, no período pós-abolição e no início do século XX. Além disso, pretendo reconstruir a história do Colégio no período posterior a 1914 até o seu fechamento em 1936, considerando o contexto do falecimento do prof. Francisco, do fechamento do colégio e do processo judicial de disputa da instituição.

Sendo assim, esta dissertação situa-se no campo de estudo da História da Educação, com interface com o campo de estudos das Relações Étnico-Raciais. Ressaltamos, também, que ainda são poucas as pesquisas sobre a História da Educação da população negra, em particular no início do século XX, quando a oferta de vagas nas escolas eram reduzidas e com muitas restrições para aceitar os filhos da população negra.

Para a produção deste trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada primordialmente com as obras de Jacinto Ramatis, Petrônio Domingues, Cleber da Silva Maciel, José Galdino Pereira, Rosa Fatima de Souza e outras produções descritas na referência bibliográfica. Sobre as fontes históricas do colégio São Benedito, notamos que são escassas e, muitas vezes, contraditórias. Petrônio Domingues, na obra “Uma história não contada: Negro, Racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição” (DOMINGUES, 2004), corrobora com o sentimento de dificuldade nas pesquisas sobre essa temática:

Portanto, é pertinente formularmos a seguinte questão: será que a ausência dos ex-escravos e negros de um modo geral dos anais da história no período pós-abolição é fortuita ou está inserida numa determinada visão histórica? A eliminação, no período pós 13 de maio de 1888, da “mancha negra” das áreas de pesquisa provavelmente esteja

no bojo de uma linha ideológica de construção do conhecimento histórico eurocentrista, paulista e por que não dizer movida por um certo preconceito racial, ainda que silenciado.

Como exemplo da situação das fontes, temos o Arquivo Municipal da cidade de Campinas, onde existe um acervo de pastas dos colégios criados em Campinas. O Colégio São Benedito não tem pasta nesse acervo. Além disso, a localização das fontes está bem fragmentada, pois encontramos parte das fontes no processo jurídico de reintegração de posse do Colégio que está no CMU (Centro de Memória da Unicamp), onde foram coletados alguns depoimentos e informações sobre as características do colégio e na Câmara Municipal, na qual há algumas informações nos livros de resoluções, que indicam que os membros da instituição solicitavam isenção de impostos. Os demais documentos foram obtidos com a família do prof. Benedito Evangelista, que possui parte do acervo de documentos do Colégio São Benedito.

O trabalho está organizado em três capítulos:

No primeiro, abordamos o contexto histórico do pós-abolição e da Primeira República, quando, em meio ao processo de segregação da população negra, os negros lutaram pela inserção na sociedade, no mercado de trabalho e, com afincos, pela educação. A luta pelo acesso da população negra às instituições escolares, levou à fundação do Colégio São Benedito.

O segundo capítulo trata da criação e do desenvolvimento do Colégio São Benedito, bem como da atuação do professor Francisco José de Oliveira. Discute as intenções da fundação da Sociedade de Instrução de São Benedito e de seu trajeto até a fundação do Colégio São Benedito, abrangendo o percurso das vivências do professor Francisco José de Oliveira, desde sua chegada a Campinas, considerando o contexto que resultou em sua contratação como diretor do Colégio e contemplando, ainda, suas propostas educacionais e objetivos para a promoção da população campineira negra. O capítulo, em questão, também contempla as motivações, a atuação e as consequências da fundação da Federação Paulista dos Homens de Cor, bem como os resultados das publicações feitas pela Federação, assinadas pelo professor no jornal *Baluarte*, como, por exemplo, a programação da comemoração do dia 13 de maio, e sua influência no desligamento dos membros do Colégio São Benedito.

O terceiro capítulo apresenta, por fim, acontecimentos posteriores ao ano de 1936, quando o professor Francisco José de Oliveira faleceu, e aborda a atuação do

professor Benedito Evangelista, o fechamento do Colégio em 1936 e a disputa judicial pela posse dos bens do colégio.

Este trabalho objetivou resgatar os acontecimentos da experiência do Colégio São Benedito e dos educadores Francisco José de Oliveira e Benedito Evangelista, com a finalidade de contribuir para a compreensão da influência da segregação da população afro brasileira na construção da sociedade atual.

1 AS RELAÇÕES RACIAIS EM CAMPINAS NO PÓS-ABOLIÇÃO E NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Este capítulo analisa a situação da população afro-brasileira, no pós-abolição e ao longo do período da primeira república, com o objetivo de compreender os elementos que determinavam as condições precárias de sobrevivência dos negros e as práticas segregacionistas que impediam o ingresso desses sujeitos no mercado de trabalho e nas poucas escolas existentes em São Paulo naquele período.

1.1 O negro no contexto histórico do pós-abolição e da primeira república

Ao longo do século XIX, o Brasil enfrentou muitas pressões internacionais pela extinção da escravidão, em especial por parte da Inglaterra que, ainda no período da Monarquia, assinou tratados com a Inglaterra⁴, os quais, mesmo após a proclamação da República, manteve o Brasil subordinado aos ditames ingleses.

Com a plena ascensão do capitalismo industrial e as ações imperialistas do Reino Unido, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Japão, Rússia, Império Otomano e dos Estados Unidos nos povos africanos, asiáticos e centro sul-

⁴ Afrânio Mendes Catani, na obra *A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. 1976, trata do tema, segundo o autor:

A Inglaterra que passou pelo processo de inserção do Capitalismo iniciou uma luta pela abolição do comércio de escravos. Em 25 de março de 1807, após uma luta demorada e acirrada, dentro e fora do parlamento inglês, foi declarado ilegal traficar escravos a partir de 1º de maio de 1808. A aprovação e o apoio popular tinha cunho moral e econômico, visto que Brasil e Cuba eram rivais potências na produção de açúcar.

Sendo assim, a aprovação de tal lei visava que a Inglaterra começasse a exercer pressão sobre os países que realizavam o tráfico transatlântico e que fizesse acordos abolicionistas, permitindo o cumprimento da própria legislação antiescravista e autorizasse a marinha britânica a policiar as áreas frequentadas pelo comércio negreiro em ambos os lados do Atlântico.

Embora o Brasil mantivesse uma relação econômica de dependência com a Inglaterra, adiou o máximo possível a adesão a tal pressão, visto a importância dos recursos financeiros arrecadados com o tráfico negreiro para a Coroa que chegou a representar em imposto 4/5 da receita arrecadada. Com a Independência e o aumento da dívida do Brasil com os britânicos, D. Pedro cedeu às pressões e em 23 de novembro de 1826, assinou um acordo antitráfico e, em março de 1830, o tráfico seria considerado ilegal. Sem efeitos práticos, em 1845, o Brasil novamente é chamado para a questão e concorda com o Bill Aberden, permitindo assim que a Grã Bretanha se valesse do artigo 1º, do tratado assinado em 1826. A Inglaterra adquiria, assim, o direito de ordenar a captura de todos os súditos brasileiros encontrados em Alto Mar traficando escravos, ainda assim o tráfico na costa brasileira continuou firme, devido à importância econômica da cultura do café.

Finalmente, em 04 de novembro de 1850, o projeto de lei antitráfico de Eusébio de Queiroz tornava-se lei e a importação de escravos para o Brasil tornava-se ilegal.

americanos. O interesse da burguesia industrial em expandir o mercado de consumo intensificou as pressões pela substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado e livre nos países colonizados que ainda mantinham o trabalho escravo.

Além das pressões por razões políticas, econômicas e dos movimentos de esquerda, razões humanitárias para a extinção da escravatura, havia também pressão pela abolição alicerçada pelas teorias racistas, que se tornaram subsídios da burguesia industrial na continuidade da exploração do trabalho do homem, porém, agora, na condição de trabalhador livre.

Os países colonizadores da Europa vinham liderando os movimentos abolicionistas, os quais tiveram repercussão no Brasil, principalmente devido às pressões dos ingleses, que se intensificaram em 1845, quando a Inglaterra aprovou a Lei Bill Aberdeen, que estabeleceu a proibição do tráfico de escravos em todo o mundo e atribuiu ao Reino Unido o direito de aprisionar qualquer navio suspeito de carregar escravos.

Nos anos seguintes, difundiram-se os discursos abolicionistas, no território brasileiro e, ainda que o Estado tivesse instituído algumas leis favorecendo escravizados e ex-escravizados, na prática, a opção foi atender aos interesses dos fazendeiros, especialmente dos cafeicultores do sudeste, no sentido de prolongar, ao máximo, as bases da nação escravocrata.

Desde as leis abolicionistas da década de 1850 até a assinatura da Lei Áurea (1888)⁵, era crescente e alarmante aos olhos da elite latifundiária, o número de escravizados que já haviam conseguido a liberdade por meio da alforria, rebeliões e fugas.

[...] o número de alforrias aumentou rapidamente a partir de 1886. Em São Paulo, a matrícula de 30 de março de 1887 registrava apenas 107.329 escravos. Dois anos antes ela fora de mais de 150.000. Em meados de um ano, as coletorias tinham registrado 40.000 alforrias, sem falar nas que não tinham ainda sido registradas. A esses números deve-se somar o de escravos fugidos, para que se possa ter ideia da gravidade da situação que os fazendeiros paulistas enfrentavam. Ficava cada vez mais claro que a situação era insustentável. (COSTA, 2001, p.90).

Segundo Aguilar (2011), o racismo foi um instrumento ideológico do capitalismo a partir da segunda metade do século XIX, desempenhando o papel de

⁵ Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871; Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885.

sustentador do ideal de progresso da civilização, em processo fundamentado e justificado pela ciência, que tratou de naturalizar a dominação da raça considerada mais evoluída, com a finalidade de levar a civilização e o progresso aos inferiores bárbaros primitivos.

Para além dos problemas relativos à substituição de mão de obra ou conservação da hierarquia, era necessário estabelecer critérios de cidadania diferenciados. É nesse sentido que o tema racial ganha ênfase, através de um paradoxo, a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento.

Teorias raciais passam a ser desenvolvidas e defendidas no território brasileiro, herdadas da Europa. Schwarcz, na obra *O Espetáculo das Raças*, conceitua e teoriza as diferentes vertentes científicas do racismo no período discutido: para a autora,

O Darwinismo Social, suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Raças humanas não permanecem estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento. Obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma [...] (SCHWARCZ, 2004,p. 18).

Schwarcz (2004) salienta ainda, o papel dos “ Homens de Ciências” que tinham assim a tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista, para o destino da nação, eram sujeitos que se misturavam entre cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmico e missionários, esses intelectuais irão mover-se nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: aceitação de teorias estrangeiras, que condenavam cruzamento racial e a adaptação desta a um povo que já se achava muito miscigenado. Aponta ainda que as alternativas do momento iam da:

Frenologia, dos museus etnográficos à leitura fiel dos germânicos na Escola de Recife, análise literal da Escola de Direito Paulista, ou pela interpretação “Católico Evolucionista”, até chegar ao modelo eugênico, das faculdades de medicina. A fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico em 1838 responde também à lógica do contexto que segue à emancipação política do país. Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como um estabelecimento ligado a forte oligarquia local, associada financeiramente e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia. (SCHWARCZ, 2004 p.24)

Os primeiros grupos de intelectuais brasileiros do século XIX estavam vinculados diretamente às elites econômicas financeiras do país, porém eram sujeitos

com formação bastante homogêneas, As diferenças regionais são percebidas, primeiramente, com o fortalecimento da produção cafeeira durante a década de 1850 e a concomitante mudança do eixo econômico do país - da Região Nordeste para a Sudeste -, ocorre uma paralela diversificação entre as várias instituições científicas. As faculdades de direito de São Paulo e Recife, exemplificam bem o contexto de um panorama intelectual diversificado, ao ponto que as duas estavam preocupadas com a elaboração de um código nacional, ainda assim se valiam de interpretação diversas. São Paulo adotou desde o início o modelo liberal de análise, já no Recife havia o predomínio do Darwinismo Social de Haeckel e Spencer. Oswaldo Cruz liderou o campo da medicina através do Instituto Manguinhos, esse que foi um importante centro de pesquisas no que tange à febre amarela e à sanitização das cidades. As elites intelectuais e econômicas também atuaram através dos Institutos Históricos; vinculados com D. Pedro II começaram a escrever a “história oficial do Brasil” (SHWARCZ, 2004, p24).

A urbanização e o movimento migratório rumo às cidades eram inquestionáveis, assim como a configuração de elites cafeeiras cariocas cuja influência política junto ao imperador estava assegurada desde meados do século.

O fato é que tudo parecia novo: os modelos políticos, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas. Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado na política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo em que se faziam das diferenças sociais variações raciais.

Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então –, nas palavras de Silvio Romero, transformavam-se em objetos de “ciência”. Era a ciência que reconhecia diferenças e determinava inferioridades. Teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, “um cinematographo em ismo”, começam a se difundir a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o

debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial (VENTURA, 1988, apud SHWARCZ, 2004 p.28).

Sendo assim, no caso brasileiro, a ciência que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. E assim o processo de substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre foi ponderado e respaldado no Brasil por novas formas de dominação, que pressupunham o desenvolvimento de uma hierarquia racial, quase sempre apoiadas na ciência. A elite brasileira, que defendia a República, desejava uma transição sem grandes alterações na ordem social. Vale destacar que os ideais republicanos não vieram munidos da intensão de igualdade de oportunidades.

O contexto geral da Primeira República foi marcado pelo pensamento positivista e pela ação dos militares, com a justificativa de que essa atitude levaria à salvação do país agrário e atrasado, conduzindo-o ao progresso técnico-industrial.

As características dos primeiros anos do período republicano resultaram das motivações de sua proclamação, que, segundo Viotti da Costa (2001), foi consequência da cisão da classe dominante durante o Segundo Reinado. A quebra da unidade política da classe dominante brasileira foi fruto de mudanças econômicas que ocorreram em 1850, quando os poderes político e econômico não estavam mais concentrados no mesmo grupo. O que houve não foi um conflito entre o Brasil moderno progressista, desejoso de democracia representado pela classe média urbana, e o Brasil regressista. Os conflitos ocorreram entre as oligarquias tradicionais, compostas pelos senhores de engenho do nordeste e os barões do café do Vale do Paraíba, defensores da monarquia e da mão de obra escravizada, que estavam em processo de decadência, em oposição às novas oligarquias de fazendeiros de Café que, embora ocupando poder central na economia brasileira, não dispunham de poder político. Em 1873, os cafeicultores de Itu e Campinas fundaram o Partido Republicano Paulista e, em 1894, com a saída dos militares, elegeram Prudente de Moras e até 1930 mantiveram o poder político concentrado nas mãos da elite mineira e paulista.

A chegada dos latifundiários ao poder manteve a irrisória participação popular na política, que excluía as mulheres, os analfabetos, os praças, os religiosos, os

estrangeiros, sujeitos que representavam oitenta por cento da população. Assim, podemos considerar que os representantes eleitos em nome do povo não representavam ninguém, já que as eleições eram manipuladas, corruptas e forjadas e as cidades sofriam com as repressões policiais a fim de silenciar qualquer manifestação pública.

A massa de trabalhadores, na cidade e no campo, vendia sua mão de obra a valores aviltantes, que lhe davam condições mínimas de sobrevivência. Os ex-escravos e seus descendentes também viviam numa situação de desemprego crônico e em péssimas condições de vida.

Enquanto os europeus chegavam a São Paulo em números recorde, ex-escravizados lançavam mão de sua liberdade e migravam para a cidade. Exercendo seu direito de trabalhar para quem quisessem e de ir para onde desejassem, trocaram a lavoura pela cidade de São Paulo. No entanto, pelo fato de lhes faltar qualificação, eles encontraram um meio urbano tão hostil em certos aspectos quanto a dura lavoura que haviam deixado para trás. Na cidade, a vida dos afro-brasileiros entrou em grave desorganização social. Florestan Fernandes (1971, p.84), ao caracterizar esse período pós-abolição, afirma que '[...] o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, dos velhos e dos dependentes, à vagabundagem, à prostituição, às doenças e à criminalidade constituem problemas sociais de inegável importância na história cultural dessa população'. O grau de empobrecimento em que os afro-brasileiros mergulharam após a abolição levou até os mais ardentes abolicionistas a questionarem se seu empenho não teria resultado em um terrível engodo. (FERNANDES, 1971 apud GOMES, 2011, p.186).

A concepção político-filosófica de cunho evolucionista alicerçou o caráter nada revolucionário da república, isto é, a manutenção da elite oligárquica e a exclusão social. A ordem era uma política pública e estava expressa, por exemplo, no decreto nº 1 de 15/11/1889, o qual determinava que a ordem pública deveria ser o objetivo maior. Viotti da Costa (2001) afirma que a característica econômica era de um liberalismo regressista.

A própria abolição seria a prova dos interesses ligados ao capital que era a prioridade da república. O caráter humanitário do republicanismo não passou de aparências, pois, na verdade, libertou os brancos do fardo da escravidão, conforme observa Maringoni (2011).

Esta condição – da escravidão ser uma relação de trabalho obsoleta – acentuou a necessidade de sua superação, tanto no plano econômico quanto no social e político. A Abolição não era apenas uma demanda por maior justiça social, mas uma necessidade premente da inserção do

Brasil na economia mundial, que já abandonara em favor do trabalho assalariado, mais barato e eficiente. (MARINGONI, 2011, p. 5).

No processo de extinção do trabalho escravo, desde 1870, o Estado brasileiro promoveu o ingresso de trabalhadores europeus, para atender às demandas das lavouras, principalmente a do café na região sudeste. Maringoni (2011) assinala que “em 1887, o Ministério da Agricultura, em seu relatório anual, contabilizava a existência de 723.419 escravos no País.” Deste contingente de escravos, dois terços estavam na região sudeste, produtora de café, enquanto os demais estavam nas outras regiões do país. Ao mesmo tempo, entre os anos de entre 1871 e 1890, ingressaram no país cerca de 744 mil imigrantes. Na última década do século XIX, já no período do pós-abolição, entraram no país 1,13 milhão de imigrantes.

1.2 A luta do negro pela inserção na sociedade

Apesar de a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, ter sido bastante festejada nas cidades brasileiras, ficou o sentimento de inconclusão. Afinal, ela não foi acompanhada de reforma agrária e de leis protetoras dos trabalhadores e acabou mantendo a população negra numa situação de miséria, sem integrar-se à sociedade brasileira como cidadãos. Segundo Marangoni, “

Com a abundância de mão de obra imigrante, os ex-cativos acabaram por se constituir em um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política alguma na jovem República.

O novo regime, apesar das promessas, não viera para democratizar a sociedade ou possibilitar uma maior mobilidade social. Por suas características acentuadamente oligárquicas, a República brasileira chegara para manter intocada uma estrutura elitista e excludente. [...] Por conta disso, as autoridades logo voltam-se para a repressão a diversas manifestações populares. A partir de 1890, são impiedosamente perseguidos os capoeiras, valentões, predominantemente negros e pobres, que praticavam essa modalidade de luta pelas ruas do Rio de Janeiro. (MARINGONI, 2011, p. 11)

Como consequência dessas questões, consolidou-se, no imaginário social, uma visão de que o negro era imprestável para assumir as tarefas colocadas pela nova ordem social.

Domingues, 2007, cita Clovis Moura, que definiu o desgaste psicológico produzido pela luta escrava nas mentes da classe senhorial como uma situação de permanente pânico, o chamado “Perigo de São Domingos”. Segundo Moura, as pessoas temiam as possíveis ligações dos escravos brasileiros com os de outros países, a provável articulação em nível nacional dos escravos rebeldes e a obsessão da violência sexual contra mulheres brancas ou outras formas de insurgência. Esse imaginário potencializou as repressões policiais pós-abolição e os donos do poder não hesitaram em valer-se, até a náusea, da violência física para imobilizar os indesejáveis. Todo esse período foi marcado por exemplos de brutalidade repressiva e os conflitos sociais eram casos de polícia, dados os tratamentos que marcaram o fim das revoltas populares que envolveram a classe subalterna, como a Chibata, Vacina, Canudos e Contestado.

Bastava ser pobre, não branco, desempregado ou insubmisso para estar sob suspeita e cair nas malhas da polícia e os discursos e as medidas voltadas para a desordem urbana tinham como resposta ações autoritárias, moralistas e preconceituosas. Essa obsessão ordeira desencadeada pelo medo antigo e crescente que as classes dominantes tinham das revoltas populares, encontrou na ciência os subsídios e argumentos para respaldar suas ações.

Como já mencionamos, havia basicamente duas teorias em relação à hierarquia social, uma que via a mistura das etnias como a origem da degenerescência da sociedade e outra que encarava essa mesma mistura como uma possibilidade de branqueamento da nação. Acreditava-se que, em cem anos, o Brasil se tornaria uma nação branca. Para essa teoria, a miscigenação promoveria uma limpeza étnica e, após algumas gerações, a nação seria composta unicamente por indivíduos brancos. Essas teorias serviram de subsídio para o estímulo da substituição do trabalhador nacional pelo imigrante europeu.

A proposta vinha munida de uma regionalização que levaria em conta as condições climáticas. Sendo assim, os imigrantes alemães deveriam ser direcionados às regiões sul e sudeste, enquanto negros e mestiços deveriam ser locomovidos para as regiões norte e nordeste. A proposta de arianização do país contou ainda com a ideia de facilidade na aquisição de terras, plenos direitos de cidadania e respeito ao culto religioso dos imigrantes europeus. Políticos e intelectuais das ciências jurídicas e sociais, antropólogos e médicos brasileiros como Silvio Romero, Tobias Barreto, Pedro Lessa, José Veríssimo, Baptista Caetano, Baptista Lacerda, Moura Brasil, Erico Coelho, Jansen

Ferreira, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna foram porta-vozes da elite, discursando que, para o progresso material, moral e intelectual, dever-se-iam excluir as raças africanas e asiáticas, que estariam condenadas a desaparecer da terra e que propagariam o mau caráter, bem como os vícios orgânicos e morais. A proposta de regenerar o Brasil das influências das raças inferiores é encontrada nas primeiras leis que já sinalizavam o fim da escravidão.

As teorias e esquemas de pensamentos desses intelectuais citados, tinham relação direta com as formações acadêmicas e as escolhas de graduações que visavam a direção dos órgãos públicos, a exemplo da faculdade de ciências jurídicas e sociais. Oliveira Vianna foi aluno de Silvio Romero e bebeu na fonte de um progressivo predomínio de uma ideologia cientificista, porém esses jovens formados no final do século XIX, fizeram emergir uma nova perspectiva e submeteram seus mestres a uma impiedosa crítica baseada em doutrinas como o positivismo, evolucionismo e materialismo. (SKIDMORE, 1976, p.26)

É nessa nova corrente que as teorias de Oliveira Vianna visam a refletir sobre os problemas nacionais, pautados num determinismo biológico e geográfico.

Para Vianna, "o fato de terem afluído para aqui etnias vindas de todos os continentes torna a América ... o centro por excelência dos estudos de raça". A América afigurava-se dessa forma por ser produto, ainda naquele momento, de uma confluência de raças muito mais afastadas do ponto de vista físico e civilizatório do que o que se observava na Europa, onde, afinal, todos os povos eram brancos e algo civilizados. Além disso, na América a mestiçagem era recente e visível, podendo assim ser objeto de investigação científica. Segundo Vianna (op. cit. pp. 17-8):

O autor ainda criticou as teses da igualdade das raças, chamando os autores da tal corrente por doutrinadores reacionários, afirma que um ceticismo generalizado, para Vianna os povos Europeus se explicam pela proximidade de estágios de civilização entre estes povos. Por esse fato, a América não seria comparativo para tal, e, sim, um local de população heterogênea com tipos primitivos que se misturam. Os laços entre eugenia e sanitarismo explícitos, objetivaram estabelecer a discriminação, sob critérios rigorosamente científicos.

Não seria razoável [...] se diante de um grupo social, em que predominasse a raça ameríndia, concluíssemos pela presença nele de uma maioria de temperamentos esquizoides, com todas as decorrências de ordem moral e intelectual daí decorrentes? (VIANNA, 1959, p. 46).

A própria Lei de Terras de 1850, condicionando a aquisição de terras por meio da compra e venda no mercado, já parecia uma garantia de que cativos e libertos não teriam a posse de propriedades rurais. Em uma nação que caminhava para a abolição, a lei ainda tinha conotação discriminatória do ponto de vista racial, como observa Maringoni:

A noção de superioridade racial passara a ser legitimadora da ordem imperial, na qual o fornecimento ininterrupto e a bom preço de matérias primas era o combustível para o funcionamento da economia internacional. As teorias raciais surgiram para legitimar uma concepção de mundo que pregava liberdade, igualdade e fraternidade entre brancos e que justificava a super-exploração de outras etnias. [...] E a ideologia do racismo passou a existir dentro de cada país, mesmo nos da periferia do sistema, como explicação determinista para a dominação de classe, o desnível social e a europeização acrítica de suas camadas dominantes. (MARINGONI, 2011, p. 10)

As ações das classes dirigentes da nação iam ao encontro de ocultar as mazelas de um país bárbaro, sob as justificativas de que eram atitudes modernizantes, higienistas e embelezadoras. Segundo essas políticas, tudo convergiria para regenerar a nação, desde os aspectos estéticos até o embranquecimento do povo.

Os centros urbanos receberam a maioria da população negra, que procurava meios de sobrevivência no pós-abolição e convivia com o desemprego e o crescimento da criminalidade, causados pela política econômica. Essa situação intensificou as angústias dos moradores ricos das cidades, que rapidamente trataram de desmoralizar esses sujeitos, os quais foram classificados como escória, canalha, ralé, gentalha, entre outras nomenclaturas depreciativas. Essa desqualificação dos pobres embasada na cultura brasileira e na ciência utilizou termos emprestados da demonologia, pois a sujeira, a doença e a subversão não eram vistos apenas como mal físico, mas também como sinal da deterioração da alma da raça. A ciência afirmava que vícios tal como as doenças do corpo, encontravam terreno mais propício em certas nacionalidades e em determinadas raças, tidas biologicamente como inferiores.

As teorias raciais subsidiadas pela ciência começaram a desempenhar aqui um papel que desempenhavam na Europa. Segundo Hobsbawm (apud PATTO, 1999, p. 183), trata-se do recurso ideológico de justificativa do domínio de brancos sobre não brancos, ricos sobre pobres e civilizados sobre não civilizados. Essa era uma maneira de

justificar a opressão aos opositores do capitalismo, o discurso liberalista e seus clamores de igualdade democrática, valendo-se da ciência para romper a barreira ideológica do racismo. O triunfo do liberalismo era provar que homens não são iguais, por isso não alcançavam os meus lugares na sociedade. Para o autor, o Darwinismo social e a antropologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política.

Os porta-vozes das teorias racistas, como Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues, ainda afirmavam que uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos e de expressar preocupações com o estado de delinquência social do povo brasileiro.

Sendo assim, segundo essa perspectiva, o povo rebelde adoecia e infringia as leis não porque estava submetido à mais completa miséria, mas porque era composto por uma raça inferior predisposta às doenças físicas e mentais, à insubordinação e ao crime. Assim, pouco se podia esperar de uma nação composta por raças pouco evoluídas como a negra e a indígena, isso sem falar dos mestiços. Ações condizentes com os discursos científicos racistas, como o branqueamento tornaram-se política pública. Ações higienistas estiveram presentes nas escolas e hospitais e o darwinismo social justificou a manutenção da população negra em subempregos que mais pareciam a manutenção do sistema escravocrata.

A Igreja, desde o período anterior à abolição, tratou de atender às demandas da escravidão e à agricultura de exportação, corrompendo e corroendo a doutrina cristã. Sob a égide do dogma e do chicote, os escravos eram obrigados a servir os seus senhores como serviam a Deus e foram muitas vezes submetidos à triste analogia com o sofrimento dos escravos a Cristo. (ANDREWS, 1998).

Os ex-escravos, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República. O aumento do número de desocupados, trabalhadores temporários, lumpens, mendigos e crianças abandonadas nas ruas redonda também em aumento da violência, que pode ser verificada pelo maior espaço dedicado ao tema nas páginas dos jornais. (MARINGONI, 2011, p. 10)

Nos centros urbanos brasileiros, as irmandades católicas aparecem como grupos autônomos organizados e com administração própria. Porém, são controlados por uma rígida rede de poderes difusos, representados pela figura do padre e das imagens dos santos. O controle sobre o negro era ampliado por meio da imposição do mistério

religioso, do qual se apropriavam principalmente dos ensinamentos de humildade e da ideia de que embora fossem pretos, pobres e cansados do trabalho estafante, além de terem outros problemas como a saúde, alimentação e moradia, era necessário ter fé e esperar a justiça divina que reservaria, para eles, um lugar no céu após a morte. (MACIEL, 1987)

Nesse contexto as Irmandade que mantinham seus espaços reservados aos grupos étnicos, tinham fundamental importância, já que segregavam pretos e mulatos nas Irmandades São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Mesmo se tratando de um espaço de atuação era também um local de exclusão e subserviência, visto que haviam relações tutelares e dirigidas dentro dos espaços religiosos.

Os latifundiários do café eram a força capital da nação e, as fazendas de São Paulo, em meados do século XIX, empregavam quase quatro vezes mais escravos do que as de açúcar. Afinal, nos de 1850, o Brasil produzia metade do suprimento mundial de café e em 1900 o estado paulista era o responsável por essa porcentagem. Campinas, nesse processo, tornou-se grande centro produtor de café, enriqueceu e embelezou-se com base na exploração do trabalho negro escravizado. Conforme observa Silva,

Campinas também se destacava na produção cafeeira e na segunda metade do século XIX, e se tornou principal centro econômico de sua região graças aos investimentos de vários capitalistas. O acúmulo de riquezas elevou a cidade a condições similares aos melhores centros urbanos da época. Faziam parte destas melhorias, iluminação a gás, linhas de bonde de tração animal, linhas telefônicas e serviços de água e esgoto. (SILVA, 2013, p. 2)

A transição para o período republicano solidificou as bases do poderio dos cafeicultores, pois, mais do que a Monarquia, a República era o regime dos fazendeiros, que mantinham o pleno controle do Estado e da Política. Em reação à abolição imposta pelo império, esse seleto grupo dos fazendeiros partiu para estruturar os arranjos políticos, sociais e econômicos da pós abolição, de maneira a garantir que seus interesses jamais voltassem a ser tão diretamente desafiados (ANDREWS, 1998, 85).

Em um primeiro momento, o foco era a preocupação com indenizações, que foi assunto diário nos periódicos da corte nos meses em que se seguiram a abolição e os primeiros anos da República. Vários fazendeiros apostaram no regime, crenças na indenização pelos escravos emancipados pela Lei Áurea. Outro atrativo era o ideário republicano de um país positivo e civilizado rumo ao progresso. Esses pressupostos

harmonizavam-se com os interesses dos latifundiários, objetivados na manutenção da disciplina e no controle do trabalho dos libertos. Na verdade, nem o abolicionista mais ingênuo acreditaria em que os libertos passariam de escravos a cidadãos com a abolição. No máximo, os escravos se transformariam em trabalhadores negros ou cidadãos de cor preta e, num futuro próximo, quem sabe, em homens civilizados. (GOMES, 2011)

Nesse contexto, sem nenhum amparo para inserção na sociedade, o negro escravizado foi libertado e abandonado à própria sorte. O novo sistema de trabalho e contratação de trabalhadores não foi aceito por todos. Alguns fazendeiros, após a libertação dos escravizados, contratavam pistoleiros para retirar os passageiros negros dos trens, sob a ameaça de armas, obrigando-os a aceitar o trabalho. Negros com medo de serem enquadrados nas leis de vadiagem eram obrigados a voltar ao antigo local de trabalho, sujeitando-se à exploração dos fazendeiros. Esses também eram submetidos a legislações que beneficiavam os interesses da elite da República, como exemplifica o fato de que, diante da compulsória convocação para integrar o exército ou a polícia, só era possível escapar assinando um contrato de trabalho com os proprietários de terras locais. (ANDREWS, 1998)

Os ex-senhores trataram de rotular também os libertos como insolentes, visto que, mesmo oferecendo salários, esses não aceitavam ficar nos antigos postos e alguns tinham verdadeira repugnância de ficar na casa onde haviam sido escravizados. Embora precisassem do emprego e os fazendeiros precisassem dos trabalhadores, houve resistência à permanência nos antigos postos, o que mais adiante, com a chegada dos imigrantes, tornou-se um componente que colaborou para culpabilizar o próprio negro por sua segregação ao mercado de trabalho.

Em suma, a República solidificou o domínio do proprietário de terras e depois se envolveu em uma campanha nacional para europeizar o Brasil, buscando o embranquecimento da nação e renegando a possibilidade de colocação do trabalhador nacional no mercado de trabalho, subsidiando a vinda dos trabalhadores europeus. Cabe o registro de que o Estado de São Paulo recebeu um contingente superior a dois milhões de imigrantes, sendo que mais da metade deles tiveram suas passagens pagas pelo governo do Estado e, assim, sistematicamente, substituíram e marginalizaram os trabalhadores nacionais..

Os europeus também não foram recebidos com garantias de direitos, já que os fazendeiros, embrutecidos e acostumados ao trato com escravos, tentaram submeter o europeu a condições análogas à escravidão. Na medida em que os trabalhadores estrangeiros começaram a resistir aos maus tratos impostos pelos fazendeiros, eles também foram rotulados como vadios, imprestáveis e vagabundos, que só trabalhavam sob a ameaça de extrema força. Esses sujeitos europeus que vieram ao Brasil não tinham qualificações tão diferentes dos trabalhadores nacionais. A maioria dos imigrantes europeus eram trabalhadores rurais e pobres da Europa, que vieram no projeto de europeização e embranquecimento do país. Nenhum local no Brasil recebeu tantos imigrantes quanto o Estado de São Paulo, que teve mais da metade dos europeus instalados em suas terras (DOMINGUES, 2004).⁶

O projeto de embranquecimento da nação pautado nas teorias racistas do período também corroborava para os interesses liberais de formar, com os braços da população negra, um exército de reserva, nomeado no período como lei da oferta e da procura pelo Senador Antônio Prado. De acordo com Patto (1999):

É impossível ter baixos salários, sem violência, se houver poucos trabalhadores e muitas pessoas desejando empregá-los, é evidente que precisamos de trabalhadores para aumentar a competição entre eles, e dessa maneira os salários baixarão devido à lei da oferta e da procura. (PATTO, 1999)

As regras da oferta e da procura do nascente mercado de trabalho no Brasil passam a assumir o lugar da violência e da coerção, próprios do período da escravidão.

Os números de trabalhadores livres no final do século XIX, ou seja, os forros e os desclassificados, como eram tratados os negros livres e não-negros de modo geral fora do mercado de trabalho, superava quatro milhões. A imigração, no período de

⁶ Um exemplo importante de relação de colonato estabelecida por europeus recém chegados e fazendeiros paulistas, foi a Fazenda Ibicaba, propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, já em 1840, o senador acompanhava as discussões parlamentares ligadas a imposição do fim do Tráfico Negreiro pela Inglaterra, e vislumbrando os prejuízos para a lavoura brasileira como um todos, e em especial, para suas próprias possessões, em 1841 financiou a vinda de colonos portugueses da região do Minho, em Portugal, para trabalharem em regime de parceria. Depois do fracasso ocasionado pela Revolução Liberal do Porto, anos mais tarde a Fazenda promoveria a imigração de Europeus de várias regiões. O regime de parceria “colonato”, não prosperou, os imigrantes acabavam endividados e houve por parte de países Europeus campanhas restringindo a imigração nesses moldes. (MENDES, p. 301 – 357, 2017)

1850 a 1900, trouxe para o Brasil um contingente de 2.092.847 europeus, número que nem sequer atingiu a quantidade de trabalhadores nacionais inaproveitados pela lavoura. Isso deixa claro os interesses da imigração e as consequências da exclusão dos postos de trabalho para a população nacional, em especial a população negra. (DOMINGUES, 2004)

A marginalização da população negra reduziu suas condições de vida ao mais baixo nível do operariado. Engels (1985), em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*”, descreve as condições desumanas da vida do operariado no pós-revolução industrial, as quais podemos considerar como situações análogas as do Brasil. Nos relatos do final do século XIX, na cidade de Campinas, por exemplo, percebe-se que a situação da população não era uma questão de região ou temporal e sim efeitos do capital, que utilizava de seus laços para reduzir e marginalizar parte da sociedade para a solidificação do seu interesse.

Nessa guerra social, as armas de combate eram o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção. É óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaíram sobre o pobre. Ninguém se preocupou com ele, lançado nesse turbilhão caótico, devia sobreviver como pudesse. Se tivesse sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe fizesse o favor de enriquecer à sua custa, esperava-o um salário apenas suficiente para mantê-lo vivo; se não encontrava trabalho e não temesse a polícia, poderia roubar ou morrer de fome, caso em que a polícia tomaria cuidado para que a morte fosse silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 1985)

Em Campinas, havia uma constante preocupação em controlar e disciplinar mendigos e vagabundos. Passados apenas 16 dias da lei de 13 de maio, em editorial, pediu-se a repressão à vadiagem, destacando-se a necessidade de dispensar tratamento especial aos libertos considerando sua classificação em: a) diligentes e b) “desiduosos e indolentes” Para isso, orientavam no sentido de se aplicar o artigo 295 e seus parágrafos do Código Criminal, podendo-se, dessa forma, caçar e prender legalmente os tais insidiosos e indolentes lá previstos. Também o Código Penal já era utilizado para justificar as ações específicas da polícia contra mendigos, vadios, bêbados, jogos de loterias, rifas e apostas. (MACIEL, 1987, p. 83)

Percebe-se, assim, que o trabalhador que não contribuía com o capital era marginal aos olhos da sociedade, o que os colocava em uma situação de competição que

Engels (1985) define como a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa.

Havia, também, a vagabundagem específica das mulheres de “vida fácil”, as prostitutas, que, nessas condições, eram piores que os homens, constituindo motivo de muitos pedidos à polícia para que tomasse as providências cabíveis com base em numerosas denúncias de casas suspeitas de funcionarem como prostíbulos espalhados pela cidade (MACIEL, 1987, p. 85)

São muitos os artigos pedindo à polícia por providências contra a prática da mendicância que aumentava a partir de 1890, possivelmente em decorrência da abolição da escravidão. A ideia de vagabundo era ligada à vadio, sendo que, às vezes, essas palavras eram utilizadas como sinônimos. Entretanto, em geral, vagabundo tinha conotação mais grave.

Para o juris-consultor, Duarte de Azevedo, comentando os artigos do Código Penal sobre “vadios e capoeiros”, existiam duas categorias:

[...] vagabundos, com ausência de domicílio certo, sem meios de subsistência, sem ofício ou profissão, caracteres a que se deve acrescentar o propósito de viverem desse modo, sem procurarem trabalho ou recusando o trabalho oferecido. [...] os que provêm a sua subsistência com ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.(MACIEL, 1987, p. 86)

Os pretos doentes e abandonados, em geral vindos das fazendas próximas ou do interior, morriam pelas ruas sem assistência médica. Aqueles que tinham conseguido a placa numerada de mendigo e morriam com ela podiam ser identificados. Entretanto, na maioria das vezes, as notícias diziam apenas “preto enfermo...morreu...na rua...” em cinco palavras. (MACIEL, 1987, p. 88)

O proletariado era desprovido de tudo e, entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Entretanto, mais desmoralizante que a miséria foi, para os operários, a insegurança de sua vida, a necessidade de viver cada dia com um salário sem saber o que aconteceria na manhã seguinte, em suma, aquilo que fazia deles proletários. A primeira forma, a mais brutal e estéril, que essa revolta assumiu foi o crime. O operário, vivendo na miséria e na indigência, via que os outros desfrutavam de existência melhor. Não podia compreender racionalmente porque

precisamente ele, fazendo pela sociedade o que não faziam os ricos ociosos, tinha de suportar condições tão horríveis. (ENGELS, 1885)

De modo mais geral, as ofertas de trabalho aos negros se faziam nos locais de maior insalubridade e para serviços cujos pagamentos eram mais baixos, conforme o Jornal *Getulino* denunciou em diversas ocasiões. No exemplar publicado em 26.08.1923, por exemplo, menciona-se que “ o estrangeiro chega ao Brasil... põe lhe a colher e o martelo na mão e dias depois ele é mestre e empregado, está no primeiro plano, sendo preferido...” enquanto isso “ o negro, por misericórdia, continua amassador de barro, carregador de caçambas” (MACIEL, 1987, p. 103)

Com toda discrepância de condições, postos perdidos aos imigrantes, em geral o negro, nos primeiros anos da República, lutou pela sua sobrevivência, aceitando subempregos, serviços temporários em troca de roupa e utensílios domésticos, alimentos e outros produtos de primeiras necessidades. Enfrentava jornadas duplas, realizando qualquer atividade remunerada que dava alguma renda para providenciar os produtos básicos para a sobrevivência sua e de familiares.

O trabalho doméstico também foi uma saída para a sobrevivência dos negros. Ressalta-se o papel da mulher nas comunidades, já que, muitas vezes, a escassez no oferecimento de postos de trabalho aos homens fez com que elas sustentassem as comunidades, submetendo-se aos maus tratos e abusos dos trabalhos domésticos. Essas ocupações normalmente eram ocasionais e não tinham vínculo empregatício e, na maioria das vezes, ocorriam sob regras impostas pelo empregador.

Algumas vezes, era necessário lançar mão de alternativas, como o pedido de esmolas e pequenos furtos. A prostituição de mulheres negras casadas e até mesmo a submissão das filhas a essas atividades também eram praticadas com o objetivo de conseguir recursos materiais para sobrevivência. Essas são características de uma população alijada das condições mínimas para a inserção na sociedade republicana através do mercado de trabalho. A partir de 1930, com o fim do governo dominado pelos fazendeiros cafeicultores, a política do novo governo promoveu a redução da imigração, possibilitando que os trabalhadores afro-brasileiros fossem inseridos na indústria.

Mesmo assumindo posições subalternas no mercado de trabalho, os negros desenvolveram uma certa consciência de classe e muitos participaram ativamente de movimentos grevistas, alguns inclusive encabeçaram ações de resistência da classe

trabalhadora em São Paulo, a exemplo da greve de funcionários da Mogiana, em 1894. Muitos deles lideraram instituições de representatividade dos proletariados como foi o caso da entidade negra de Campinas, a União da Juventude, que levou a cabo a luta dos trabalhadores e chegou a suspender as comemorações do 13 de maio no ano de 1919. Tiveram também nomes representativos no Partido Comunista Brasileiro (PCB), como o caso do negro Herculano de Sousa, que foi um ativista sindical na luta dos estivadores de Santos.

1.3 A luta da população negra por educação

A história da educação brasileira registra o entusiasmo pela educação na Primeira República, representada pela ideia de expansão da rede de escolas para a população e pelo combate ao analfabetismo, que, no início do século XX, tinha índices muitos altos. Em 1890, a população brasileira analfabeta era de 85%, dentre os quais os brancos alfabetizados eram 40% do seu grupo étnico, enquanto os negros eram 10% de seu grupo.

Apesar do entusiasmo pela educação, que era vista como redentora da nação no sentido de tirar o Brasil da situação de atraso em que se encontrava, e da defesa da expansão da oferta de escolas para as crianças, a população negra foi afastada desse movimento, isto é, o entusiasmo pela educação não se aplicava aos negros.

[...] a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico. (SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 65)

A Constituição republicana, no que tange a educação, isentou o Estado da obrigação de patrocinar a educação pública e essa mesma carta deu voz política apenas aos sujeitos alfabetizados. A Constituição de 1891 foi um conjunto de leis que segregou e limitou o sujeito analfabeto. De acordo com Silva e Araújo,

[...] a escola “apropriada” pelas classes dominantes perpetuava-se como vantagem competitiva das elites, preservando o status quo destas mesmas classes em detrimento da educação das populações negras rurais e/ou urbanas, cujas condições de trabalho e isolamento dificultavam - mas não eliminavam - as manifestações de descontentamento. [...] a questão da escolarização permanecia como um

fator de disputa entre as oligarquias que estavam no poder – que reservavam as escolas públicas para cumprir o papel de formação de seus próprios filhos, garantindo a continuidade da sua hegemonia – e os trabalhadores brancos nacionais ou estrangeiros – que direcionavam seus filhos para as escolas particulares e de trabalhadores. (SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 71/72)

Durante toda a Primeira República, existiram dificuldades de acesso à educação e a falta de escolas públicas e vagas para todos. Porém, essas dificuldades eram acentuadas pela discriminação recorrente contra os negros, que tinham restrições ao acesso à educação. Assim, como existiam poucas oportunidades educacionais no período pós-abolição para a população negra, em sua maioria analfabeta, esta via como solução buscar no próprio grupo os meios para a sua alfabetização.

Rosa Fátima de Souza (2014), ao analisar a implantação dos grupos escolares em São Paulo na última década do século XIX, assinala as péssimas condições de vida dos negros e a pequena presença de crianças negras nos grupos escolares.

Pode-se dizer que os grupos escolares atenderam nas primeiras décadas de sua implantação, a alunos provenientes das camadas populares, no entanto, daqueles setores mais bem integrados no trabalho urbano. Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época. (SOUZA, 2014, p.74).

Domingues (2004) observa que, no período pós-abolição, as poucas escolas que existiam não acolhiam os filhos dos afro-brasileiros. Assim como as demais instituições da sociedade, a escola era, também, reprodutora dos discursos e das práticas discriminatórios contra a população negra, comuns na sociedade. “Os alunos negros enfrentavam vários obstáculos, desde os diretores, que dificultavam ou não aceitavam suas matrículas, até os colegas de turmas e professores brancos que os tratavam de forma diferenciada.” (DOMINGUES, 2004, p. 151)

A situação do acesso das crianças negras à educação naqueles anos foi notícia no Jornal *O Clarim da Alvorada*, de 28-9-1930.

Muitos colégios católicos não aceitam como aluno um negro. Outros aceitam-no excepcionalmente. A maioria das nossas instituições de caridade busca milhares de desculpas para não auxiliarem o negro.

Raros são os casos em que vemos abrirem-se as portas sem resistência para receber a um deles. (Apud DOMINGUES, 2004, p. 151)

O Jornal *Progresso* de 24 de março de 1929 relata que uma filha adotiva do ator Procópio Ferreira teve sua matrícula negada no Colégio Sion e a mãe foi informada de que o regimento da escola não permitia o ingresso de pessoas de cor, embora oriundas de famílias da sociedade. (DOMINGUES, 2004)

Além da dificuldade em conseguir uma vaga, já que, em muitas escolas, o recorte racial era adotado como critério de ingresso, a permanência nas instituições de ensino era seriamente comprometida. O educando negro ficava vulnerável às recorrentes práticas e comportamentos discriminatórios. Na sala de aula, alguns professores repudiavam os alunos negros e até os agrediam fisicamente. Nas escolas femininas, não eram raros os casos de alunas negras serem obrigadas a raspar suas cabeças, sob os argumentos preconceituosos de que o negro tem sangue quente, assim como terem a mão de obra explorada na limpeza e cuidados com as dependências dos colégios, recebendo, no máximo, moradia e comida. Havia, também, a exploração das meninas negras estudantes em um colégio feminino em Pinheiros, cujas “senhoras benfeitoras”, quando precisavam de ajuda no trabalho doméstico, buscavam as meninas negras. (DOMINGUES, 2004)

Surya A. Pombo de Barros, em *Discutindo a escolaridade da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX*, analisa a educação mantida em favor da população branca como estratégia de manutenção do poder e de submissão da população negra. Segundo ela,

[...] o acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso às letras seria um elemento de diferenciação entre brancos (que se consideravam superiores) e negros (considerados inferiores). Assim, o contato com crianças consideradas inferiores era rejeitado pelas demais famílias, que não desejavam que, como dizia o Inspetor Geral, “as pessoas que lhe são tão caras [chegassem] a hobrear com as ínfimas camadas da sociedade” (Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, 1865, p. 5. (BARROS, 2005, p.)

A lógica discriminatória com a população negra, que norteou as relações sociais no pós-abolição, não impediu que o negro encontrasse soluções alternativas com a

finalidade de suprir a escolarização dos homens de cor. Entre as instituições que promoveram a educação escolar para os negros, podemos destacar a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, o Centro Cívico Palmares, a Frente Negra Brasileira e o Colégio São Benedito.

1.4 Associativismo negro em Campinas

O novo sistema político não garantiu ganhos materiais ou simbólicos para a população negra, bem como, os recém-libertos não estavam seguros, pois conheciam os fazendeiros, seus ex-proprietários. A marginalização sofrida no acesso aos benefícios da cidadania foi marcante nos primeiros anos da República. Como já mencionado, a classe hegemônica, munida das teorias racistas e das ideias liberais, usou de muitos artifícios para excluir o liberto do acesso à educação e ao mercado de trabalho.

A abolição da escravidão veio acompanhada de discursos e de atitudes do projeto disciplinador do trabalho e da higiene para a população livre, os ex-escravos e pobres. Na visão da elite política, os trabalhadores escravos foram transformados em trabalhadores negros e esses deveriam seguir de braços dados rumo ao progresso e à civilização. (GOMES, 2011).

Diante do abandono do Estado, a população negra passou a se organizar em movimentos de resistência e apoio mútuo, a fim de sobreviver e conquistar seus espaços no novo contexto social e escapar do controle e da dominação, na busca de efetiva liberdade.

Gomes (2011) comenta sobre a truculência dos primeiros anos da República, quando os políticos não pouparam esforços para submeter a população negra e pobre ao projeto de civilização e progresso idealizados pelos republicanos. Nesse sentido, os libertos se organizaram em instituições de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e cultural - as associações negras - com números expressivos de participantes. Esses sujeitos procuraram constantemente redefinir os contornos do controle e da dominação exercidos sobre a população negra. Buscavam forjar novas experiências de liberdade, espaços de autonomia e de liberdade num mundo sem possuídos e possuidores. (ANDREWS, 1998)

Em 1860, o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, foi criado pelo ex-escravo Antônio Ferreira Cesarino e suas três

irmãs, isto é, tratava-se de uma escola criada por negros em pleno período escravagista. O Colégio Perseverança cobrava mensalidades das famílias que podiam pagar e mantinham as meninas negras pobres que não teriam acesso à educação em outro lugar.

Domingues (2007) descreve que, entre 1907 e 1937, surgiram em São Paulo 123 associações negras, entre elas:

O Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Civicados Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor;6 em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).7 Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. (p. 103)

Campinas, além do já citado Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor, contou com associações como Corporação Musical Campineira dos homens de Cor e, em 1915, foi fundada a Liga Humanitária dos Homens de Cor. Ainda em 1915, a Associação Campineira dos Homens de Cor foi criada com o objetivo de assistir os negros, vítimas de um surto de varíola que atingiu a cidade.

A cidade de Campinas teve participação importante na formação de associações de movimento negro. O que corroborou para isso foi a quantidade de negros e a forma como eram tratados, conforme os vários relatos de crueldade e segregação promovidos contra a população negra. Na cidade de Campinas aconteceram inúmeras revoltas e manifestações contra as discriminações sofridas pelos negros. Nesse contexto, a imprensa negra tornou-se um meio de a população negra denunciar esses acontecimentos e surgiram os jornais dirigidos pelos negros, como *O Baluarte*, *O Bandeirante* e *O Getulino*.

A imprensa negra atuou de maneira significativa a fim de denunciar o descaso com a população recém liberta, além de denunciar crimes, abusos de policiais, atendimento deficitário e racista nos hospitais, contando com o apoio de vários jornais no Estado de São Paulo:

O primeiro desses jornais foi A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo Órgão dos Homens de Cor. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O

Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar.¹³ Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo.

Outra Associação de grande notoriedade foi a Frente Negra Brasileira (FNB), considerada sucessora do Centro Cívico Palmares (1926), a qual reuniu mais de 20 mil pessoas, e que se responsabilizou pela manutenção de escolas, times de futebol, departamentos jurídicos que assistiam a população negra, cursos de formação e teve ainda um jornal *A voz da Raça*. No ano de 1936, a FNB se tornou partido político e foi influenciada pelas correntes nazifascistas do período, discursando uma ideologia autoritária e ultranacionalista. Nesse período, o jornal dirigido pela Frente Negra passou a chamar-se *Deus, Pátria, Raça e Família*, o que explicita a aproximação com a Ação Integralista. Os membros desse grupo foram recebidos pelo presidente Getúlio Vargas, porém, no ano de 1937, com a instauração do Estado Novo, a associação foi extinta.

1.4.1 Irmandade de São Benedito

As irmandade Católicas tiveram origem na Europa medieval, e foram criadas com dois objetivos principais: o de devoção, propagando a doutrina católica, e o de caridade, dando assistência aos associados e seus familiares. Para que tivesse um estatuto legal, era preciso um Compromisso (conjunto de direitos e deveres que deveria, ser seguidos pelos associados e a relação de cargos ocupados), aprovado pela autoridade eclesiásticas e pelo rei. (MATTOS, 2012, p.163)

As irmandades negras surgiram no Brasil em fins do século XVII semelhantes às irmandades brancas católicas, reunindo homens e mulheres livres, forros e escravos. Elas ajudavam e socorriam os irmãos em dificuldades, que estavam doentes, incapacitados ou abandonados pelos senhores. Em alguns casos, arrecadavam dinheiro e ajudavam na compra da alforria de escravos. As irmandades negras tornaram-se espaço e meio de reforço dos laços de solidariedade, ao mesmo tempo que propiciavam a recriação de tradições da África.

A continuidade de associações nascidas no século XIX e o surgimento de outras, nas primeiras décadas do século XX, são a mais viva demonstração da participação política negra. Por meio delas, ativistas negros desenvolveram ações de combate à discriminação racial e

formularam diversas propostas de inclusão social da população afro-descendente. (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006, p. 255)

Na cidade de São Paulo, existiam três irmandades organizadas por negros: a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a de Santo Elesbão e Santa Efigênia, e a de São Benedito. Os santos e as características das irmandades na capital do Estado de São Paulo, assim como em outras localidades no Brasil, mantinham uma preocupação que era dos próprios membros de distinguir as “nações” africanas e se organizarem de acordo com esse critério.

A própria história de São Benedito pode explicar a sua popularidade entre os negros. Esse santo era filho de escravos africanos, nascido na Sicília, em 1524. Sua morte aconteceu em Palermo, em 1589, e logo depois já era cultuado em Portugal. A irmandade em sua homenagem foi instituída em 1609, no Mosteiro de Santa Ana, em Lisboa. A devoção a esse santo na África, mais especificamente em Angola, e na América teve início no século XVII, propagada pelos franciscanos. Várias irmandades de São Benedito foram criadas no Brasil. Na Bahia, havia uma irmandade de São Benedito localizada no Convento de Salvador, assim como na cidade de São Paulo, no Convento de São Francisco. (MATTOS, 2012, p.168)

A Irmandade de São Benedito tem sua história ligada à cidade de Campinas ainda antes de esta ser elevada a município; a sua história tem identificação direta com a formação do município de Campinas, segundo Amaral; vale lembrar que a citação abaixo é parte de uma documentação encontrada no Arquivo Municipal de Campinas, onde ocorre que uma antiga funcionária estava fazendo um levantamento da história da Irmandade São Benedito; porém não temos referências a respeito da autora, que organizou boa parte dos arquivos que pudemos encontrar, as questões relacionadas à desorganização e à ausência de arquivos sobre a história dos afro-descendentes no Brasil foi vivida na prática em toda produção desta dissertação:

O caminhante lá pela década de 1860-1870 que viesse a Campinas pela estrada que ligava este município (como até agora) com Bethlen de Jundiahy, que hoje se denomina Itatiba, entrando em Campinas Velhas e vindo por esta via pública, que mais tarde passou a chamar-se rua Dr. Moraes Salles, ao passar pelo canto da actual rua Irmã Seraphina, logrigaria na parte alta uma pequenina construção – quatro paredes cobertas de telhas – com uma porta estreita, e a face voltada para o lado da entrada da povoação. Era um jazido mandado construir por um sacerdote, cônego Melchior Fernandes Nunes de Camargo da sé de São Paulo. O cônego Melchior aqui veio residir e aqui faleceu sendo sepultado nesse recinto. (AMARAL, 1927. p279)

A Igreja São Benedito teve início com a construção de um jazido do reverendo Melchior Fernandes Nunes de Camargo, conhecido como Cônego Melchior, da Sé de São Paulo, nascido em 1766 e erradicado na cidade de Campinas.

Notando que não existia nenhuma igreja nas proximidades do campo santo dos cativos, o Conego Melchior pediu à Câmara Municipal e ao Bispo Diocesano da capital da Província, licença para edificar um jazido próprio, vizinho ao referido cemitério, sendo atendido no ano de 1835.(BRITO, 1956. p 88).

Neste ano, a agora Irmandade São Benedito solicitou à Câmara Municipal o pedido de um terreno para que ali fosse construída uma capela em homenagem a São Benedito. A resposta da Câmara foi positiva, porém condicionada à construção da Capela no prazo de um ano, sendo que o não cumprimento da exigência implicaria na perda do terreno concedido. Fato que ocorreu. A Irmandade não conseguindo fundos para a construção, perdeu o lote de terra. No ano 1837, o jazido em pleno funcionamento cobrava por sepultura, e dois anos depois foi ampliado devido à grande procura. Neste mesmo ano, uma comissão da Câmara Municipal ficou responsável por relatar a situação do Jazido e do Cemitério dos Cativos:

[...temos constatado que os cadáveres são nele mal sepultados e que, uma ou outra vez, cães tem feito ali exumação e devorado cadáveres; a ser exta essa informação, como nesse cemitério sepulta-se grande número de corpos pode-se fazer perfeitamente as exumações, conservar descobertas as matérias animais em decomposição e estar a atmosfera em contacto com o maior foco de miasma em decomposição e, em consequência afetar a saúde dos mesmos habitantes em suas imediações...] (BRITO, 1956. p. 91).

A construção pleiteada só será realizada pela iniciativa do Mestre Tito, Tito de Camargo Andrada⁷, escravo liberto, que angariando esmolos e donativos, tratou de obter o local onde existia o jazido do cônego Melchior Fernandes Nunes de Camargo, dando início às obras. Contratempos e demoras não permitiram ao fervoroso devoto levar a termo a construção da capela, vindo a falecer no dia 29 de janeiro de 1882.

⁷ Mestre Tito – Viera muito moço de seu paiz distante – África – trazido como escravo e aqui foi ele vendido por um traficante qualquer, vindo a ser propriedade do capitão- mor Floriano de Camargo Andrade, que foi tronco de muitas famílias campineiras. Conquistando a estiam do seu senhor, Mestre Tito conseguiu libertar-se, adoptando então o sobre nome Camargo Andrade.

Posteriormente, o vigário José Joaquim de Souza Oliviera, a Irmandade de São Benedito e o padre Cypriano Oliveira deram algum impulso às obras até que se formou uma comissão, a qual tinha também a participação d. Ana de Campos Gonzaga, por meio de festas, leilões e saraus de arte. Essas atividades, tendo como rosto uma figura da elite campineira, angariou os recursos necessários ao término do edifício, inaugurado a 11 de outubro de 1885.

Em 1853, o Mestre Tito, solicitou novamente à Câmara Municipal, um terreno para a construção de uma capela em homenagem a São Benedito, desta vez junto ao Largo da Forca, próximo ao Cemitério dos Cativos.

A existência, portanto, do velho jazido no qual haviam cessado, havia muito, os enterramentos, chamou-lhe, portanto, a atenção, como lugar já por si convidado a ser escolhido para uma nova capela, tanto mais que se deveria esperar que os parentes das pessoas ali sepultadas concorressem para a obra a fim de resguardar da futura profanação um lugar que tanto recomendava às suas afeições. (BRITO, 1956. p 96).

Sabendo das dificuldades que a Irmandade tinha para conseguir um terreno para aquelas bandas, Mestre Tito resolveu então, solicitar a D. Luiza Francisca de Moraes, sobrinha do Cônego Melchior, a continuidade da manutenção do antigo jazido, que ninguém mais cuidava. Além disso, que pudessem ampliá-lo através da construção da capela que a Irmandade tanto sonhava. A sobrinha do Cônego, atendendo o pedido, doou o jazido do tio para a Irmandade e requereu à Câmara alguns terrenos anexos. Mestre Tito passa então a angariar fundos para a construção:

[...lá ia ele pelas ruas a fora, de porta em porta, procedendo a coleta, com o apelo cantarolando que se ouvia comumente de sua boca: Esmola prá São Benedito...]

O nome do técnico dos pedintes de óbulos nas confrarias do andador. Por todo esse movimento e luta, mestre Tito se torna procurador da Irmandade de São Benedito, enquanto o Presidente era o Pe. José Joaquim de Souza e Oliveira e o tesoureiro dr. Ricardo G. Daunt.(BRITO, 1956, p.98)

As obras de construção da Irmandade não correram no ritmo esperado. Em 1874, segundo relatório do Arquivo Municipal, a imprensa lançava notas cobrando e criticando mestre Tito que já estava velho e “muito alquebrado”, o relatório ainda fala que provavelmente muitas pessoas não entendiam tanta abnegação, julgando-o partícipe do dinheiro que angariava. Tito silenciava-se diante às críticas e mantinha a tarefa de busca de recursos. Neste ano, ele tornou-se diretor e principal zelador da Igreja de São Benedito, sob a responsabilidade ainda do agora vigário José Joaquim de Souza e

Oliveira e o padre Cypriano Oliveira. É nesse contexto que acontece a entrada de Anna Campos da Paz na Irmandade.

Segundo Brito:

Anna de Campos da Paz era filha do Comendado Manoel Venâncio Campos da Paz e havia nascido na cidade de Bananal, Província de São Paulo, no dia 07 de maio de 1845, com quatorze anos, casou-se com o médico dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, fixando residência em Campinas. Com um pequeno hospital, o médico contou sempre com sua esposa que, dotada de bom coração e profundo espírito religioso, auxiliava-o quanto podia, dedicando sua vida e fortuna às obras de beneficência. Em 1876, d. Anna Gonzaga, sabendo das dificuldades que Mestre Tito tinha em angariar mais dinheiro para as obras da capela de São Benedito, fez publicar, através da imprensa local, um apelo a toda a sociedade campineira, para que a mesma se mobilizasse e concluísse aquela capela, e assim foram feitas listas de contribuições mensais junto às damas da sociedade, festas, saraus culturais e leilões.

[...]

O leilão, geralmente, iniciava-se como era de costume, às 6 e meia da tarde nos dias úteis, aos domingos e feriados eram realizados com antecedência, às primeiras horas da tarde, tendo as pessoas da nossa melhor sociedade tomando parte nessas realizações, ou fosse recitando, ou cantando, ou tocando piano, maneira muito em voga de se atrair boa assistência a essas festas de requintado bom gosto como soíam ser no tempo. (BRITO, 1956 p. 103)

Com o apoio da elite campineira e intermédio de D. Ana Gonzaga, Tito angariava fundos e as contribuições necessárias para a implementação da Irmandade. Em 1881, já com idade avançada e saúde debilitada Mestre Tito faz um requerimento à Câmara Municipal, expressando seu desejo de ser enterrado na Igreja da Irmandade. Os vereadores negaram o pedido do enterro na capela inacabada, sob o argumento de não contrariar a Lei dos enterramentos no interior de templos.

No dia 29 de janeiro de 1882, com aproximadamente 80 anos, morreu Mestre Tito, e foi enterrado no cemitério da Saudade, porém no dia 29 de maio, por iniciativa de Edmo Goulart, seus ossos foram trasladados para a Igreja São Benedito, com a permissão do arcebispo de Campinas, d. Paulo de Tarso Campos. (Jolumá Brito, p. 107) D. João B. Correia, tempos depois, procurando homenagear aos que tanto trabalharam para a construção daquela igreja, pediu para que colocassem o retrato de Mestre Tito em uma de sua dependências, ladeado pelos retratos de D. Anna de Campos Gonzaga e de Francisco Bueno de Miranda.

Era um cidadão estimável o Mestre Tito, digno de um aperto de mão de todos os que compreendem que, neste mundo, há dois grandes títulos de nobreza para o homem: - a honestidade e o trabalho, mesmo quando esse homem tenha sido escravo (Brito, 1956, p282-283)

Anna Gonzaga junto com uma comissão formada pelo dr. Ricardo Gumberton Daunt, que era vereador na cidade, Francisco Bueno de Miranda, Francisco Alves de Almeida Salles deram continuidade aos trabalhos de conclusão da Igreja. Neste momento, convidaram o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, recém chegado da Bélgica, para levantar a planta da fachada da igreja, que no dia 11 de outubro de 1885 teve as obras concluídas. Em 1881, dr. Ricardo G. Daunt escreveu para o almanaque a respeito do andamento das obras:

A igreja promete apresentar um aspecto bonito e perfeitamente eclesiástico, quando for acabada. O tamanho satisfará muito todas as necessidades ordinárias, pois em comprimento mede 130 palmos inclusive a sacristia e em largura 45 entre os muros, tendo uma altura proporcional. A construção é de alicerces de pedra com superestrutura de tijolos. Tem um nave com corredores, ou tribunas, em linha supostados por detrás da capela-mor. Antes de estar assentado o assoalho do corpo da igreja, falecendo a sobrinha do fundados, já mencionado com 95 anos de idade, foi ela sepultada ali em virtude do direito que lhe assistia.

O imprensa campineira publicava entre outras coisas a seguinte matéria:

[...Não é uma obra artística, ao contrário, apresenta muitos defeitos de construção. Como, porém, não ser assim, tratando-se de um edifício construído sem um plano de antemão traçado? Exteriormente, o aspecto da Capela é incaracterístico e, apenas o frontispício oferece um conjunto agradável à primeira vista. Pelo lado interno a Capela é muito elegante. Tem uma só nave. O corpo prolonga-se me ambos os lados por todo o comprimento do edifício, oferecendo uma larga varanda apoiada em pilares octógonos que são ligados uns aos outros por arcos pontiagudos, com arcos góticos. O altar mor é feito de tijolos e argamassa e pintado à imitação do mármore; o teto desta parte da igreja é uma abóboda e o restante é meio abóboda. A pintura é toda em branco e azul, oferecendo muito boa impressão...] (BRITO, 1956 p.109 - 111)

No dia 11 de outubro de 1885, teve as obras concluídas.

A primeira missa foi rezado pelo Cônego Honório Benedito Otônio, vigário de Casa Branca que deu sermão contando a vida de São Benedito, contou ainda com a participação de D. Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará que estava em passagem por Campinas, o maestro Presciliano da Silva tocou ficou responsável pela música da cerimônia religiosa. Na tarde do mesmo dia uma procissão, guiada pelo padre Berlamino de Souza, fez a transladação de uma imagem do santo, da igreja do Rosário para a nova igreja. No mesmo dia uma banda chamada Lira de São Benedito foi criada. (Amaral, 1927, p.283-284)

Até o ano de 1926, a igreja São Benedito pertenceu à Paróquia da Catedral Metropolitana. A partir de então a Igreja São Benedito tornou-se matriz, assumindo-a, os padres da Congregação do Sagrado Coração dos Estigmatinos de Nosso Senhor Jesus Cristo, permanecendo até os dias atuais. No dia 16 de agosto de 1966, foi criada a Paróquia de São Benedito.

Essa irmandade que foi então fundada em Campinas, no ano de 1831, pelo curandeiro, ex-escravo Mestre Tito, figura respeitada na sociedade local, hoje está localizada no Largo São Benedito. As autoridades concederam a licença para a construção da capela com o intuito de evitar que um grupo de negros católicos, formados por escravos e libertos, acabasse se desviando dos dogmas fundamentais do catolicismo.

Maciel analisa que, com a morte de Mestre Tito, membros da sociedade local assumiram a construção da capela; observa ainda que a Irmandade de São Benedito “[...] nunca se constituiu um espaço de atuação autônoma dos negros.” Na verdade, foi “[...] sempre um espaço de afirmação da submissão de grupos de negros aos ditames da imposição ideológica e religiosa dos grupos dominantes.” Observa, também, que a aparente autonomia dos negros na direção da irmandade, na verdade, “são controlados por uma rígida rede de poderes meio difusos, representados pela figura do padre e das imagens dos santos.”

Na criação da Irmandade, Mestre Tito havia idealizado a construção de uma casa de educação para os filhos dos homens de cor. No entanto, sua concretização só aconteceu no final do século XIX, com a criação da Sociedade de Instrução São Benedito pelos irmãos da Irmandade. O exemplar do jornal *Cidade de Campinas*, de 23 de junho de 1887, informava a reabertura da escola com descrições das salas de aula, datas de matrículas e nomes de professores que ministrariam as aulas.

Em 1896, a Sociedade de Instrução iniciou as aulas de alfabetização ministradas por irmãos alfabetizados nos fundos da Igreja de São Benedito. Porém, essa primeira iniciativa acontecia nas horas vagas, quando voluntários da comunidade e simpatizantes, usando as dependências da igreja, davam aulas para irmãos e demais pessoas da cidade. (SILVA, 2015)

Essa iniciativa da Irmandade de oferta de educação aos negros, por meio da Sociedade de Instrução São Benedito, funcionou como um passo inicial para a criação

do Colégio São Benedito, em 1902, quando o professor Francisco José de Oliveira chegou à cidade de Campinas e foi convidado pela Irmandade para instalar a escola. (PEREIRA, 2001).

1.4.2 Federação Paulista dos Homens de Cor

Em 1902, após a chegada do professor Francisco José de Oliveira, chegada essa que analisamos no capítulo dois, é criado o Centro Literário dos Homens de Cor. Esta criação acontece pela atuação do mesmo grupo de negros ligados à Irmandade São Benedito. Em 1904, o Centro Literário dos Homens de Cor publicou o jornal *O Baluarte*, que teve vida curta, mas foi um dos primeiros órgãos da imprensa negra, fruto da mobilização negra que dava voz direta aos afrodescendentes da cidade.

A primeira Edição do Jornal: O nosso aparecimento na arena do jornalismo brasileiro será considerado para a crítica mundana um fato de suma importância social. O pessimismo sempre crescente das gerações incultas negou aos homens de cor a parcela da racionalidade que são possuidores todos os seres pensantes.

Logo depois, o Centro Literário passou a se chamar Federação Paulista dos Homens de Cor, uma instituição ligada à Irmandade São Benedito. A partir de 1910, a Federação Paulista dos Homens de Cor tornou-se a mantenedora do colégio São Benedito.

Benedito Evangelista, em entrevista ao departamento de história oral da Unicamp, narrou esse acontecimento:

Em 1910 apareceu um outro patrício também, que soube que existia em Campinas um Colégio simples. Quem é esse patrício? Era um branco e deputado, chamava-se Dr. Monteiro Lopes, era um senhor baiano também, que começou entrar na política, deixando pra trás a questão do Colégio, eu vou ligar essa parte depois.
Então aí esse deputado, ele veio pra Campinas fazer uma visita em Campinas, chegou e encontrou o Colégio São Benedito.
- Então aqui tem atividade de homens de Cor?
Tem um deputado que já era de Campinas que chamava Antônio Cândido Lobo, que veio recepcionar o Monteiro Lopes.
Então esse Antônio Lobo, trouxe ele pro Colégio São Benedito, mostrar pra ele, que ele também era campineiro, e que tinha esse Colégio São Benedito.

Então foi uma política, como? Porque o Antônio Lobo era político também mas de São Paulo, e o Monteiro Lopes era do Rio, Capital Federal, estava federado.

E estudavam uma forma qualquer, vamos formar uma associação, mais clara, uma coisa mais possível.

Então formaram a Federação Paulista dos Homens de Cor.

Petrônio Domingues (2009), no texto *O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil*, comenta

[...] a Federação Paulista dos Homens de Cor tinha como horizonte a promoção do auxílio mútuo, mas se diferenciava das demais sociedades do gênero pela especificidade de seu público-alvo. Nos seus estatutos dispunha-se a labutar em prol do desenvolvimento “moral e intelectual dos negros do Brasil”. Para tanto, vislumbrava ser necessário, entre outras medidas, velar pela educação dos sócios, proporcionando-lhes aula de alfabetização em períodos diurnos e noturnos (DOMINGUES. 2009.p. 970).

No capítulo seguinte, serão abordados a criação e desenvolvimento do colégio São Benedito e atuação do Prof. Francisco José de Oliveira como principal responsável por formar e dirigir o colégio no período de 1902 a 1934.

2 O COLÉGIO SÃO BENEDITO E O PROF. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA

A oferta de aulas de alfabetização para a população negra iniciou-se alguns anos antes da fundação do Colégio São Benedito em 1902. Porém, a chegada do professor Francisco José de Oliveira na cidade de Campinas mobilizou e motivou o grupo de negros ligados à Irmandade São Benedito na criação do colégio, como forma de resistência à discriminação sofrida pelos negros e aos padrões segregacionistas da sociedade campineira.

O racismo anti-negro em Campinas na Primeira República, assim como em todo Brasil, manifestava-se através da ideologia de branqueamento, concretizada na intensa promoção da imigração de europeus brancos para nosso país. Porém, a população negra promoveu movimentos de resistência e de luta contra um processo de marginalização social, político, cultural e racial imposta aos negros. Domingues (2004) registra que as relações raciais eram tensas, com um padrão segregacionista e costumeiro.

Os negros eram privados de direitos civis elementares. Um cordão de isolamento, invisível ou expresso, apartava negros e brancos em algumas instituições do estado, no sistema de ensino, no mercado de trabalho, na divisão espacial da cidade, na prática religiosa, desportiva, nas uniões conjugais, na rede de lazer, de serviços, enfim, na vida pública e cotidiana de São Paulo. O racismo à paulista era ora inscrito em algumas leis e documentos oficiais de diversas naturezas (na legislação do estado, nas normas das repartições públicas, nos estatutos de clubes e associações, nos regimentos de escolas), ora amparado no código dos costumes das empresas, praças públicas, dos estabelecimentos comerciais, cinemas, bares, restaurantes e bairros da cidade. (DOMINGUES. 2004, p. 201)

Essas questões não eram sempre passivas. Lucia Helena Silva (2015, p 08) salienta que os jornais traziam artigos que objetivavam apontar o futuro dos negros no Brasil, destacando qualidades como inteligência e amor ao trabalho, valores esses, que naquele contexto, culminavam com os propósitos da educação. Através do desenvolvimento dessas aptidões, acreditavam que teriam um espaço no âmbito social e a autora destaca que a imprensa negra, por diversos artigos, criticou as condições da população negra e as exigências impostas aos homens negros.

Como pretender que devam ser polidos, como exigir que se apresentem nas praças publicas a fazerem discursos arrebatadores, nos salões a

recitar versos de Dante, homens que ontem deixaram a enxada? (O Progresso, 1899, p1)

Os membros da imprensa negra também atuaram como formadores de opinião e denunciadores das condições da população negra local. Uma dessas denúncias foi formulada pelo jornalista negro Benedito Florencio, tomando por apoio um artigo publicado em São Paulo, no Jornal *A Gazeta*, no qual se descreve a péssima situação dos pretos do Estado. [...Nosso patrício, Sr. Bernardo Viana, recentemente chegado do Rio e por ser preto não consegue emprego em parte alguma...] (MACIEL, 1987, p. 13)

No exemplar do dia 27 de dezembro de 1906, a *Cidade de Campinas* divulgou um artigo que abordou o progresso de Campinas, citando, entre outros exemplos, o “Colégio São Benedito que espalha instrução por dezenas de crianças desamparadas, que descendem da raça outrora escravizada...” (MACIEL, 1987, p. 48)

Destacamos que o Jornal *Baluarte*, como porta voz do grupo que dirigia o Colégio, nomeava os negros do período como “homens de cor” e, quando analisamos como a imprensa caracterizava o negro, fica mais explícita a intencionalidade daqueles que compunham a direção do Colégio, os chamados “homens de cor”:

Assim, “homens de cor” era uma referência para aqueles que pareciam melhor situados na escala socioeconômica e que, em decorrência desse fato, eram reconhecidos como pessoas de bem. “Brasileiros pretos” eram aqueles negros da sociedade campinense que, mesmo pobres, tinham trabalho e moradia conhecidos, de tal forma que lhe eram, pelo menos, assegurado o uso do título da nacionalidade brasileira. “Mulatos”, “pardos” e “mestiços” eram os brasileiros descendentes de negros que dada sua condição socioeconômica miserável passavam anonimamente. “Pretos” e “pretas” eram, em geral, os negros totalmente desprovidos de meios de vida, sem moradia e sem trabalho.

[...]

Por outro lado, na imprensa negra essa caracterização era diferente. Assim ao longo de sua existência, Getulino referia-se aos negros como “raça pigmentada”, “raça negra”, “raça em evolução”, “raça preta”, ... o *Baluarte*, outro jornal negro campinense, também falava em “classe dos homens de cor”. Coerentemente com esta posição, o Getulino convoca todos os negros a “centuplicar os esforços”, educar os filhos, “sacrificar” e “elevar-se à altura do perfeito cidadão”. (MACIEL, 1987 p 48)

Compreendemos, assim, que esses homens estavam inseridos na militância da população negra e tinham importância na elite local, a exemplo dos termos utilizados para se referir ao professor Francisco José de Oliveira na *Monografia Histórica de*

Campinas, como conceituado educador na cidade de Campinas. (MARIANO, 1952. p.422)

Ao pensar no âmbito de atuação da população negra campineira, Maciel entende que a Instituição é um espaço de subserviência da população negra:

A salvação conseguida através da obediência a São Benedito, que embora preto era representado com os olhos azuis de Cristo, dependia também da obediência ao padre local, sem maiores questionamentos que não se explicassem pelos “mistérios da fé.”. Esse não-questionamento é que permite a permanência da Irmandade, a construção da igreja e o surgimento do Colégio São Benedito em 1901⁸. Este último teve um papel muito importante no processo de afirmação do homem negro campineiro livre, enquanto cidadão e ser capaz de perfeitamente integrar-se ao modelo idealizado pelo grupo branco, de qual deveria ser o lugar do negro na sociedade. (MACIEL, 1987, p. 99)

Em contraposição, Silva concebe a Irmandade como o primeiro espaço para o surgimento do Associativismo que foi a Irmandade São Benedito. Inicialmente, os irmãos alfabetizados ministravam aulas de alfabetização e, em 1902, foi criado o Colégio São Benedito. Essa data compactua com a chegada e a participação do professor Francisco José Oliveira na cidade e no convívio com os membros da irmandade. (SILVA, 2016, p.04)

Nesse sentido, entendemos que há uma contraposição ao posicionamento dos dois autores a respeito do Colégio, um entendendo o Colégio como meio de coerção e o outro, como espaço de associativismo. É notável que uma contradição no pensamento dos autores citados pode ser compreendida pelo período em que os intelectuais escrevem suas dissertações. Maciel faz seus estudos na década de oitenta, entrada do pensamento neoliberal no Brasil; a professora Lucia Helena Oliveira Silva analisa o Colégio em um momento em que o pensamento identitário é mais presente nas discussões acadêmicas. Em contrapartida, percebemos uma redução nas produções que abordam uma perspectiva da luta de classes.

Nomes, como por exemplo, Benedito Florêncio, José Benedito de Paula e o próprio Francisco José de Oliveira, serão mencionados por diversas vezes na sociedade campineira, nos âmbitos de participação da imprensa negra, fundação de associações e grupos mutualistas. Compreendemos que a presença marcante desses sujeitos em vários

⁸ Embora MACIEL date a fundação do Colégio em 1901, o Jornal Cidade de Campinas datado de 23 de junho de 1987, traz notícias da reabertura da escola com descrições das salas de aulas, datas de matrículas, e nomes de professores que irão ministrar as aulas.

espaços como ativistas dessa formação de grupos de homens negros pode ser entendida como a existência de um pequeno grupo que, embora portador de características de ativismo, precisava se locomover nos campos de atuação a fim de marcar e inserir o negro nesses âmbitos.

2.1 O Professor Francisco José de Oliveira

O Professor Francisco José de Oliveira, nascido no ano de 1881, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, era filho de Manoel José de Oliveira e o nome da mãe não está registrado em nenhum documento, pois esse não era um dado obrigatório nos documentos do período. As fontes que registram a origem do professor Francisco José de Oliveira são contraditórias, sendo que adotamos os dados da certidão de óbito, onde consta que ele faleceu com 55 anos, na cidade de Campinas-SP.

Encontramos no jornal *Correio Popular*, de 06 de abril de 1958, por exemplo, a informação de que o professor Oliveira era natural de Ouro Preto–MG. A Monografia Histórica de Campinas menciona que ele era casado, apesar de a Certidão de Óbito registrar o estado civil solteiro. Na obra *Fortes laços em linhas rotas*, que aborda a experiência de negros ilustres na segunda metade do século XIX, a autora (PINTO, 2014, p.16) descreve que há pouca ou total ausência de dados referente a origem familiar de muitos desses sujeitos, afora a identidade paterna.

Ele cursou a Escola Normal no Colégio Eclesiástico de Ouro Preto, chegando a Campinas em 16 de Julho de 1902, com apenas 21 anos⁹, procurando compreender a escolarização desses sujeitos. E o historiador Marcus Vinicius Fonseca (2005), tratou da temática de educandos negros estudando em escolas no estado de Minas Gerais:

A historiografia da educação ainda não tomou esta questão como um problema, mas podemos dizer que há uma certa crença de que a escola era uma instituição de caráter elitista e que era frequentada por uma população predominantemente branca. Um exame detido de algumas fontes e dos trabalhos mais recentes sobre Minas Gerais revela que estas ideias carecem de uma avaliação mais criteriosa, pois mesmo diante do preconceito e da escravidão os negros tiveram a capacidade de circular por vários espaços sociais. Essa circulação também se deve

⁹ As informações da origem do professor Francisco José de Oliveira apresentam divergências. Os documentos do acervo do Centro de Memórias da Unicamp, referentes ao processo de posse do colégio, divergem com relação à origem, sendo também apresentada a cidade de partida Ribeirão Preto, e essa é a origem confirmada na certidão de óbito do professor.

ao fato de que, uma grande parte da população desta província compõe-se de negros livres, mestiços de negros com brancos e de brancos e negros com índios, envolvendo todos os tipos de mestiçagem dessas três raças entre si, os ‘ brancos puros’ representam uma fração relativamente pequena da população total (FONSECA, 2005, p. 106).

O autor ainda relata que negros e mestiços eram a ampla maioria da população em Minas Gerais, e esses encontravam-se nos mais diferentes locais sociais. Registra a passagem do alemão Hermann Burmeister, que esteve em Minas Gerais no final da primeira metade do século XIX:

[... à medida que penetramos no interior do país, porém, aumenta a preponderância da população negra e mista e numa povoação bem afastada já podemos ver um subdelegado ou juiz de paz, um mestre-escola ou um cura mulato ou preto...] (apud LEITE, 1996, p. 10).

Na análise de Fonseca, referindo-se especificadamente ao Estado de Minas Gerais:

Pretos e mulatos estavam nos mais variados papéis, inclusive na escola, na condição de professores. O olhar do viajante (*Hermann Burmeister*) é de estranhamento diante deste arranjo social, mas é um testemunho da capacidade de circulação dos afrodescendentes na sociedade mineira. Este perfil da população livre demonstra o nível de circulação de pretos, pardos e crioulos na sociedade mineira, porém, está longe de colocar de lado a ideia de que o preconceito não era uma barreira social. No entanto, fornece uma pista para investigar como esses sujeitos sociais criaram estratégias para enfrentar uma sociedade fortemente hierarquizada e racista, buscando sua afirmação no espaço social. (FONSECA, 2005.p. 100).

Fonseca utiliza os mapas de população, ou listas nominativas de habitantes, que são documentos que trazem várias informações sobre a população de Minas Gerais, revelando-se como um corpo documental fértil para as análises em história da educação, sobretudo no que se refere ao perfil do público presente nas escolas. Constata que no caso das crianças, registram-se as que se encontravam nas escolas de primeiras letras, as que aprendiam a ler, as que frequentavam outros níveis de ensino e, ainda, as atividades exercidas por crianças escravas, inclusive as que se encontravam no aprendizado de algum ofício. E em relação ao público presente na escola, não se encontra nenhuma criança que fosse preta, cabra ou crioula e nem tampouco índios, somente brancos e pardos. Em meio à população total de habitantes, foram registradas 39 crianças que frequentavam a escola de primeiras letras, todas do sexo masculino, sendo

34 pardos e apenas cinco brancos. (Arquivo Público Mineiro: Inventário Sumário dos Mapas de População – documento micro-filmado, rolo 1, caixa 1.)

O historiador, contrapondo às informações sobre a população de Cachoeira do Campo com as de crianças presentes na escola, destaca uma coincidência no grupo dos brancos, que eram 9% da população, e permaneceram com o mesmo índice em relação à escola. Os pardos aumentaram significativamente o índice de presença em relação à população, saltaram de 53% para uma representação de 91% na escola de primeiras letras. Este avanço dos pardos foi alcançado a partir da absoluta ausência de crioulos, cabras e pretos. Conclui-se, portanto, que esta predominância dos afro-descendentes, conjugada com esses procedimentos hierárquicos típicos da sociedade racista do século XIX, nos leva a reinterpretar o caráter etnocêntrico dos procedimentos pedagógicos das escolas mineiras e brasileiras. (FONSECA, 2005)

A escola do século XIX é um ambiente marcado pelas práticas pedagógicas de caráter fortemente disciplinar, que objetivava promover comportamentos adequados e disciplinares aos sujeitos portadores de uma cultura diferenciada do modelo europeu. A experiência de Minas Gerais, descrita por Fonseca, mostra que essas características pedagógicas não são exclusivas de um espaço reservado a brancos, as escolas mineiras tinham a participação de crianças negras e eram tão excludentes e hierarquizadas como as que não aceitavam esses sujeitos. O autor discutido conclui então que:

O etnocentrismo não era um instrumento de autoafirmação da cultura europeia, mas instrumento de poder na luta contra os afrodescendentes, um processo que o abolicionista Joaquim Nabuco, em 1883, chamava de combate à africanização do Brasil. Para Joaquim Nabuco, um dos grandes males da escravidão foi ter introduzido no Brasil uma grande população negra que, por ser portadora de uma cultura primitiva, influenciou de forma negativa a formação do país. A abolição da escravidão seria um passo no sentido de se combater esse processo de africanização que havia deixado marcas profundas na sociedade brasileira. Esta mesma perspectiva Aurélio Pires que, em 1909, na condição de paraninfo das alunas da Escola Normal de Belo Horizonte, dizia às normalistas sobre exercício da profissão que escolheram: não pensem que encontrarão nas escolas crianças louras e dóceis como pombas, tereis, pois, que vos avir, não raro, com alunos grosseiros, rebeldes, bravios, em cujo coração haverá explosões súbitas e formidáveis da ferocidade primitiva de antepassados selvagens. Pois bem, são precisamente estes que mais necessitam que inoculeis nas almas o mirífico leite da ternura humana, de que nos falou o bondoso Machado de Assis (PIRES, 1909, p.17)

A presença de crianças negras nas escolas mineiras não significou a interação plena desse grupo, ao contrário, deu origem a uma cultura de violência e desqualificação que necessita ser compreendida, combatida e, por fim, superada. Entendemos como necessário compreender esse momento em que acontece a formação e a escolarização do professor Francisco José de Oliveira inclusive objetivando entender as habilidades que ele adquiriu para permanecer como diretor do Colégio por tantos anos.

A história do professor Oliveira mostra que ele era figura circulante na elite campineira, reconhecido em literaturas como a já mencionada *Monografia História de Campinas*, que foi produzida pela Câmara Municipal da cidade em 1952. Exemplo disso são as relações que manteve com o Dr. Antônio Alvares Lobo e com o Deputado Monteiro Lopes, que visitaram o colégio e mostraram-se entusiasmados com a instituição.

As fontes documentais sobre a chegada do professor à cidade são compostas por periódicos da época e também por relatos pelo último presidente da Federal Paulista dos Homens de Cor, o professor Benedito Evangelista, que assim disseram:

Que o descer na Estação foi guiado pelo carregador Constâncio para conhecer a cidade, tendo assim chegado a residência do sr. Chico Vilela (ao lado da Matriz do Carmo) o qual era também um negro de boa vontade, procurou em conversa com o referido sr. A fim de pedir apoio as autoridades Campineiras para um professor normalista, para que fosse facilitado em abrir um Colégio Educacional para os filhos dos homens de cor, sendo apresentado aos Homens de Cor. Já radicado no meio social da cidade os quais foi marcado uma reunião entre as seguintes pessoas: José Benedito de Paulo, Simão Gomes Cana Verde, Albino de Souza, Torquato Braga, Manoel João, Eulampio Evangelista, Benedito José Cardozo, esses já eram também fundadores da Irmandade São Benedito (Em 1902 chegou a cidade o então professor Francisco José de Oliveira, vindo de Ribeirão Preto, moço ainda, porém, com bons propósitos de trabalho. Hospedou-se numa pensão que existia ao lado da Matriz do Carmo, onde se realizavam reuniões de moços, com a participação principalmente de Benedito Florencio, sendo apresentado ao Sr. José Benedito de Paula, que mantinha sua pequenina escola nos fundos da Capela de São Benedito. (Correio Popular. Campinas, 06 de abril de 1958)

O jornal *Correio Popular* relembra o professor Oliveira como um educador de renome. Depois de instituir e manter o Ginásio São Benedito e a Escola de

Comércio Dr. Antônio Lobo, criou o Colégio São Benedito em 16 de julho de 1902. (*Correio Popular*. Campinas, 23 de outubro de 1965).

No ano de 1903, o professor foi eleito secretário da Irmandade São Benedito. Um ano após sua chegada, especificamente no dia 15 de novembro de 1903, fundou, junto com o maestro José Benedito de Paula, Raymento S. Pereira entre outros, o Centro Literário dos Homens de Cor e o jornal *Baluarte*. O educador também esteve presente na fundação de outras instituições negras locais, chegando a assinar a ata de abertura da Liga Humanitário dos Homens de Cor.

Pereira (2001) registra que o professor Oliveira conseguiu tirar a escola de dentro das paredes da Irmandade e apresentá-la para a sociedade. Como resultado de seu trânsito pela sociedade campineira e sua presença frequente nos festejos locais, ele inseriu o colégio nas festividades e comemorações do 13 de maio, permitindo que os alunos desfilassem e marcassem presença nas ruas campineiras. Após cinco anos de silêncio, o Colégio passa a ser mencionado nas páginas dos jornais devido à chegada da nova administração do estabelecimento, o professor Oliveira: “o professor Oliveira parece ser alguém sem medo de assumir a responsabilidade”.

O professor Francisco José de Oliveira, na condição de figura militante, assume estreita relação com Dr. Paulo Alvares Lobo, político e advogado de Campinas, que foi prefeito quatro vezes da cidade, e chega a assumir o cargo de diretor da Federação Paulista dos Homens de Cor. No discurso de encerramento do ano letivo do Colégio São Benedito, o diretor da Federação discursou com palavras de teor militante:

Diretor que produziu um eloquente discurso encarando o futuro da classe dos homens de cor em todos os seus variados aspectos, indicando o que de preferência, urge fazer para o bem da classe, aconselhando a união e solidariedade para garantia dos seus ideais e terminou felicitando a classe pela bela iniciativa da sua união, vasada nos acurados moldes da Federação Paulista dos Homens de Cor (Acervo pessoal Benedito Evangelista – Capa do livro de ata)

O professor Oliveira, nessa mesma ocasião, expressou a gratidão a Antônio Alvares Lobo e Paulo Álvares Lobo e os adjetivou como grandes amigos da classe. No dia 04 de fevereiro de 1913, em sessão presidida pelo professor Oliveira, na sede do Colégio, o registro em ata e uma publicação em periódico mostram que o educador solicitou que os membros participassem das eleições para deputado federal e que o nome indicado para apoio dos membros fosse o do Dr. Antônio Lobo, que, no dia

16 de fevereiro, compareceu à sede do Colégio e agradeceu a atividade em prol de sua eleição pelos membros da Federação e do Colégio.

O apoio a políticos do Partido Republicano era explícito. Em ata de reunião do dia 27 de outubro de 1913, o professor Oliveira externou mais uma vez o posicionamento partidário da instituição:

Assunto eleitoral que o dia 30 no ano corrente devia realizar a eleição municipal a qual a Federação tomava parte ativa já que na chapa oficial tinha dous homens que nos tinha sagrado dever de trabalho para vitória desses dous cidadãos que dera o nosso chefe Dr. Antonio Lopes e o Dr. Heitor Penteado. (Livro de atas do Colégio São Benedito)

O professor também manteve estreita relação com o deputado Monteiro Lopes, primeiro deputado negro no Brasil que visitou o colégio e mostrou grande apreço pela instituição.

No que tange às relações com a elite branca, Pinto (2014, p.24) esclarece que as proximidades e tessituras com figuras brancas influentes não permitem dizer que nutriam amizade pelo simples cálculo de obter vantagens para si, até mesmo porque falava-se de homens aptos a facilmente perceber o oportunismo de outros sujeitos. Em vez disso, a autora registra que a inserção numa cadeia de diálogos e reciprocidades era um procedimento indispensável ao fazer cultura e, no caso, também compreendemos a busca pelo espaço defendido na educação.

A política brasileira e principalmente o Estado de São Paulo estão inseridos no contexto da Política do Café com Leite, e as Oligarquias, representadas e lideradas pelo PRP (Partidos Republicano Paulista). Sendo assim, buscando compreender as contradições dos argumentos, analisamos diversas atas e documentos do período, porém fez-se necessário um olhar macro sobre as alterações de lideranças políticas no Brasil, bem como compreender o período que discorre o funcionamento do Colégio, sua consolidação na sociedade, seu fechamento, e, simultaneamente, a ascensão, a queda e a migração dos membros do PRP para outros partidos e a instauração do Estado Novo.

O PRP, fundado em 1873, foi o principal partido da Primeira República, extinto por decreto de dezembro de 1937 junto com os demais partidos do país, logo após a instalação do Estado Novo. Parte de seus membros estiveram ligados ao funcionamento do Colégio São Benedito, a exemplo do Dr. Antônio Alvares Lobo, Monteiro Lopes, Paulo Alvares Lobo. O período que compreende o final do século XIX

e as três primeiras décadas do século XX são marcados por disputas pela hegemonia política do país, que por grande período esteve nas mãos do PRP, através da Política do Café com leite, e valendo-se de estratégias como a Política de Governadores.

Na ocasião, o Estado de São Paulo, foi centro incontestável da economia exportadora, e pode-se detectar um amplo processo de expansão e fortalecimento da burocracia estatal, cujo resultado foi ter propiciado uma crescente centralização do comando sobre as políticas cafeeira e tributária em mãos da alta cúpula burocrática. A cidade de Campinas tinha forte representação, nesse quadro, com membros atuantes no PRP.

O Partido Republicano como também aponta Sêga, teve duas fases: a primeira, entre 1873 e 1889, e a segunda abrangendo o período de 1898 a 1930. Os anos intermediários, de 1890 a 1897, foram marcados por grande instabilidade política. Só a partir de 1898 é que a “política dos governadores” trouxe a conhecida regularidade da vida política daquele período. Com base na literatura sobre o partido em questão, acreditamos poder dizer que este era, na primeira fase (1873 a 1889), um partido de classe, para, em seguida (1898 a 1930), em grande parte devido às regras impostas pela ‘política dos governadores’, metamorfosear-se num “partido da administração”. (SÊGA, 2011.p.103)

Para Sêga a primeira fase do partido, de 1870 a 1889, é claramente a apresentação de um partido de classe, isso não quer dizer que se tratasse do “conjunto da classe dominante paulista”, o autor faz referência ao grupo pertencente aos “fazendeiros do oeste paulista”, o PRP paulista se forma de “lavradores e capitalistas”.

Ora, essa representatividade de classe esteve presente nos temas privilegiados pelo partido. Foi ela que fez do “federalismo” e da “reorganização do mercado de trabalho”. Segundo José Murilo de Carvalho, a principal preocupação dos republicanos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas a autonomia estadual. “Eles pediam [...]”, escreve Carvalho, ‘o governo a serviço de seus interesses. E isto seria melhor conseguido através do fortalecimento e do controle pleno do governo estadual’.¹⁰ Desse ponto de vista, uma das grandes vantagens da federação, por exemplo, seria conferir aos novos administradores da província autônoma o poder de suprimir o imposto de exportação sobre o café, seguindo, assim, um sistema vigente em vários países, segundo o qual ‘nem uma taxa, nem um direito pode ser lançado sobre a exportação’.(SÊGA, 2011. p104)

A ideia de hegemonia desse partido fundado na vigência de escravidão, é expressa no seu símbolo - um gigantesco jequitibá - escolhido para significar a sua invencibilidade em confronto com eventos políticos adversos. O primeiro manifesto

tratou, fundamentalmente, de três temas básicos: a autonomia das províncias através do regime federativo, a inconformidade com a hipótese do terceiro reinado e a emancipação dos escravos. Para os perrepeistas, o imperativo da abolição expresso no Manifesto:

‘não nos pertence exclusivamente porque é social e político; está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarquistas mais, do que nossa, porque compete aos que estão no poder ou aos que pretendem apanhá-lo amanhã estabelecer os meios de seu desfecho positivo’. Esses dizeres expressos no Manifesto de Itu, conforme passou a ser conhecido, foi assinado por Campos Sales; Francisco Glicério; João Tobias; João Tibiriçá; Manuel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes; Martinho Prado Júnior, irmão do conselheiro Antônio Prado, e José Alvos de Cerqueira César, sogro de Júlio Mesquita. (RAMOS, 1980. p3)

A leitura do manifesto nos faz inferir que não havia, portanto, uma preocupação com a abolição, e finda a abolição podemos concluir que o que acontece no Colégio São Benedito é uma aproximação que objetiva apoio através de votos e também a manutenção da estratificação da sociedade. As primeiras colocações dos republicanos paulistas, em aliança com os conservadores chefiados por Antônio Prado e Rodrigues Alves, foram as eleições de Prudente de Moraes e Campos Sales para a Câmara do Império. Esse momento ainda era o de maior agitação em torno da libertação negra, recrudescendo-se, contra o gabinete Dantas, a ofensiva escravista comandada por conservadores e dissidentes liberais. Quanto ao problema escravo, o manifesto garantia que o partido:

‘Nunca foi contrário ao movimento emancipador da raça escrava’. Entretanto, o partido fora criado para fazer a República e liquidar com o regime monárquico. Qualquer outra bandeira, que perturbasse a busca daquele propósito essencial, não deveria ser conduzida como se fosse uma determinação prioritária. (RAMOS, 1980, p4)

Sêga descreve a transformação do PRP na República:

O PRP na República se transformou em organização do governo, o partido não poderia levar à cúpula do Estado indivíduos que ali atuassem como meros representantes de classe. Ao contrário, os seus membros deveriam estar preparados para tratar de problemas que ultrapassavam aquele estreito horizonte. À medida que as “questões administrativas” e as decisões que elas exigiam confrontavam-se com os interesses imediatos de classe, desagradando às suas associações, o PRP passou a distanciar-se cada vez mais dos anseios que lhe deram origem.

[...]

Nesse sentido, é interessante observar que o partido reproduziu na sua organização interna a mesma relação existente, fora dele, entre poder

local e poder regional. Foi, assim, uma organização extremamente centralizada, detendo a sua Comissão Executiva todo o poder. A ela estavam totalmente subordinados os diretórios municipais. (SÊGA, 2001 p.105)

O partido como estamos analisando, se fez de estruturas como a “política dos governadores” e o monopólio político por ela propiciado, e essas tiveram sobre o partido uma dupla consequência, de um lado, transformaram a agremiação em via exclusiva de acesso ao governo do Estado e à burocracia, estabelecendo entre o PRP e a administração estatal uma íntima relação; de outro, e , conseqüentemente, aprofundaram a centralização do partido de modo a depositar na sua Comissão Executiva todo o poder de decisão acerca dos indicados para os cargos estatais, reprimindo, assim, a luta política em torno da questão. Como resultado desse domínio absoluto propiciado pela “política dos governadores” e pelo “compromisso coronelista”, o partido veio a ser uma organização continuamente próxima da administração estatal, na medida em que se transformou em via obrigatória de acesso ao Estado em todas as suas dimensões, seja para a obtenção de cargos no funcionalismo público, seja para se ter acesso aos cargos eletivos, da vereança ao Executivo estadual. Assim como os poderes municipais deveriam submeter-se docilmente às exigências do poder regional, os diretórios municipais do PRP achavam-se subordinados incondicionalmente à Comissão Executiva. (SÊGA, 2001)

É partindo dessas observações que inferimos as motivações dessa aproximação dos Republicanos, com os professores do Colégio São Benedito, o momento que estamos retratando, para se ter uma ideia, nas eleições presidenciais de 1894, somente 2,2% da população brasileira participou do processo eleitoral. O crescimento do número de eleitores se mostrou inexpressivo ao longo do primeiro período republicano, pois em 1930, apenas 5,6% da população votaram no pleito para presidência da república.(MOTTA, 1999: 56 apud Ramos, 2011).

O regionalismo triunfou ao longo da Primeira República brasileira apoiado sobre o tripé do coronelismo, da política dos governadores e das fraudes eleitorais. Não foram anos de estabilidade incontestes, contudo, a sobrevivência dos grupos detentores da máquina estadual se perpetuava. Os partidos eram meras representações políticas dessas elites. Os “PRs” eram hegemônicos, escondendo o jogo democrático por trás de um denso véu de acordos bem costurados. E é nesse contexto que esse grupo de militantes negros organizam-se. É primordial pensar na formação do

diretor da escola, bem como os grupos disponíveis para alianças, no sentido de entender que esses homens eram sujeitos do seu tempo, e que as alianças e até mesmo simpatias com os ideais republicanos, não os fizeram menos atuantes no que tange as objetivações de formação de negros alfabetizados aptos a uma vida de participação política.

2.2 A fundação e o desenvolvimento do Colégio São Benedito

O Colégio São Benedito foi fundado em 15 de julho de 1902, no antigo e pitoresco prédio 109 da Rua Dr. Moraes Sales, conforme relata a *Monografia histórica de Campinas*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1952. O colégio oferecia o ensino primário, comercial e secundário, com preparatórios para ginásio e escola complementar, funcionando durante trinta e cinco anos ininterruptos.

A existência regular do colégio é assinalada até o ano de 1937. Falecendo no dia 21 de outubro de 1936, o velho professor Francisco José de Oliveira, que sempre fora absoluto em sua atuação no estabelecimento, deixou atrás de si uma herança de documentos confusos, para demanda de duas associações de homens de cor, que reclamaram em juízo, cada uma de per si, direito a posse do Colégio São Benedito com o seu velho prédio e vasta área de terreno. E a tradicional escola, nesse ambiente de hostilidade, encerrou melancolicamente suas aulas e trancou definitivamente suas portas.

Antes de o colégio iniciar suas atividades, em 1902, a Irmandade São Benedito já oferecia algumas aulas de alfabetização por meio da Sociedade de Instrução São Benedito com a finalidade de educar os homens de cor e seus filhos.

A instituição passa a participar e organizar desfiles em comemoração ao dia 13 de maio. Também, como sinal da expansão do movimento, alguns de seus participantes liderados pelo professor e diretor do Colégio São Benedito, temos a fundação do Centro Literário dos Homens de Cor, que tinha como propriedade um jornal *O Baluarte*, que era a voz do Centro Literário. Foram localizados dois exemplares desse periódico, os quais indicam a militância dos membros, embora dentro das possibilidades e contexto do período.

A professora Lúcia Helena Silva, que escreveu sobre a importância do associativismo na cidade de Campinas, também corrobora com Pereira (2001), no

sentido de conceber o surgimento da escola como uma iniciativa da população negra local:

O desejo por escola para seus familiares levou os membros da irmandade de São Benedito a criação de um colégio para os filhos em 1902, o Colégio São Benedito. Desmotivados pela ausência de iniciativas em prol de sua educação, a escola foi criada por Francisco José de Oliveira ex-seminarista formado em magistério vindo de Ribeirão Preto que se tornou diretor e a Irmandade de São Benedito que reunia um grupo politizado de paroquianos negros da Igreja de São Benedito. Antes mesmo da criação do colégio pequenas iniciativas já tentadas como a Sociedade de Instrução São Benedito em 1896. Na prática esta primeira iniciativa acontecia nas horas vagas quando voluntários da comunidade e simpatizantes usando as dependências da igreja davam aulas para irmãos e demais pessoas da cidade. (SILVA, 2013, p. 3)

A escola não funcionava exclusivamente na educação de crianças negras, pois a Monografia histórica de Campinas e os Arquivos da Câmara Municipal o mencionam como um Colégio que atendia com excelência crianças pobres:

Francisco José de Oliveira fez do Colégio São Benedito uma escola-modelo, sem quaisquer resquícios exclusivistas de raça, tomando-o, com o correr do tempo, verdadeira comunidade de alunos pobres e alunos ricos, os pequenos de cor em número insignificante, por sinal. A fama que ainda perdura do professor Francisco José de Oliveira é a de conceituado educador. Um mestre talvez nos moldes da escola antiga, de métodos antiquados para a correção dos alunos rebeldes, mas todo ele dedicação ao seu colégio e ao mister de bem-ensinar. São testemunhas ainda hoje dessa dedicação às referências elogiosas de inúmeras pessoas, atuais chefes de família, que em sua meninice passaram pelas carteiras do velho Colégio São Benedito. Estabelecimento de ensino primário, comercial e secundário, com preparatórios para ginásio e escola complementar, a lembrança que nos ficou do colégio São Benedito é do seu funcionamento, durante trinta e cinco anos ininterruptos, no antigo 109 da Rua Dr. Moraes Sales (hoje parcialmente demolido), no quarteirão formado pelas vias Boaventura do Amaral e Padre Vieira. Temos, no entanto, em 1912, uma referência ao funcionamento de uma sucursal da escola — seção suburbana — na Vila Industrial, à Rua Alferes Raimundo, 21. (IBGE, 1952. p. 422)

Sabemos, porém, que o Colégio foi fundado objetivando educar crianças negras e cumpriu também seu atendimento a crianças brancas pobres. A própria estrutura educacional Campineira fazia da instituição um espaço relevante para o atendimento dessas crianças.

A organização das relações étnico-raciais da sociedade paulista não colaborava para a existência de uma rede de ensino público congruente e harmoniosa. A

menção a uma “classe avessa” ao grupo negro indica uma atmosfera de resistência entre partes que se consideravam antagônicas. Salvo exceções, a convivência entre brancos e negros foi corrompida por um clima de rivalidade e pouca tolerância, fruto da herança escravista e da reestruturação dos mecanismos de subordinação dos antigos escravizados pela elite branca após o fim do cativeiro (DOMINGUES, 2004, p.184). Nesse contexto, a imprensa negra denunciava e reivindicava a pouca representatividade de trabalhadores negros em cargos de confiança, já que eles, em grande maioria, eram subordinados a posições de segundo escalão, fato que, muitas vezes, foi explicado pela falta de instrução e erudição. A urgência em propagar a educação na comunidade negra e necessidade de criar escolas para atender esse grupo foi tema de ativismo por parte dos homens de cor.

Guirro (2013), que estudou a imprensa negra especificadamente os jornais *Getulino e Progresso*, observa que a discriminação étnico-racial restringiu ainda mais os espaços existentes nos colégios aos negros e que muitas instituições não aceitavam esses alunos em seu conjunto discente. A proibição de matrículas para as pessoas negras e diferenciação no grau de instrução reservado para cada conjunto de estudantes seguiam a mesma lógica dos tempos do cativeiro e tentavam preservar a “supremacia branca”, que a República representava assegurar as condições de cidadão a poucos e utilizá-la como distinção em contraponto às camadas populares ligadas aos trabalhos de pouca representatividade social.

Para a compreensão da determinação dos locais sociais, o Colégio São Benedito foi criado em 1902, no mesmo período em que foi criada a Escola Normal, que era pública, e o Colégio Progresso, que tinha origem privada. A criação desses estabelecimentos parecia acomodar-se, também, aos grupos sociais que existiam, ou seja, as camadas médias da população, filhos de cafeicultores e dos grupos de menor posse como pequenos comerciantes, funcionários públicos e dos grupos populares. Deste modo, a liderança negra propôs-se a essa alternativa independente para proporcionar a educação para os membros de seu grupo. O contato com o professor Francisco e os movimentos das lideranças negras campineiras ruminaram nesse sentindo.

Nas resoluções de solicitação de isenção de impostos da Câmara Municipal, fica explícito que o Colégio atuava com a educação de crianças pobres, conforme o arquivo de 01 de agosto de 1904, resolução 193. O colégio ainda se encontrava no endereço da Rua General Carneiro, 163 e, na ocasião, a instituição era cobrada por impostos prediais e solicitava a isenção:

Na qualidade de Juiz da mesma Irmandade venho declarar a Vs exclia que os impostos a que se refere aquela petição são os de metros corridos e predial impostos aqueles tem sido isentos alguns estabelecimentos de ensino desta cidade, tais como Collegio Progresso Campineiro, Liceu de Artes e Ofícios etc.

Ora o prédio da Irmandade de São Benedito é exclusivamente ocupado com um estabelecimento congênera, onde é ministrada instrução a cerca de 150 alunos, assim sendo parece de inteira justiça que tenha deferimento a devida petição.

Manuel Saturnino de Souza – Juiz da Irmandade São Benedito

A resposta ao despacho corrobora com a finalidade do Colégio. O parecer da Câmara é de isenção de impostos uma vez que naquele estabelecimento é ministrado ensino gratuito a crianças pobres (Parecer da Câmara Municipal de Campinas, 24 de Março de 1905).

Assim sendo os mesmos diretores da Irmandade São Benedito, também ficando como Diretores do colégio, ficou marcada à fundação do Colégio São Benedito, anexo a Irmandade do mesmo Santo, o qual além do Colégio tinha também um objetivo de ser fundada uma banda de música a qual tinha como maestro o já conhecido nome José Benedito de Paula, que vinha ensinando os filhos dos sócios a conhecer leitura de música e com mais este empreendimento já coroado de êxito aquela agremiação de Homens de Cor.

Francisco José de Oliveira ampliou a escola de maneira surpreendente, ao mesmo tempo em que crescia o número de membros da Irmandade. (Correio Popular, Campinas 06 de abril de 1958).

No ano de 1906, o Colégio já estava com a sede na Rua Moraes Salles, 109, e atendia aproximadamente 520 alunos; no ano seguinte, 1907, já havia matriculado aproximadamente 550 alunos, incluindo a seção masculina e feminina e, desses alunos, 248 eram atendidos gratuitamente, sendo 58 em regime de internato.

Na solicitação de isenção de impostos do ano de 1907, já assinada pelo professor Francisco José de Oliveira, o educador relata sobre o cenário da educação campineira, bem como sobre a importância que o Colégio tinha no sentido de atender a demanda da população que não possuía recursos para pagar pelos seus estudos. Afirma que a Prefeitura Municipal tem pleno conhecimento do elevadíssimo número da população escolar que nutria a cidade ficaria privada de receber as luzes da instrução nos estabelecimentos públicos de ensino devido a escassez da lotação de tais estabelecimentos comparativamente ao crescido número de candidatos que não consegue matricular se nesse mesmo estabelecimento não existissem Collegium particulares que [...] em parte a ensinar esse grave contingente. Nestas condições se acha indubitavelmente

o Colégio São Benedito para o qual os abaixo designados vêm solicitar a isenção do pagamento dos impostos municipais.

Na solicitação acima ainda foi descrita a quantidade de alunos por série que eram isentos de pagamentos de mensalidades no colégio na seção masculina.

1º ano	2ºano	3º ano	4º ano	5ºano	6ºano
67	37	36	27	34	47

E também as alunas que estudam gratuitamente na seção feminina:

1º ano	2º ano	3º ano	4ºano	5ºano	6ºano
24	14	12	11	5	7

No dia 30/10/1911, uma nova ata foi publicada, confirmando a fundação do colégio com a finalidade de manter o ensino primário e secundário para a educação da infância pobre e desvalida e também com o objetivo de criar cursos profissionais de Artes e ofícios aos alunos que mostrassem aptidão para qualquer das matérias constantes do programa referido. Nessa ata, também era estipulado o valor de cinco mil réis como mensalidade pelo ensino dos alunos cujos pais ou tutores não fossem inteiramente pobres e necessitados. Além disso, era mencionado que o colégio recebia donativos e esmolas e que a junção desses recursos tinha como finalidade destinar-se ao pagamento do corpo docente, pessoal subalterno, aluguel de casa e despesas gerais, levando em conta que parte do alunado não contribuía financeiramente por falta de recursos financeiros. Dizia, ainda, que as instalações dos cursos profissionalizantes dependeriam dos recursos de que a escola futuramente pudesse dispor e que o desenvolvimento deles também seria proporcional às receitas arrecadadas.

As atas do colégio iam ao encontro dos interesses desses sujeitos, que eram de educar os filhos dos homens de cor, já que não podiam conceber mais que seus filhos se tornassem adultos analfabetos, algo que indica que o cuidado com a educação dos jovens era tomado como um passo fundamental para a garantia de um futuro promissor. A qualificação profissional era apontada como o principal benefício obtido por aqueles que frequentavam os colégios. Mais do que necessariamente o aprimoramento cultural erudito, os intelectuais negros prezavam pelo desenvolvimento

de competências capazes de abrir as portas do mercado de trabalho para a sua comunidade (GUIRRO, 2013 p. 79) .

Com relação à organização, a ata explicitava que os alunos deveriam se submeter ao regime interno do colégio, que não foi descrito, e que o colégio seria ainda administrado por uma diretoria composta de um diretor, um vice diretor, um secretário, um tesoureiro, um procurador e um conselho fiscal formado por três membros.

Os documentos também revelam que o colégio aceitaria alunos de seis a doze anos de idade e que o ensino seria modelado pelos estabelecimentos oficiais e abrangeeria as mesmas matérias dos respectivos programas. Finalizava a ata dizendo que o Colégio continuaria constituindo uma das dependências da Federação Paulista dos Homens de Cor e teria uma direção livre e autônoma. (*Correio Popular*, 15 de novembro de 1956) Com a aquisição da sede em 1912, também foi criada uma filial com seção feminina, sob a orientação das professoras Amélia Pacheco e Luiza Pacheco e Silva, na rua Alferes Raimundo, esquina com a 24 de maio. (*Correio Popular*, 06 de abril de 1958)

Por ato do governo de Júlio Prestes, em meados de 1926, o Colégio foi elevado à categoria de Ginásio, sob a direção do prof. Francisco José de Oliveira, tendo como vice-presidente o prof. Antônio Cesarino Junior e secretário o Sr. Antônio Ferreira Cesarino. Funcionava junto o Tiro de Guerra, 197. (*Correio Popular*, 06 de abril de 1958)

De certo modo, a própria evolução do colégio e os seus propósitos estendiam-se com as próprias finalidades para as quais a escola pública republicana foi projetada. De acordo com seus idealizadores, a educação instaurada no período seria o “remédio contra os vícios das populações pobres trazidos desde a escravidão” ao centrar-se na formação de pessoas trabalhadoras e ligadas à pátria.

A manutenção do Colégio por trinta anos pode ser entendida também como uma movimentação que sintonizava com os propósitos republicanos, bem como com as tessituras políticas que esses homens estabeleceram para sua permanência. O envolvimento político esteve presente na própria aquisição do prédio do Colégio, segundo as próprias atas.

A reportagem produzida pelo Jornal *Correio Popular* em homenagem ao Colégio São Benedito deixa clara a participação dos políticos, inclusive a atuação que corroborou para a compra do prédio, assunto que será tratado com mais detalhes adiante:

Muito colaborou a entidade para que em 1912 no sentido de que o Dr. Antônio Alvares Lobo fosse eleito deputado, o que realmente sucedeu. O Colégio também recebeu visita do deputado Dr. Monteiro Lopes, homem de cor, que ficou vivamente impressionado pelo que lhe fora dado observar nesta cidade, razão porque propôs no Parlamento a concessão de uma verba de auxílio ao Colégio que mereceu aprovação da Casa. Em seguida numa das reuniões da diretoria, em 19 de abril, o prof. Francisco José de Oliveira, anunciava que os prédios das ruas Dr. Moraes Sales, 107 e 109, eram propriedade da instituição, constituindo ao empreendimento uma nova fase da Federação. (*Correio Popular*, 06 de abril de 1958)

Pereira (2001) defende que, à medida que o Colégio ganhou visibilidade na cidade e também passou a atuar de forma militante, algumas intervenções da igreja e da sociedade local são percebidas, a aproximação de membros da elite local integrantes do partido Republicano Paulista, assim como a direta repressão da igreja Católica. Em 1905, os membros do Centro Literário dos Homens de Cor, que nesse momento passou a ser chamado Federação Paulista dos Homens de Cor, assim como o diretor do Colégio, professor Francisco José de Oliveira, foram desligados da instituição. A hipótese é que motivações seriam os desvios de atuação do Colégio, através da militância nas atividades do Centro, como, por exemplo, a organização de desfiles em comemoração ao dia 13 de Maio. O autor compreende que a formação do Centro Literário, bem como a atuação na sociedade pelos membros do Colégio, foram a motivação para a saída da instituição das dependências da igreja.

O Jornal Cidade de Campinas de 24 de junho de 1905, também por Pereira (2001) p.39:

“Colégio de São Benedito”

O abaixo-assinado, encarregado pela Mesa administrativa da Irmandade de São Benedito vem declarar aos habitantes desta cidade e aos católicos, que o colégio que o Sr. Professor Francisco José de Oliveira pretende edificar com o nome de São Benedito, não é continuação da escola que a Irmandade mantém anexa à sua igreja.

A este respeito, o presidente, o Revmo vigário desta paróquia, já deu a sua informação.

Não fazemos esta declaração com o fim de prejudicar a ninguém; queremos somente salvar, a nossa responsabilidade.

Campinas, 20 de junho de 1905.

O secretário,

Alberto Lencastre

Inicia-se, assim, a vida do Colégio fora das dependências da Irmandade São Benedito e, em meados de 1905, a nova sede passou a localizar-se na Rua Moraes Sales, nº 109. Em documento da Câmara Municipal de Campinas, o Colégio, com sede nesse endereço, passou a receber isenção de impostos por ministrar ensino gratuito a crianças pobres. Os exames do período mostram que o Colégio tinha alcance satisfatório nos índices educacionais, porém sobrevivia com intensa dificuldade financeira.

Existe uma discrepância relativa à data de fundação do colégio. Um recorte do Jornal *Getulino* traz notícias do Colégio São Benedito, com a foto do professor Francisco José de Oliveira, descrevendo que a instituição teria sido fundada em 15 de julho de 1902 e que teve um corpo docente numeroso, além de funcionar em duas instalações, uma na Avenida Moraes Salles n.109 e outra na Villa Industrial, na Rua Alfredo Raymundo n.21.

Pereira (2001) descreve brevemente o funcionamento do Colégio e mencionou que a educação de negros para negros se deu a partir do momento em que o Colégio deixou as dependências da igreja. Nele existiam duas seções, como a maioria dos colégios na época, uma masculina e uma feminina; a masculina possuía cinco salas e a feminina provavelmente possuía menos. O autor descreve, também, que a escola tinha festividades e que funcionava no sistema de semi-internato e internato, mencionando que, em 1907, quando o Colégio contava com 421 alunos, ele recebia filhos de imigrantes europeus, que naquele ano eram 124 educandos.

A neta do último presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor, Sra. Fátima Evangelista, que é militante do movimento negro e herdeira do arquivo do avô, após um ano de conversa, confiou-nos o livro ata de reuniões do Colégio São Benedito. Este documento é numerado e aberto pelo professor Francisco José de Oliveira e datado em 08 de novembro de 1908. O exame dele indica que o material foi adulterado a partir da folha 47 no ano de 1937, um ano após a morte do professor Oliveira, fato que será objeto de nossa análise no próximo capítulo, em que trataremos do litígio que o professor Evangelista moveu por quase cinquenta anos, tentando a reintegração de posse do prédio do Colégio São Benedito.

O livro é aberto em nome do Colégio, porém, na primeira reunião de diretoria, que foi realizada no dia 08 de novembro de 1908, os assuntos tratados foram a substituição interina do segundo secretário e questões relativas à publicação do periódico

Baluarte, jornal que era, como já mencionado, a voz da Federação Paulista dos Homens de Cor:

“ Resolveu-se para que o periódico *Baluarte* seja publicado no dia 15 do corrente mês, sendo editado na typografia Popular, estampando-se nesse número o retrato do Exc. Ver Mo. D. João Batista.” (Livro Ata de Reuniões do Colégio São Benedito)

A presente reunião permite compreender que duas coisas irão se confirmando ao longo dos outros encontros registrados. A primeira delas é o fato de que, embora Pereira explicitasse as motivações da saída do Colégio das dependências da Igreja, o grupo manteve relação com a Igreja Católica no período descrito, como indica a foto do reverendo no *Jornal* que era o meio de veiculação das ideias do grupo. Sobre esse tema, a reunião do dia 03 de janeiro de 1909 também falava das proximidades das festas religiosas e da necessidade de o Colégio se organizar para sua participação. A segunda questão a ser destacada é o fato de o livro ata do Colégio tratar, logo na primeira reunião, de assuntos relacionados à Federação, pois o *Baluarte* era o jornal que representava a Federação e não o Colégio. Na segunda edição do periódico, ele passou a ser nomeado como *O Baluarte – Organ oficial do Centro Litterario dos Homens de Cor*.

Essa observação e as atas que traremos a seguir nos permite elaborar a hipótese de que os assuntos do Colégio e da Federação sempre andaram juntos e que o grupo dos Homens da Federação e do Colégio sempre representou os interesses daquelas classes de sujeitos imbuídos de adentrarem os seus no universo da sociedade campineira. O próprio professor, no termo de abertura do livro, equivocou-se com o cargo, pois ele era presidente da Federação e diretor do Colégio e a abertura está assim descrita:

Termo de abertura:

Contem este livro 92 folhas por mim numeradas e rubricadas e servirá para actas das sessões da Diretoria do Collegio São Benedicto.

Campinas, 8 de Novembro de 1908.

Francisco J. Oliviera

Presidente, digo Director

Tal fato pode parecer irrelevante, mas não é, principalmente quando consideramos que a Federação era uma forma de instituição política que o grupo constituiu no intuito de atender as diversas demandas que os seus membros apresentavam. O pesquisador Maciel, quando trata da questão dessas instituições Colégio e Federação, posiciona-se em defesa da ideia de que a atuação da Federação Paulista dos Homens de Cor e do Colégio foram acompanhadas de perto por membros da elite Campineira, mantendo-se atuante na sociedade local. Porém, aos poucos, é possível notar que a relação de dependência financeira em relação aos membros da elite gerou limitações na atuação do grupo. No período de 1911 a 1920, de um modo geral, o panorama não se modificou, isto é, a Federação Paulista continuou como entidade que assumia cada vez mais o compromisso de comemorar a data de 13 de maio. A Federação contava com a “ajuda financeira de capitalistas” em 1914 e, por força dos que ajudavam, precisou simplificar as comemorações e celebrar, neste ano e no seguinte, a memória de republicanos falecidos. Em 1917, sem movimentação de rua, sem banda e sem desfile, a Federação fez uma sessão na sua sede, contando apenas com as representações de entidades negras. (MACIEL, 1987, p, 66).

Acompanhando as reuniões, pode-se notar que o grupo organizou-se e arrecadou recursos para a compra da sede, porém os saldos financeiros do Colégio passaram a ficar mais comprometidos no ano de 1914, após a aquisição da sede. As motivações da diminuição e simplificação nas participações das festividades deveram-se ao fato de que, desde o mês de outubro de 1914, a instituição começou a ter atrasos nas subvenções do Estado. Na ata do dia 24 de outubro de 1914, os membros discutiram que esse atraso na subvenção gerou dificuldades financeiras ao Colégio e que, por esse motivo, as festividades seriam reduzidas.

Em 1913, o Colégio começou a atuar como internato e os alunos internos pagaram mensalidades até 1918. O colégio chegou a ter 30 alunos internos. Outras fontes de recursos para manutenção do colégio eram as ações festivas e doações que o manteriam em funcionamento como, por exemplo, a herança deixada ao Colégio por Bento Quirino:

“O presidente falou sobre o legado de Bento Quirino deixou as duas instituições Collegio e Federação disse que consultamos com o Dr. Antonio Lobo, disse o mesmo sr. que consultando o Dr. Juiz de Directo da 1ª. Vara este-lhe disse que as duas instituições receberam 3 contos em dinheiro e 7 contos em títulos ‘ (livro Ata de reuniões Colegio São Benedito 30/04/1916)

Através da leitura dos documentos sobre as reuniões, fica notável a preocupação com as questões financeiras do Colégio pelo grupo e também o acompanhamento que os membros faziam relacionados às condições da instituição e ao número de alunos.

O secretário Raimundo Salathiel Pereira, em várias situações, questionou o diretor, pedindo posicionamento com relação à quantidade de alunos e saldos em caixa. No dia 26 de Janeiro de 1913, o diretor após ser questionado pelo secretário, informou que o Colégio estava com 130 alunos e que possuía uma quantia em banco de 9800\$. Salathiel foi também o componente do grupo que, durante as reuniões, defendeu e cobrou a abertura das aulas noturnas:

Ata de Sessão de 23 de Outubro de 1913

“ Sr Salatheil falou sobre a grande necessidade da Abertura da Escola Noturno, a qual Ex. (presidente) respondeu que logo haveríamos de tratar disso”

Ata de Sessão de 10 de Novembro de 1913

“ O Sr. Salatheil falou a grande necessidade de abrir-mos a aula noturna fez diversas demonstrações sobre a grande necessidade.

Exm Presidente disse que vai suprimir a aula feminina que com esta reforma nos princípios do ano nos havíamos de abrir”

Ata de Sessão de Fevereiro de 1914

“Exm Presidente em segundo falou-se sobre a aula noturna o Presidente disse que só tinha matriculado 3 até a presente data.”

Os documentos que compõem o processo de litígio, presentes também em recortes de jornais do período, atribuem a junção entre o Colégio e a Federação à finalidade de atender as aulas noturnas e argumentam que a Federação não tinha salas disponíveis para tal em sua sede, corroborando para a defesa de Silva (2015).

A motivação dessa ligação entre a Federação Paulista e o Colégio viria do propósito de alfabetizar os homens negros adultos, indicando que a educação era um projeto de cidadania e que, ao cuidarem de si e dos seus negros, acreditavam que trabalhavam para o desenvolvimento próprio e, conseqüentemente, para a ampliação da democracia e o crescimento da nação. A movimentação em torno do direito à educação era, acima de tudo, uma ação política, a qual insurgia no pensamento desses sujeitos como um meio de introdução ao sistema capitalista e de ascensão social. Os estudos poderiam culminar na diplomação em alguma profissão e elevar o nível econômico e cultural dos negros. A ocupação dos negros em posições de renome poderia, assim, constituir uma sublevação indireta da imagem pejorativa criada a respeito desses sujeitos,

ou seja, a profissionalização teria a capacidade de amortização às discriminações étnico-raciais. Vale lembrar, ainda, que, para o grupo que organizava o colégio, a educação deveria ser tão boa quanto pudesse e consistiria em uma porta aberta aos alunos, que seriam oportunizados a galgar as tais melhores posições. A escola foi descrita por Benedito Evangelista como um símbolo de mobilização que chegou a alcançar número considerável de alunos. Esse ativismo deu-se com as novas atividades que se seguiram na Federação Paulista dos Homens de Cor, que teria assegurado a instituição sendo sua mantenedora.

Incorporação como objetivo na educação de adultos ou questões ligadas às instalações do Prédio da Federação serão tratadas com mais cuidado no capítulo três, porém vale já seguir analisando a compra do prédio do Colégio. A incorporação do Colégio à Federação é entendida por Pereira (2001, p. 68) como uma pressão da elite branca campineira. Segundo o autor,

Embora o professor Francisco José de Oliveira seja o fundador do Centro Literário dos Homens de Cor, que havia se tornado Federação Paulista dos Homens de Cor, o colégio São Benedito não é incorporado a ele, contrariando o desejo dos políticos republicanos. Num discurso intitulado ‘Caixas econômicas’, na Câmara dos deputados, que visava trazer para Campinas uma agência das Caixas Econômicas, o Sr. Deputado Alberto Sarmiento de Campinas dá um quadro sobre a educação pública no município de Campinas. Afirma que a mesma está devidamente cuidada, e existem neste ano 1909, 36 (trinta e seis) escolas públicas mantidas pelo governo estadual e 2 (dois) grupos escolares cobrindo toda a cidade.

O deputado Dr. Alberto Sarmiento em seu discurso referia-se ao Colégio São Benedito como sendo mantido pela Federação, algo que só aconteceria em abril do ano seguinte.

Na mesma dissertação, Pereira (2001) vincula o envolvimento político à compra do prédio do Colégio, utilizando como fonte o depoimento do professor Benedito Evangelista:

Em 1914 entre o Dr. Antônio Lobo, tiveram outros elementos brancos portugueses, o interessante é que o português chamava-se Fonseca. Era um português que tinha um armazém aqui na General Osório chamava-se Fonseca e ele se dava muito com os negros. E esse Fonseca tinha também alunos...os filhos dele estudavam neste colégio(...).

E esse português que eu ia contar a história...do Fonseca. Era um português que era amigo do colégio São Benedito por intermédio do Francisco Oliveira, então esse português conheceu outro português em Portugal que veio morar...que veio visitar Campinas e quis comprar

uma chácara que justamente era o terreno onde está o colégio...então comprou aquela chácara e vendeu a propriedade para o colégio São Benedito, mas foi cotizado, eles cotizavam entre os próprios negros da Federação.

O *Correio Popular*, em reportagem de homenagem ao Colégio, também trouxe breve relato do assunto:

Em 28 de agosto de 1904, em assembleia geral a Comissão de Protetores deliberou que fosse aberto um livro de contribuições, cuja importância apurada deveria reverter em benefícios da construção de prédio próprio para a Federação. Assim a 3 de novembro de 1907 foi proposta a união da Federação e do Colégio numa entidade jurídica, sendo a 23 de julho de 1910 feito o competente registro social, assistida então pelo Conselho Fiscal, ficando criada a Federação Paulista dos Homens de Cor e Colégio São Benedito. (*Correio Popular*, Campinas 06 de abril de 1958)

...ali permaneceram até a década de 1907, quando foi tomado para residência do antigo capelão padre Pedro dos Santos, que assumiu a direção da Capela. O Colégio São Benedito, na época, tinha não só a função educacional como também social. (*Diário do Povo*, Campinas, 9 de outubro de 1966).

Observando as atas e o curso das reuniões do Colégio, podemos inferir que existe uma alteração na rotina do grupo entre os anos 1909 e 1911. No ano de 1908, o grupo se reuniu e já se mostrou como pertencente às instituições que objetivavam as mesmas coisas, como sugerem o fato de os assuntos da Federação serem tratados nas atas do Colégio. No ano 1909, quando o grupo discutiu a respeito da festividade o religioso que estava organizando, determinou-se como orador oficial no evento o sócio diretor Benedito Florêncio, que ocupava um cargo de jornalista na Federação e não no Colégio, o que nos confirma que essa posição de unidade das instituições já se estabelecia naturalmente pelo grupo.

No que tange à compra do prédio, o grupo, na ata do dia 12 de Dezembro de 1911, já vinha se preocupando com o orçamento para a compra do prédio. Nessa ata, os sócios trataram do valor já arrecadado e ele, como já havia sido combinado, seria destinado à casa onde funcionava o Colégio São Benedito e ao projeto de dar andamento ao salão da Federação, que foi ampliado conforme solicitação de isenção de impostos, ficando registrado que o salão era para atendimento à Federação.

Nesse contexto, foi solicitada à Câmara Municipal de Campinas a isenção de impostos também para o prédio anexo ao Colégio, o que colaboraria para a ampliação tendo em vista o atendimento aos alunos que seriam inseridos pela Federação Paulista dos Homens de Cor:

Campinas 10 de agosto de 1913

Anexas ao Edifício onde atualmente funciona o Colégio e constituindo suas dependências existem duas pequenas casas com acesso para dois portões sendo uma na Rua Moraes Salles, n. 107 e outro a Rua Boaventura do Amaral n.15.

Ocorre porém que necessitando de ampliação de seu avultado expediente sublocou-se.

Francisco José de Oliveira

A resposta da Câmara à solicitação explicitou a consideração de que a instituição e a sociedade dedicavam ao professor:

Relativamente ao requerimento do professor Francisco José de Oliveira, diretor do Colégio São Benedito, deve esta prefeitura informar que julga razoável o pedido, levando em consideração a outras e a própria instituição que ele dirige, como também os serviços prestados pelo colégio referido.

Campinas , 27 de novembro de 1913

Com relação ao depoimento de Benedito Evangelista a respeito da compra do prédio de um português, a ata do dia 26 de janeiro de 1913 parece confirmar o relato: “Im José B. J. Paula que consultou com o Presidente sobre a compra do Prédio o Ims Presidente respondeu que já tinha escrito duas cartas à Europa e não tinha obtido resposta”

Outra ata que nos chama a atenção é a do dia 22 de Janeiro de 1914, na qual, após mencionar os valores em caixa para a compra do prédio, o presidente da Federação esclareceu que os procedimentos para assinatura da procuração da escritura do prédio estavam em andamento e expressou os problemas financeiros que a Federação vinha atravessando:

“O mesmo Ims continuou demonstrou as finanças da Federação que estava muito difícil e Ims Presidente disse que ele ajudaria a equiparar estas dificuldades sempre que ficeze”

Com relação à incorporação e aos procedimentos práticos desse trâmite, nos documento de litígio encontramos uma ata do dia dez de abril de 1910, em que o professor Francisco José de Oliveira, na condição de fundador e diretor proprietário do Colégio São Benedito, declarava que o engrandecimento moral e intelectual dos homens de cor dependia única e exclusivamente da sua educação cívica e do cultivo intelectual dos seus filhos que a Federação Paulista dos Homens de Cor, apesar de socialmente bem arregimentada, ainda não dispunha de sólidos elementos para fundar um colégio e que os intuitos patrióticos dessas associações eram se prontificar a ministrar ensinamentos gratuitos aos filhos dos seus associados. Segundo ele, por essas e outras razões imperiosas, resolviam os membros, de livre e espontânea vontade, incorporar o seu estabelecimento de ensino à Federação Paulista dos Homens de Cor, condicionando de forma irrevogável aos seguintes dizeres:

1º O Colégio São Benedito, apesar de incorporado o seu estabelecimento à Federação Paulista dos Homens de Cor e constituindo uma de suas dependências tinha uma direção livre e autônoma, isto é, que a Federação Paulista respeite as disposições consignadas nos respeitáveis estatutos do Colégio, visto já haver uma lei básica ou estatuto que regem uma e outra instituição.

2º Que não tendo o actual diretor resignado os seus naturais direitos de fundador, ato esse que somente se provaria com um documento legalmente garantido pela sua firma individual, que em atenção aos serviços prestados ao colégio desde a sua fundação lhe seja confiada a Direção do Colégio, vitalício ou temporariamente ao seu critério.

3º Que em hipótese alguma os cargos do Colégio sejam confiados a pessoas que não sejam de cor preta de acordo comum com o conselho fiscal, que estive em exercício.

4º Que sejam restritamente cumpridas não só as supra citadas disposições aqui mencionadas como também todas as que constarem do Estatuto do Colégio, sendo o que ficava de nenhum efeito o ato do incorporamento do Colégio São Benedito á Federação Paulista dos Homens de Cor, revertendo novamente tudo ao livre gozo do seu primitivo possuidor. (Processo Judicial de litígio pela posse do Colégio São Benedito)

Percebemos que, embora na prática essa fusão sempre tenha existido, os membros providenciam legalmente esse documento com a finalidade de proteger o próprio Colégio e a Federação de ações externas e garantir que os objetivos do Colégio continuassem garantidos, visto que as escolas dirigidas por brancos, conforme fontes já citadas, recusavam a matrícula de alunos negros. O Colégio São Benedito atuava de

forma a atender a classe negra e também mantinha suas portas abertas aos alunos brancos.

Figura 1: Colégio São Benedito -Sala de aula 1º ano - 1936



Fonte: Arquivo Centro de Memórias da Unicamp

3. O FECHAMENTO DO COLÉGIO SÃO BENEDITO E O PROF. BENEDITO EVANGELISTA

Este capítulo busca compreender o processo de fechamento do Colégio São Benedito que ocorreu após o falecimento do professor Francisco José de Oliveira e a ação judicial da Federação Paulista dos Homens de Cor, representada por seu presidente Professor Benedito Evangelista, que objetivou a manutenção da instituição de ensino.

O objetivo é de compreender como uma instituição que contava com o apoio da elite campineira, que era representativa no que tange às questões educacionais, principalmente para a população pobre e negra, que possuía índices satisfatórios de aprendizagem pelos alunos, fechou, deixou de existir do dia para noite. Este capítulo apresenta uma breve biografia do prof. Benedito, para em seguida analisar o encerramento das atividades do Colégio São Benedito e o processo judicial de reintegração de posse promovido pela Liga Humanitária dos Homens de Cor.

Sendo assim este capítulo está dividido em três partes, que objetivam contemplar as possíveis motivações do fechamento desta instituição educacional. Para isso, seguiremos o seguinte trajeto : analisar as possíveis perdas de apoio político em específico, uma das lideranças que foi apoio significativo ao grupo, o advogado Dr. Antônio Lobo; compreender o contexto em que os sujeitos agentes do Colégio e da Federação estavam inseridos e entender o momento econômico e político do Brasil, e as interferências da elite campineira, e o papel de Benedito Evangelista no processo litigioso que transcorreu na justiça por décadas.

O Colégio São Benedito esteve ligado por muitos anos ao PRP (Partido Republicano Paulista); suas lideranças negras buscaram, de certa forma, um apoio necessário para a manutenção da instituição educacional no Brasil pós abolição.

Descrevemos anteriormente que esses homens que estavam inseridos na militância da população negra, tinham importância na elite local, que nomes como Benedito Florêncio, José Benedito de Paula, Francisco José de Oliveira são encontrados na imprensa local e são muito enaltecidos pelos jornais da época.

Não podemos esquecer que durante as primeiras décadas de funcionamento do Colégio São Benedito, o Brasil atravessava o período da Política do Café com Leite, e o Partido Republicano Paulista, buscou através de seus mecanismos

integração com lideranças locais no interior do Estado de São Paulo, objetivando a manutenção dos “currais eleitorais”. No capítulo anterior, mencionamos diversas figuras importantes na atuação do PRP que estiveram em certos momentos ligadas ao Colégio e a Federação Paulista dos Homens de Cor, entre eles: Dr. Antônio Alvares Lobo, Deputado Monteiro Lopes, Dr. Heitor Penteado, Bento Quirino que deixou parte de sua herança para a instituição, Deputado Alberto Sarmiento.

Como mencionado nas atas e no capítulo dois, o advogado Lobo assumiu cargos importantes no colégio e na Federação, esteve atuante na aquisição do terreno que se tornou a sede do Colégio fora das dependências de Igreja São Benedito.

Não descartando o quanto a Federação e o Colégio apoiaram o político Antônio Lobo, e como essa relação entre os membros negros das instituições descritas e o advogado, são exemplos claros de busca de votos, e formação de curral eleitoral, a história de Lobo, também é uma explicação para a aproximação dele com os membros e os propósitos do Colégio. Nascido na cidade de Itu, na época a cidade tinha 10 mil habitantes, 4 mil eram negros escravizados, foi atuante na questão abolicionista. Quando se mudou para Campinas, aproximou-se de Francisco Glicério e foi convidado a se retirar da cidade. Após a Proclamação da República, voltou à cidade e foi designado para a função de intendente de higiene (período em que o município passava pelo surto de febre amarela). Eleito três vezes vereador a partir de 1902, mesmo ano de fundação do Colégio São Benedito, foi eleito deputado estadual; entre os anos de 1901 – 1911 foi fiscal do governo federal, e em 1915 tornou-se presidente da Câmara dos deputados. O advogado Antônio Lobo esteve ligado a outras instituições filantrópicas, como a Associação Instituto Profissional Bento Quirino, da qual foi presidente e o Hospício do Arraial dos Souzas, onde foi vice-presidente.¹⁰

É evidente que esse sujeito tramitou os interesses da FPHC e do Colégio São Benedito em instâncias que trouxeram de alguma maneira formas para que esse grupo se mantivesse e atuasse nos âmbitos almejados, e que recebeu os votos dos membros negros da sociedade campineira; era um entre outros apoios importantes que o grupo tinha, e em 1934, quando o ex-deputado falece, uma perda de apoio político “forte” acontece. Vale lembrar ainda, que outros membros já tinham idade avançada e o próprio professor Francisco José de Oliveira morreu dois anos depois.

¹⁰ <https://oabcampinas.org.br/nossa-historia-2/>

Novas lideranças foram se estabelecendo dentro dessas instituições, como é o caso do próprio Benedito Evangelista, porém esses novos membros eram sujeitos que se formaram em contexto diferente “por lideranças negras” e também viveram um momento político que não era mais a política de governadores, na qual as lideranças locais tinham o aval do governo central. O que eles encontram na década de 30, foi o movimento de enfraquecimento da política regionalizada, o fim de várias instituições e a centralização do poder no presidente da república, agora Getúlio Vargas.

A vivência de Benedito Evangelista junto com outros militantes levou à formação de um grupo militante que podemos chamar de elite negra que fomentou o engajamento dos negros paulistas já nas primeiras décadas do pós-Abolição, assumindo inclusive o papel de orientar a comunidade quanto aos códigos de procedimentos que entendiam como adequados para a convivência entre eles e os brancos. (SILVA, 2015, p.8)

Reafirmando e compreendendo o ambiente, segundo Gomes, (2001).

Em 1930, começaram a se desenrolar certos acontecimentos políticos que tiveram impacto significativo na vida social dos negros em São Paulo. Nesse ano, Getúlio Vargas fez uma campanha bem-sucedida contra o domínio político das velhas elites rurais brasileiras. Após uma breve insurreição armada, a campanha de Vargas culminou na sua nomeação para presidente do Brasil. Em seguida, ele passou a dismantlar as máquinas políticas regionais em que se apoiava o poder das elites tradicionais. Foi motivo de longa comemoração o extermínio do Partido Republicano Paulista, considerado pelos negros o baluarte da classe aristocrática dos antigos escravocratas (Moreira e Leite, s/d; Fernandes, 1965 apud Gomes, 2001, p190).

Mesmo se tratando de um golpista, que perdera as eleições para presidente meses antes, o chefe do governo provisório encheu o Brasil de esperança quanto a mudanças. Todos – ricos e pobres, patrões e trabalhadores, brancos e negros, sulistas e nordestinos – acreditavam que a República Velha, com sua política oligárquica, práticas de corrupção, fraudes eleitorais, desrespeito à cidadania, havia sido sepultada. Movidos por esse ideário, muitos “homens de cor” passaram a se organizar coletivamente, saindo às ruas e ocupando o espaço público.

Vargas era visto como uma espécie de messias moderno, o grande líder capaz de conduzir o país para um novo momento, caracterizado pela ética, progresso, prosperidade, democracia e ampliação dos direitos de cidadão. Várias de suas medidas

tinham em vista a centralização política e o fortalecimento do Estado, como por exemplo, o fechamento do Congresso Nacional, os legislativos estaduais e os partidos políticos. (GOMES, 2001)

As elites paulistas, insatisfeitas com o tratamento recebido reivindicaram a reinstalação do estado de legalidade e do regime liberal, queriam assim criar condições para voltar ao poder, e deram com isso início à Revolução Constitucionalista.

Uma nova Constituição de 1934, foi promulgada com caráter liberal, instituiu o voto secreto, que reduziria, mas não eliminaria o poder dos coronéis, já os analfabetos continuaram sem direito ao voto. Além disso, o governo federal aumentou seu poder no que tangia às relações econômicas, políticas, e trabalhistas. Getúlio foi eleito por voto indireto no parlamento, o que legalizou sua situação e legitimou o recrudescimento do Estado e o controle dos movimentos sociais.

A crise econômica que atingiu o país provocada pela falência da Bolsa de Nova York, em 1929, estendeu-se por anos seguintes gerando desemprego e insatisfação das camadas médias e baixas que viram seu poder de consumo cair. Assim como nos países europeus, houve o aumento de greves e manifestações de trabalhadores que viram nas Revoluções Socialistas uma saída para a carestia de recursos, e, em contrapartida, setores da classe média e a elite descontente com o capitalismo liberal iniciaram movimentos simpatizantes aos Regimes Totalitários e Autoritários. Na Itália, foi o fascismo de Benito Mussolini e, anos mais tarde, na Alemanha o Nazismo sob a liderança de Adolf Hitler. A recuperação econômica da Itália e da Alemanha, através da política totalitária, simpatizou com a extrema direita em vários países. No Brasil, essas ideias se propagaram a partir da década de 1920, com a fundação de pequenos núcleos políticos, sendo que a principal organização do gênero, a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em São Paulo, em 1932, por Plínio Salgado, que pregava o autoritarismo, nacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo.

A esquerda também teve seu crescimento, influenciada pelo triunfo da Revolução Russa (1917) e impulsionada pelo Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Diversas forças políticas democráticas e/ou esquerdistas unificaram-se na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935. A estrutura e a finalidade da nova organização eram semelhantes às das frentes populares antifascistas e anti-imperialistas existentes na Europa. Como facilmente perceptível, o Brasil atravessava uma fase de

forte polarização política na década de 1930. As forças políticas da direita gravitavam em torno da AIB; já as forças políticas da esquerda se enfileiravam sob o raio de ação da ANL. (GOMES, 2001, p.162).

Gomes ainda destaca que os negros não ficaram indiferentes e nem no anonimato neste contexto, pois foi no ano de 1931 que foi fundada a FNB - Frente Negra Brasileira - considerada a maior organização do gênero das primeiras décadas da era republicana. Atraindo milhares de “pessoas de cor”, chegou a ter trinta mil membros e se expandiu para os principais estados brasileiros. O autor ainda enaltece que os seus estatutos visava à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física”, bem como à “assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”. No campo dos direitos civis, a organização combatia o “preconceito de cor” e denunciava as práticas discriminatórias no mercado de trabalho e na rede educacional, de serviços e de lazer de São Paulo. Para melhorar sua estrutura interna, criou vários departamentos, de instrução e cultura, médico, de imprensa, jurídico-social, esportivo, musical, entre outros. Oferecia à comunidade consultório médico, escola, salão de barbeiro, e cabeleireiro e cursos de artes e ofícios e de alfabetização de jovens e adultos. A FNB, acreditava que a “gente negra”, além de buscar melhores condições de vida, deveria amar a própria pátria, ter orgulho racial, esposar o caminho da instrução, ser trabalhadora, valorizar a família, assumir a religião católica e pensar em construir algo para o futuro. Do ponto de vista do projeto político-ideológico, a organização se aproximava das forças políticas de direita, de viés ultranacionalistas. Já nos seus estatutos, ela afirmava ter uma “finalidade rigorosamente brasileira”. Defendia um governo forte, centralizado e autoritário. Seu lema era Deus, pátria, raça e família e mantinham intercâmbio com a AIB. (ANDREWS, 2007).

O contexto dos partidos e da movimentação dos grupos mencionados foi alterado em 1935, com base na Lei de Segurança Nacional - a chamada “Lei Monstro”- que fechou e extinguiu partidos políticos. Um dos alvos da DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) passou a ser o movimento associativo da “gente negra”, acusado de ser dotado de um potencial conspiratório e de tentar criar um problema que supostamente não existia no Brasil – o “preconceito de cor” -, algo que poderia desestabilizar o regime, ou seja, o clima de paz social, harmonia racial e unidade nacional.

Vargas utilizava-se de técnicas de espionagem através da DOPS, e os agentes duplos se infiltravam em movimentos sociais com a finalidade de apontar as lideranças.

3.1 O Professor Benedito Evangelista

A história de Benedito Evangelista, como presidente da Federação, começou a ganhar destaque após o falecimento do professor Francisco José de Oliveira, segundo jornais da época, quando iniciou um processo de litígio de reintegração de posse do Colégio¹¹. Segundo reportagem da Rádio do CMU do Museu de História Oral da Unicamp, Benedito Evangelista nasceu em 1902, em Campinas, filho de ex-escravos. Foi aluno e professor do Colégio São Benedito e presidiu a Federação Paulista dos Homens de Cor até 1990.

A historiadora Lúcia Helena Oliveira Silva teve acesso a outras documentações disponibilizadas pela família de Benedito Evangelista, a neta do professor encaminhou para a pesquisa de Silva uma autobiografia que resultou até o momento no capítulo de um livro: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Biografias e prosopografia: onde começa e aonde acabam as histórias de militância, Benedito Evangelista, 1909-2000. In: OSÓRIO, Helen e XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

As informações relacionadas à temporalidade divergem um pouco das narradas pelo professor na Rádio CMU, porém foram disponibilizados dados aos quais ainda não tínhamos tido acesso. Nessa narrativa, Silva descreve o professor como um ativo militante, da primeira geração livre de filhos de escravos, apresenta ainda que ele nasceu nos primeiros anos do século XX e faleceu em 2000; filho de Eulâmpio Evangelista e Alice Escolástica Evangelista, nascido em data de 28 de março do ano de 1903, na Fazenda de Cabras, município do Arraial de Souza vindo para esta cidade de Campinas em companhia de seus pais em data do ano de 1906.

Benedito Evangelista foi um ativo militante, primeira geração livre de escravos e que nasceu nos primeiros anos do século XX e faleceu em 2000. Em sua vida ele vivenciou as lutas, conquistas e dificuldades da

¹¹ Este processo contém aproximadamente sete mil páginas e está disponível no Centro de Memória da UNICAMP

vida dos afrodescendentes nos anos posteriores à Abolição. Militante pela causa negra e fiel depositário de muitos documentos que comprovam o grande ativismo desenvolvido por membros da comunidade negra na cidade de Campinas, ele desenvolveu uma grande luta em favor de melhorias para sua comunidade. Fez parte de um grupo que capitaneou a criação de jornais, escolas, clubes de leitura e lazer e associações mutualistas. (SILVA , 483.2015)

Silva ainda pontua que:

A construção do grupo enquanto protagonista de seu tempo se deu em um contexto de predomínio do racismo científico, de desqualificação dos trabalhadores nacionais, inchaço proposital do mercado de trabalho devido à vinda dos imigrantes europeus e mudanças políticas nacionais. SILVA 483.

Benedito Evangelista se formou no contexto de funcionamento do Colégio São Benedito, seu pai está presente nas atas que descrevem as reuniões do grupo. É um contexto de formação; o grupo formado na primeira etapa, isto é, da fundação do Colégio e da Federação, são negros que foram educados na vigência da escravidão, estavam inseridos nas mudanças da Monarquia para República e se entrelaçaram com a elite como já foi descrito objetivando seus espaços e permanência.

Benedito Evangelista nasce pertencente a uma família, mesmo que seja raro no período, que conhece sua origem e consegue descrever o trajeto que sua família faz até sua formação, situação rara entre os afrodescendentes do período estudado.

Silva, sobre o assunto, salienta que é interessante perceber que a família de Benedito adotara um sobrenome próprio: Evangelista. Este gesto destoava do costume de se adotar o mesmo sobrenome do antigo senhor como forma de respeito e gratidão. SILVA, 485.

Segundo o professor Benedito Evangelista, ele teria nascido na fazenda das Cabras, que pertencia ao antigo senhor de seus pais, era uma das maiores propriedades da região e pertencia a dois barões, que eram pai (Joaquim Ferreira Pentead) e filho (Joaquim de Camargo Andrada) coroados Barão de Ibitinga em 1887.

Em 1906, o professor ainda criança chega com sua família ao centro Urbano de Campinas, e eram empregados da família do Barão de Ibitanga.

Após a surto de febre amarela em Campinas, o que acarretou na diminuição significativa da população urbana, houve um estímulo para a vinda de

moradores aos centros urbanos; essa pode ser uma explicação para a migração da família Evangelista para a cidade.

Evangelista, inicia sua história com o Colégio São Benedito aos 8 anos de idade, quando ingressou para ser alfabetizado. Ainda segundo Silva, Benedito cultivava grande admiração pelo então diretor do Colégio, o professor Francisco José de Oliveira, e concordamos com a afirmação, pois nas atas e defesas do professor ele sempre salienta a luta pela manutenção da educação da população negra, luta essa, iniciada pelo professor Oliveira.

No Colégio São Benedito, Evangelista cursou o primário ginásial até que, em 1914, concluiu o curso ginásial realizando ciclo completo oferecido por aquela instituição. (SILVA, 2015). Assim que concluiu os estudos, trabalhou em uma oficina de marcenaria como aprendiz, pouco tempo depois já fazia guarda-roupas. Segundo sua narrativa era um grande mestre artesão.

Em 1920, trabalhou na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Segundo o próprio professor, sua entrada foi muito comemorada, porque era uma companhia conceituada, foram necessários exames dos quais foi vitorioso, sendo admitido na seção de Eletricidade; essa experiência representou uma mudança de patamar em sua vida. (SILVA 492).

Benedito, durante a narrativa, descreve que, em 1915, surgiu na cidade a Liga Humanitária dos Homens de Cor, e aponta sua importância na promoção social dos trabalhadores negros.

Finaliza sua história pessoal e continua sua escrita sob um novo título, que ele chamou de Triste final após os anos de 1936. A partir daí, ele narra a história do Colégio São Benedito relatando o falecimento do professor Francisco José de Oliveira e as mudanças que aconteceram a partir do seu falecimento. (SILVA, 2015. P.493)

Parte do acervo pessoal que nos foi confiado remete a esse período pós fechamento do Colégio, nos anos posteriores a 1936, porém, em meio a ele, encontramos um relato pessoal que o próprio professor fez descrevendo sua pessoa. Assim como a narrativa que a professora Silva descreveu, ele também fala de si, em segunda pessoa, e apresenta informações infelizmente sem descrição de tempo, mas acreditamos serem importantes para a compreensão deste sujeito. Ele inicia descrevendo seu olhar sobre sua própria luta, e ao que pode parecer presunçoso compreendemos que é o desabafo de um

homem que moveu uma ação judicial, sem condições financeiras para tal, e que acabou por abdicar a própria família de alguns confortos em prol desse objetivo.

Benedito Evangelista

O homem que se destaca pela luta da sua raça, em Campinas.

Filho de Campinas e neto de Africanos. À sombra desta mística recebeu a tarefa de Deus e o despertar de sua alma para a realidade. Ofereceu em holocausto sua vida com a consciência refletida de que cumpriu o seu dever.

Nessas folhas escritas a tinta, pudemos saber também que ele na mocidade serviu ao corpo de bombeiros, como soldado, e que alcançou o posto de sargento. Mas o que o teria consagrado, perante sua raça seria sua luta:

Criminalmente falsificaram atas e a propriedade foi loteada e vendida para terceiros. A morte do povo de Evangelista esta selada.

Ai começa a sua Odisseia seu Ulisses.

A batalha jurídica torna-se mais a aguda luta pelo direito e pela justiça, em a justiça nunca chegou.

As folhas devem ter sido escritas poucos anos antes de o professor falecer, pois também falam de sua longevidade.

Benedito recebia correspondências destinadas à Liga Humanitária dos Homens de Cor, em uma dessas cartas datada de 10 de agosto de 1973:

Caro Evangelista

Cordiais saudações

Junto a esta vai um exemplar do meu livro "Lira de Abril", para você ler, e vão também os originais do meu futuro segundo livro "Rimas d Alma" para você ler e apreciar. Este livro contem na primeira página, referências a sua pessoa e ao Colégio São Benedito. Se você achar que devem ser feitas alterações, é só dizer ou fazer as sugestões, que eu alterarei.

A carta que contém apenas uma assinatura ilegível e o cartão da Editora Maranata, em busca dos títulos publicados pela editora não foi possível identificar o autor, mas a editora tem boa parte de suas publicações destinadas à História de Campinas.

Benedito durante sua vida foi reconhecido como membro militante do movimento negro, no anos de 1992, recebeu uma placa metálica, do Conselho Estadual da Comunidade Negra.

O CONSELHO ESTADUAL DA COMUNIDADE NEGRA

ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE ADEMIR JOSÉ

PRESTA SUA HOMENAGEM AO SR. BENEDITO EVANGELISTA
PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS A COMUNIDADE
AFRO-CAMPINEIRA AO LONGO DE SUA VIDA

CAMPINAS, 12 DE SETEMBRO DE 1992.

Jornais na década de 80 e 90 falaram por diversas vezes da luta e do processo judicial mantido pela Federação, que era representada por Benedito Evangelista.

Figura 2: Benedito Evangelista - Rua Moraes Salles, Campinas - SP Local da Sede do Colégio São Benedito



Fonte: Acervo Pessoal Benedito Evangelista

O Estatuto da Liga Humanitária dos Homens de Cor está anexado no acervo pessoal de Benedito e segundo esse, no art.1º, A Liga Humanitária dos Homens de Cor, fundada em 28 de novembro de 1915, nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, assume de hoje em diante, a denominação de Liga Humanitária de Assistência Afro-Brasileira.

Art 3º A Liga objetiva, preferencialmente, assistir seus associados de maneira a oferecer-lhes todas as oportunidades ao alcance da sociedade, no sentido de

ajudá-los a superar suas necessidades básicas e alcançar sua plena e integral realização como cidadão e ser humano.

3.2 O encerramento nas atividades do Colégio São Benedito e o processo judicial

As contradições relacionadas à sequência do funcionamento do Colégio e à posse de suas instalações se apresentam uma vez que o professor Francisco José de Oliveira teria a posse legal do prédio do Colégio, e ao falecer, não deixou herdeiros e os dois prédios localizados na Rua Moraes Salles n. 1088, assim como todo o material do Colégio, passaram a ser alvo de uma disputa judicial.

O processo de litígio de posse do Colégio possui documentos com evidências de alterações, que levou ao questionamento sobre os direitos de propriedade. Parte desta documentação original, que teria sofrido alterações, foi fornecida para nossa pesquisa pela neta do professor Benedito, a senhora Fatima Evangelista, que são justamente as atas de reuniões do Colégio, que por diversas vezes são mencionadas no litígio arquivado no CMU.

Sendo assim, os prédios situados na rua Moraes Salles, com terreno e quintal de forma regular, todo murado, continham diversas dependências tais como galpão, cômodos destinados a dormitórios dos alunos, cômodos destinados a depósito, dependência de empregados, onze cômodos com salas de aulas, diretoria, cozinha, refeitório e sala de espera. Segundo as atas do Colégio, a Federação Paulista dos Homens de Cor seria a proprietária dos prédios, porém o juiz, após a morte do professor Francisco, nomeou uma pessoa particular para exercer a curadoria dos bens, que segundo a “Associação Colégio São Benedito”, foi o Sr. Horário Aranha, o que se deu através da alteração da diretoria do Colégio de maneira supostamente fraudulenta, segundo os jornais mencionados e também as atas a que tivemos acesso.

O Prof. Benedito Evangelista então, passou a defender que, no dia seguinte à morte do Prof. Francisco José de Oliveira, o curador requereu e obteve a posse judicial de todos os bens pertencentes ao Colégio e, para essa ação, foi criada a Associação Colégio São Benedito. A Federação Paulista dos Homens de Cor acionou a justiça dando entrada com um processo judicial de reintegração de posse dos bens. Esse processo tramitou por mais de trinta anos na justiça.

Analisando o processo judicial, sob a égide da versão dos acusados, são apresentadas por diversas vezes em destaque alguns eventos, que ajudam a compreender como os seus interesses eram atendidos na maioria das vezes.

O documento mais antigo que encontramos, levando em conta todas as dificuldades e péssimas condições de conservação de grande parte da documentação, que fala de Horário Aranha é assinado por Ilmo Exmo Sr. Dr. Antonio Alvarez Lobo, deputado que ocupou o cargo de Presidente do Conselho fiscal do Colégio São Benedito, data em 25 de fevereiro de 1914. Nesse documento, o conselheiro nomeia como tesoureiro o Sr. Aranha:

Achando-se vagos os cargos de secretário e tesoureiro no Collegio São Benedito, cargos estes que eram ocupados pelos ex-diretores Im Eduardo Leme e Domingos de Oliveira que se retiraram de mudança para Santos em substituição aos mesmos tenho a honra de propor-vos os Im^o Luiz Gonzaga Crus, actual professor de canto e música e declamação no Colégio e o Im Horário Aranha .

Comparando com o livro de atas do Colégio, o livro original que aberto pelo Professor Francisco José de Oliveira, com datas próximas a esse documento, encontramos no dia 02 de fevereiro de 1913, um anúncio da Federação Paulista dos Homens de Cor, destinada ao eleitorado:

A FEDERAÇÃO PAULISTA DOS HOMENS DE COR

(ao seu eleitorado)

A Directoria da Federação Paulista dos Homens de Cor no pleno gozo de todos os seus direitos civis e políticos e de comum acordo com as deliberações da Commissão Directora do Partido Republicano, vem livre e espontaneamente pedir a todos os homens de cor qualificados eleitores, tanto sócios da Federação como das sociedades confederadas, para que compareçam coletivamente as eleições estaduais que se vão realizar no dia 08 do corrente mez, afim de votarem em primeiro turno, no nome do Exmo. Snr. Dr. Antônio Alvares Lobo, abolicionista histórico e republicanos intransigente, sem preconceitos de cor ou posição social e a quem a nossa classe deve a parcela do prestigio que ora gosa perante a sociedade campineira,

Correligionarios! Cumpramos o nosso dever sem transigência nem vacilações!

A DIRECTORIA

Prof. Francisco José de Oliveira – Presidente

Porphirio Alves Ferreira – Vice dito

José Benectito de Paula – Secretário

Raimundo Salathiel Pereira – Thesoureiro

Manoel Francisco dos Santos – Procurador

Todas as atas que seguem essa data, 14 de setembro de 1913, trata da compra do prédio, 23 de outubro de 1913 que trata do pedido de abertura da Escola Noturna; dia 27 de outubro de 1913 que menciona os candidatos apoiados pela FPHC, Antonio A. Lobo e Heitor Penteado, até o ano de 1915, para não ser exaustivo na exposição nenhuma dessas atas menciona Horário Aranha, ficando vaga sua entrada empossada pela assinatura de Antonio Lobo na ata descrita.

A nova diretoria empossada em 1937 conforme anúncio, não aparece em nenhum documento original do Colégio São Benedito, nem tão pouco da Federação Paulista de Homens de Cor, até o ano de posse.

No dia 30 de abril de 1910, o Colégio São Benedito por documento firmado pelo seu respectivo diretor, reuniu-se à Federação Paulista dos Homens de Cor, a fim de que esta, aproveitando-se das aulas mantidas pelo colégio, pudesse instruir os seus adultos analfabetos. Esse documento também foi assinado pelos diretores da federação. A finalidade desta instituição seria instruir os pretos analfabetos e como não possuíam recursos para tal e o colégio também era dirigido por homens de cor preta prontificou-se a tomar a si o cargo de instruir os sócios que fossem analfabetos.

O Art.40 do estatuto da Federação menciona que os objetivos do Colégio, agora integrado, eram velar pela educação dos sócios adultos analfabetos, ministrando-lhes ensinamentos em aulas diurnas e noturnas

Através desse estatuto, o colégio foi incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor, constituindo uma de suas dependências, o Colégio São Benedito, fundado em Campinas, no dia 15 de julho de 1902, sendo proibido que a Federação interferisse no colégio.

Ainda de acordo com a versão dos acusados, descrita no processo de litígio, a Federação Paulista dos Homens de Cor ficou inativa entre os anos de 1932 a 1937, e ainda o próprio Benedito Evangelista segundo essa descrição, teria afirmado em 1932, que não era sócio da federação. O processo traz ainda testemunhas que trabalhavam no colégio e afirmam nunca terem ouvido falar em Federação Paulista dos Homens de Cor, mas, adiante, nas páginas seguintes, tais testemunhas teriam alegado fraude, e afirmaram nunca terem deposto. Essa versão discorre dizendo que, em 1914, a Federação Paulista dos Homens de Cor estava em situação precária, desprovida de dinheiro para pagar o aluguel do prédio em que estava instalada e que sendo assim

possuía dívidas. O documento questiona como a Federação teria comprado a sede do Colégio estando esta com débitos financeiros.

A parte mais enfática do documento que estamos discutindo é quando a “Associação Colégio São Benedito” alega que o Colégio tinha a escritura do prédio e que foi com o propósito humanitário e patriótico que o professor Oliveira uniu o Colégio São Benedito à Federação dos Homens de Cor, cujo ato humanitário, como já dito, mereceria a mais profunda gratidão por parte da ré (FPHC), porque, se não fosse a Associação Colégio São Benedito, não teria completa a sua finalidade. Entretanto, o que viam e o que acabavam de assistir não era a esse profundo reconhecimento de gratidão por parte dos pretos que faziam parte da Federação e que recebiam aulas. Segue, abaixo, um parágrafo que exemplifica o teor do documento:

Sendo esses os que presenciavam presentemente, o que estavam assistindo por parte da Federação não era o desejo absurdo de aproveitadas as aulas, aproveitar-se agora dos bens do colégio. Alegavam ainda que isso não era de admirar-se muito, isto era próprio de pessoas desprovidas de bom senso, de pessoas despidas de cérebro, e própria de pessoas desequilibradas. Neste momento as ofensas do processo passam a ser destinadas diretamente ao professor Benedito Evangelista, porém há uma tarja preta manchando os dizeres, entendemos que o grau de ofensa deveria ser alto, motivo pelo qual rasuraram o processo. (Processo de Litígio Federação Paulista dos Homens de Cor)

As ofensas são próprias de uma sociedade que esperava da população negra a subserviência e pautava-se nos ideais eugênicos para desqualificar aqueles homens que estavam objetivando a manutenção da Federação e do Colégio.

A historiadora Lucia Helena Oliveira Silva, 2015, quando analisou as atas da diretoria do Colégio indica que na primeira sessão, estavam presentes Raymundo Salathiel Pereira, Torquato Braga, Benedito Florêncio, Manoel Francisco dos Santos e Albino de Souza Aranha. A autora salienta, ainda, que tanto o Colégio quanto a Federação emprestavam o espaço e relacionavam-se ativamente com outras entidades da comunidade.

Segundo Silva (2015), nas atas era possível perceber que a escola e a Federação se fundiam, pois nelas eram tratados diversos assuntos além daqueles específicos do Colégio. Sendo assim, ela entende que essa mescla de assuntos relativos às organizações da comunidade negra foi comum nos registros e indicava que o grupo se ligava a outras entidades negras da cidade e fora dela. Neste sentido, corrobora para a

tese de que esse grupo tecia laços com homens influentes a fim de se estabelecerem e criarem seus espaços na sociedade local, destacando a presença de Albino de Souza Aranha, que tinha o cargo tesoureiro no conselho e, mesmo não pertencendo a irmandade e nem sendo membro da associação, era um advogado vindo de uma família de posses na cidade cuja participação ocorreu devido a um convite e à preocupação do grupo em estabelecer contatos com sujeitos proeminentes da cidade, buscando credibilidade.

Trinta e dois anos depois do primeiro julgamento do caso, o professor Benedito Evangelista tentou o que parecia ser a cartada decisiva para recuperar o patrimônio que tanto almejava. Foi no ano de 1969, um período conturbado da ditadura militar, marcado pela guerrilha urbana e a repressão arbitrária, que exaurido pela longa luta jurídica desde 1936, apelou para um dos instrumentos que marcou a história recente brasileira, o Ato Institucional número 5 (AI 5):

[...]baseado no AI-5, que prevê punição para os crimes de corrupção e enriquecimento ilícito, o Sr. Benedito Evangelista, em nome da Federação Paulista dos Homens de Cor, endereçou ao presidente Costa e Silva, um extenso memorial historiando em detalhes a questão judicial. Ele pediu intervenção federal em Campinas devido ao caso [...] (Correio Popular, Campinas 04 de dezembro de 1994)

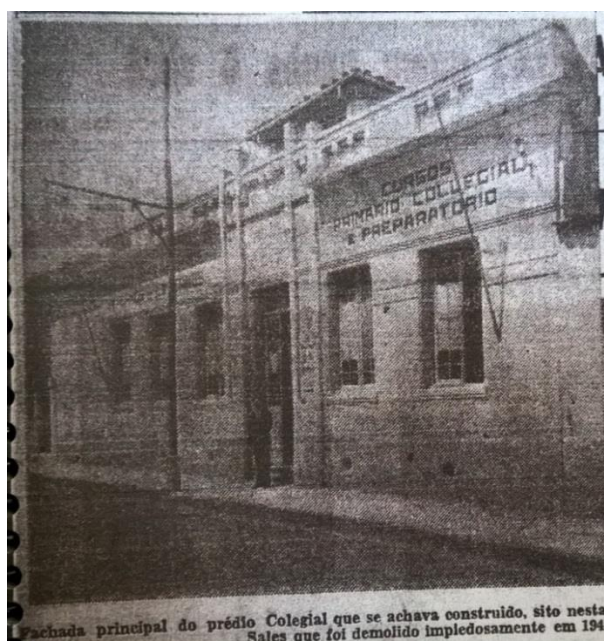
O documento foi despachado para Brasília, mas não houve nenhum sinal de endosso oficial aos argumentos. Benedito Evangelista assegura, no entanto, que Costa e Silva foi um dos três presidentes da República que teriam se manifestado favoravelmente à causa do Colégio São Benedito. Nesta relação com o poder central, que ele garante ter havido, estão incluídas passagens de documentos emitidos também pelos gabinetes de Getúlio Vargas e Castelo Branco.

Deste último, Evangelista guarda um episódio especial. “Ele (Castelo Branco) veio a Campinas e mandou entregar os prédios para a Federação. Pouco tempo depois, já fora do governo ele morreu.” (Correio Popular, Campinas 04 de dezembro de 1994).

A reportagem do jornal campineiro *Correio Popular* de 15 de novembro de 1956 informa que, quando Francisco José de Oliveira faleceu em 1936, ele era proprietário da sede do colégio São Benedito, situada na Rua Boaventura do Amaral, esquina com a Moraes Sales, e que esta foi destinada ao Sr. Quintino de Paula Maudonnet como depositário. Ele teria fundado uma associação de nome Associação Colégio São Benedito com o objetivo de promover uma confusão e, sendo assim, tornou-

se o depositário dos bens do ex-proprietário do colégio. Segundo depoimento do diretor do colégio prof. Benedito Evangelista e reclamante da ação que reclama o direito a sede do colégio, com a destinação do patrimônio material e social ao Sr. Quintino, as atividades do colégio foram encerradas. O Sr. Benedito Evangelista era, no momento da reportagem, o presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor, com sede na Rua Pameris, 44, local onde também residia. De maneira confusa, no processo, ainda aparecem relatos de alunos em 1937, dizendo-se moradores no internato.

Figura 3: Fachada principal Colégio São Benedito



Fonte: Jornal Correio Popular, 1956

No ano de 1978, o advogado que representava a Federação Paulista dos Homens de Cor, Victor Neves de Assis, encaminhou uma carta ao juiz da 2º Vara Civil de Campinas. Nela, ele mostra a indignação do grupo que há mais de trinta anos vinha lutando pela reintegração de posse do imóvel onde o Colégio e a Federação funcionavam; o advogado menciona que o trâmite deste processo era resultado de uma ação racista, e que entre tantos anos uma injustiça permanecia na história da cidade de Campinas-SP

M.M Juiz,

Saudações Cordiais

Falar a verdade não é crime. Mui respeitosamente, data venie, peço a informar o M.M Juiz do seguinte:

Encontra-se na 2ª Vara Civil e 3º Ofício o Processo mais injusto, fraudulento, mais racista, MAIS DESUMANO do país: o processo do Colégio São Benedito de Campinas,

São duas injustiças paralelas que clamam aos céus durante 41 anos e 7 meses.

A apropriação indébita do Colégio São Benedito dos Homens de Cor por elementos Não de Cor

A imposição de um processo DESUMANO contra os proprietários, Homens de Cor, para fazê-los silenciarem:

O Colégio S. Benedito VERDADEIRO dos Homens de Cor foi fundado em 1902 e com dinheiro arrecadado entre os sócios foi adquirido o Quarteirão Central onde funcionou até 1936.

Entre Colégio São Benedito falso foi forjado em 1936 por elementos NÃO DE COR; Quintino de Paula Mondonet e pai Eugênio Ribeiro – por ofício-os quais para não aparecerem coagiram Horácio Aranha a se colocar à FRENTE.

Pergunta-se: Como um 2º Colégio S. Benedito, forjado em 1936, foi comprador de um Quarteirão em 1914?

A FRAUDE É CLARA:

Este 2º Colégio forjado, vendedor da propriedade, Não existe,

Todas as escrituras são falsas e NULAS, a partir de 1936 e anos passadas COM PROTESTOS EM CARTÓRIO,

USURPAÇÃO DE NOME

Vide: Processo do Colégio Falso dos Brancos assaltantes contra O colégio Verdadeiro dos pretos proprietários.

Estes ganham e NÃO RECEBEM – aqueles perdem e NÃO DEVOLVEM.

Os autores do assalto são também autores da Ação Possessória, para legitimarem o assalto.

- Porque se deve devolver a propriedade à Federação Paulista dos Homens de Cor?

1º É a parte ganhadora, num processo fraudulento.

2º O Colégio Falso promovente do Processo não existe – é uma usurpação de nome.

3º O que não existe não vende – não ajuíza – não ganha e de fato jamais ganhou NOS TRIBUNAIS.

a- A ação possessória movida pelo Colégio falso. Perdeu a ação – não legitimou a posse fraudulenta.

b- A sentença do final de fls 27 da ação Ordinária 3615. Decidiu o M.M Processo nulo de nulidade absoluta.

ISTO SIGNIFICA: Volta tudo a estaca zero e devolva a propriedade ao dono legítimo.

Dê-se a cada um o que é seu.

Os indeferimentos Ex- OFÍCIO têm prejudicado demais esta questão.

CONCLUSÃO:

Deve-se primeiro solucionar o processo ERRADO, para depois se fazer o processo certo. O processo errado está punindo pessoas inocentes.

A primeira medida é a devolução da propriedade.

O processo CERTO DEVE SER da Justiça da Fazenda contra os grupos responsáveis.

Os assaltantes aqui foram muito ousados. Serviram-se da justiça, para fazer o assalto.

1º Assalto: Quintino requer nomeação para ser depositário do Colégio Particular.

2º Assalto: O Colégio falso requer arrombamento do prédio.

3º Assalto: Requer-se o fechamento do Colégio.

4º Assalto: Começam-se as escrituras falsas.

Um Colégio tem vasta soma de papeis: relação de alunos – atas de exames – criação de cursos.

Nada se exigiu desses grupos assaltantes.

Esta fotografado, em poucas palavras, o assalto ao Colégio S. Benedito:

41 anos de punição de inocentes

41 anos de posse fraudulenta

41 anos de ludibriação da justiça.

Será que essa DESUMANIDADE NÃO TEM FIM?

Está em mãos de Vs.Excia.

Esperando que V. Excia, ponha ponto final nessa tragédia.

O processo que durou 50 anos teve uma galeria de advogados, com sobrenomes importantes de famílias com posse e influências políticas na cidade de Campinas. Assim comoPara compreender o curso das acusações feitas na carta que integra o processo disponível no CMU, analisamos a documentação disponível, e de certo esta é confusa e por vezes rasuradas. A carta, o tempo que transcorreu e teor, a galeria de advogados que participaram do processo mostram a convicção das partes em suas defesas.

No dia 23 de fevereiro de 1937, o oficial de Justiça assinou a Certidão do quarto tabelionato da Comarca de Campinas, juntamente com o a Associação Colégio São Benedito, representada pelo diretor Horácio Aranha, essa Certidão revia a Acção Possessoria entre as partes Associação Colégio São Benedito como autora e Federação Paulista dos Homens de Cor como ré e justificava que o Juiz da Segunda Vara que tendo falecido Francisco José de Oliveira sem deixar herdeiros conhecidos e entendendo o Dr. Segundo Curador Geral da Comarca, dizia que os bens que pertenciam a mesma fossem de propriedade do falecido, requereu e obteve arrecadação de todos os bens.

A contradição apontada pelo grupo da Federação Paulista dos Homens de Cor é que não havia necessidade de tal requisição visto que sempre os bens estiveram em nome da Instituição de Ensino pertencente à Federação, conforme comprovante de imposto predial.

Figura 4 Comprovante de Isenção de Imposto Predial - Processo de Litígio

27

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

IMPOSTO PREDIAL, TAXAS DE ABERTO E VIACÃO

EXERCÍCIO DE 1934 2º SEMESTRE

Doc. 5

que o contribuinte abaixo deve os impostos e taxas assim distribuídos:

CONTRIBUINTE	RUA E N.º	PRÉDIAL		ENSGOTOS		VIACÃO		TOTAL GERAL	PROTEÇÃO
		Import.	Total	Import.	Total	Import.	Total		
Colégio S. BENEDICTO	R. ANAÍAS 818 R. SALLES 1088-1102	ISENTO	156.000	156.000	ISENTO	0	0	156.000	
								Multa 10 %	15.600
								Soma	
								Multa 10 %	
								Total	171.600

RECEBI em 15 de 1934 de 1934

Tesouro Municipal

Chefe de 2º Secção

Fonte: Arquivo CMU

Buscando compreender como uma instituição que foi amparada pela elite campineira perdeu seus bastiões para prosseguir com seu funcionamento, questionamos como tais sujeitos da Associação entraram nessa disputa, procuramos então garimpar documentos e intercalar datas de acontecimentos que mostrassem a existência desses sujeitos nas ações do Colégio e da Federação, e assim constatamos que não se trata apenas de uma questão de fraude. O Colégio, durante a República Oligárquica, contou com apoio do Partido Republicano Paulista, e teve inclusive a participação na sua composição de um influente Deputado do PRP, Antônio Lobo, mas com o avançar do tempo, a morte desses sujeitos, somada a alteração política e social que a nação passou na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, assim como outras instituições, o descaso fez com que essas lideranças negras ficassem a mercê de providências jurídicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abolição da escravatura no Brasil trouxe à população negra um sentimento de inconclusão, uma vez que não foi acompanhada de uma reforma agrária, e muito menos de leis protetoras do trabalho emancipado. A população negra viu-se em uma situação de miséria e muito longe da integração à sociedade brasileira como cidadã. A lei Áurea, em si, esteve ligada aos interesses do capital, promulgada um ano antes da República; o seu caráter humanitário não passou de aparência, objetivou na verdade libertar os brancos do fardo da escravidão.

Os centros urbanos passaram a receber a maioria da população negra, que buscava um meio de sobreviver no pós abolição, essas localidades passaram a conviver com o desemprego e o conseqüente crescimento da criminalidade, fatores que geraram angústia nos ricos moradores das cidades, sendo assim os negros, rapidamente foram desmoralizados e desqualificados, tratados como escória, canalhas, ralé, gentalha, entre outras nomenclaturas depreciativas. E foi diante do abandono do Estado que a população negra passou a se organizar em movimentos de resistência e apoio mútuo, a fim de sobreviver e conquistar seus espaços no novo contexto social e escapar do controle e da dominação na busca de efetiva liberdade.

A República brasileira que iniciou com os moldes positivista dos militares, logo em 1894, passou para as mãos dos latifundiários, sob presidência de Prudente de Moraes, em sumo a ordem social manteve-se estática, e sob a égide da Política do Café com Leite até 1930. O caráter nada revolucionário da república ainda contou com a concepção político-filosófica do evolucionismo.

Ideologia cientificista do racismo emergiu uma nova perspectiva e baseadas em doutrinas como o positivismo, evolucionismo e materialismo, nomes como Oliveira Vianna e da faculdade de ciências jurídicas e sociais. Oliveira Vianna e Silvio Romero, justificaram a desigualdade social.

O movimento de segregação da população negra era percebido em todas as cidades, e em Campinas que é alvo do nosso estudo, as ações pautadas no racismo científico eram notadas na rotina e na legislação, a constante preocupação no controle de disciplinar mendigos e vagabundos, após 16 dias da lei de 13 de maio, o artigo 295 e os seus parágrafos do Código Criminal, classificava os libertos como diligentes e desidiosos e indolentes. Este mesmo código previa ações específicas da polícia contra esses que seriam mendigos, vadios e bêbados.

A população negra não era totalmente passiva a essa situação, manifestou-se também na imprensa negra e o Jornal Getulino, denunciava constantemente diversas ocasiões em que a própria oferta de trabalho aos negros se faziam em locais de maior insalubridade e com ordenados mais baixos que os dos brancos.

O estrangeiro chega ao Brasil, põe lhe a colher e o martelo na mão e dias depois ele é mestre e empreiteiro, está no primeiro plano, sendo preferido. Enquanto isso o negro, por misericórdia, continua amassador de barro, carregador de caçambas. (MACIEL, 1987, p. 103)

Enfim, a instauração da República e a sequente República dos latifundiários manteve no poder uma irrisória participação popular na política. Analfabetos, praças, religiosos, estrangeiros, mulheres ficaram fora do direito de cidadania, esses representavam oitenta por cento da população, sendo a chamada República das Oligarquias. Em nome do povo, não representava ninguém, valendo-se de eleições manipuladas, corruptas e forjadas, mecanismos como a Política de Governadores e Comissão verificadora de poderes, manteve os coronéis no poder e a população alijada de seus direitos.

O interior de São Paulo foi um espaço extremamente representativo dessas relações estamentais, as Irmandades religiosas e as escolas expressavam essa estratificação social de maneira muito visível, em Campinas, por exemplo, os espaços condicionados aos grupos étnico-raciais: os brancos tinham a Irmandade de Santa Cruz (na atual Matriz do Carmo) e a Irmandade do Santíssimo Sacramento (na atual Matriz Nova), enquanto, para os pretos, havia a Irmandade São Benedito e aos mulatos estava destinada a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário.

No que tange à educação, os colégios campineiros também trataram de acomodar os grupos sociais. O Colégio São Benedito foi criado em 1902, no mesmo ano em que foi criada a Escola Normal que era pública e o Colégio Progresso que tinha origem privada, esses dois últimos atendiam as camadas médias da população, filhos de cafeicultores e dos grupos de menor posse como pequenos comerciantes, funcionários públicos e dos grupos populares. Já à população negra coube a busca por alternativas próprias para educar seus filhos, e foi nesta situação e contexto que foi criado o Colégio São Benedito, alvo de nosso estudo.

Os números do analfabetismo após a Proclamação da República eram gritantes. Em 1890, a população brasileira analfabeta era de 85%, dentre os quais os brancos alfabetizados eram 40% do seu grupo étnico, enquanto os negros eram 10% de seu grupo, e apesar do entusiasmo pela educação, que era vista como redentora da nação no sentido de tirar o Brasil da situação de atraso em que se encontrava, e da defesa da expansão da oferta de escolas para as crianças, a população negra foi afastada desse movimento, isto é, o entusiasmo pela educação não se aplicava aos negros.

No período pós-abolição, como em todo movimento racista e eugênico, não é difícil constatar que as poucas escolas que existiam não acolhiam os filhos dos afro-brasileiros; assim como as demais instituições da sociedade, a escola era reprodutora dos discursos e das práticas discriminatórios contra a população negra, comuns na sociedade. “Os alunos negros enfrentavam vários obstáculos, desde os diretores que dificultavam ou não aceitavam suas matrículas, até os colegas de turmas e professores brancos que os tratavam de forma diferenciada.” (DOMINGUES, 2004, p. 151)

A situação do acesso das crianças negras à educação naqueles anos foi notícia no Jornal *O Clarim da Alvorada*, de 28-9-1930.

Muitos colégios católicos não aceitam como aluno um negro. Outros aceitam-no excepcionalmente. A maioria das nossas instituições de caridade busca milhares de desculpas para não auxiliarem o negro. Raros são os casos em que vemos abrirem-se as portas sem resistência para receber a um deles. (Apud DOMINGUES, 2004, p. 151)

A população negra passou então a buscar de maneira autônoma alternativas para sua inclusão na cidadania da nação. Em 1860, ainda antes da Abolição, o Colégio Perseverança ou Cesarino foi o primeiro colégio feminino fundado em Campinas, criado pelo ex-escravo Antônio Ferreira Cesarino e suas três irmãs, em pleno período escravagista. O Colégio Perseverança cobrava mensalidades das famílias que podiam pagar e mantinham as meninas negras pobres que não teriam acesso à educação em outro lugar. A história do Colégio Cesarino é conhecida na cidade e Antônio Ferreira Cesarino já foi alvo de alguns trabalhos acadêmicos.

A segunda experiência que temos nesse sentido foi então o já citado Colégio São Benedito, que teve origem dentro da Irmandade São Benedito, o curso na história da Irmandade e do próprio Colégio até seu fechamento, é um retrato claro da sociedade naquele momento.

A Irmandade São Benedito iniciou-se com a Construção da Igreja São Benedito, essa construção foi pleiteada e realizada pela iniciativa do Mestre Tito, que era um escravo liberto, conhecido na cidade como curandeiro. Foi ele quem angariou fundos para a construção da Igreja, porém não chegou a vê-la pronta. Quando estava próximo de morrer, Tito de Camargo Andrada, solicitou à Câmara Municipal autorização para ser enterrado nas dependências do prédio da Igreja e teve seu pedido negado.

Já na criação da Irmandade, Mestre Tito havia idealizado a construção de uma casa de educação para os filhos dos homens de cor. No entanto, sua concretização só aconteceu no final do século XIX, com a criação da Sociedade de Instrução São Benedito pelos irmãos da Irmandade.

A criação do Colégio São Benedito acontece em 1902, quando o professor Francisco José de Oliveira chegou à cidade de Campinas e foi convidado pela Irmandade para instalar a escola. O Colégio funcionou até 1936, quando passou então a ser alvo de um processo de litígio. Encontramos na história desta instituição educacional, movimentos de resistência da população negra em busca da educação para os filhos dos homens de cor, utilizando mecanismos disponíveis nos diferentes períodos, ora envolvendo-se com políticos do PRP, ora em movimentos de pleno enfrentamento de denúncia como por exemplo todo o curso do processo de litígio.

A formação da liderança nos diferentes momentos do colégio muito tem a ver com esses posicionamentos. O professor Francisco José de Oliveira, quando chegou a Campinas, encontrou os participantes da Irmandade São Benedito, que almejavam a fundação de uma instituição para educar seus filhos.

Esses homens, Benedito Florêncio, José Benedito de Paula e o próprio Francisco José de Oliveira, encontraram na sociedade campineira um espaço de atuação que era possível naquele momento. Professor Francisco, nasceu no ano de 1881, ainda em vigência do período escravocrata. Embora exista divergência, que apontamos, relacionada ao seu local de nascimento, sabemos que sua formação como professor se deu na Escola Normal no Colégio Eclesiástico de Ouro Preto, e que ele chegou a Campinas em 16 de Julho de 1902, com apenas 21 anos. A formação de normalistas nesse período da história da educação, em Minas Gerais – SP, retrata a presença de crianças negras dentro das escolas; no entanto, isso não significava que houvesse a interação plena desse grupo, ao contrário, era uma escola com a cultura de violência e

desqualificação. Sendo assim, podemos entender que a permanência dessas lideranças à frente da instituição educacional e posteriormente da Federação Paulista dos Homens de Cor, e do jornal *Baluarte*, que foi porta voz do grupo, era um ‘malabarismo’, e para isso, esses homens valeram-se de aproximações políticas com o Partido Republicano Paulista, representados nesse caso, por exemplo Dr. Antônio Alvares Lobo, Deputado Monteiro Lopes, Dr. Heitor Penteado, Bento Quirino que deixou parte de sua herança para a instituição, Deputado Alberto Sarmiento.

Os anos da República Oligárquica foram os anos de funcionamento do Colégio, e a descentralização política, o curral eleitoral. A política dos governadores esteve entrelaçada nas relações do PRP com o Colégio; nas atas de reuniões era explícita a solicitação do Professor Francisco pedindo votos a membros do PRP, e em contra partida, esses mesmos sujeitos, angariaram recursos, bem como defenderam a isenção de impostos necessária para a manutenção da instituição.

Como mencionado, o Colégio ultrapassou as paredes da Irmandade São Benedito, comprou sede própria e também fundou o Centro Literário dos Homens de Cor, que passou a chamar Federação Paulista dos Homens de Cor.

A Federação Paulista dos Homens de Cor e o Colégio dividiram o mesmo espaço físico, a Federação foi um espaço para a entrada de políticos no Colégio, e também um modo de atuação militante dos membros, o próprio livro ata aberto em nome do Colégio São Benedito, em sua primeira reunião no dia 08 de novembro de 1908, tratou apenas de assuntos relacionados à substituição interina do segundo secretário e questões relativas à publicação do periódico *Baluarte*.

Interesses da Federação e do Colégio entrelaçavam-se, pois, na verdade, eram uma coisa só, as discussões nas reuniões iam ao encontro de um interesse comum. O secretário Raimundo Salathiel Pereira, por exemplo, por vezes, questionou o diretor, pedindo posicionamento com relação à quantidade de alunos e saldos em caixa, objetivando que o Colégio tivesse condições de abrir aulas noturnas, e essas aulas eram um dos objetivos transcritos na ata de abertura da Federação.

No primeiro momento estudado, o Colégio atendeu a seus interesses, buscando os recursos disponíveis dentro daquele momento político e social e esteve realmente ligado a membros do PRP, porém suas preocupações com a educação de crianças e adultos negros foi mantida.

Acontece que permeando os interesses também do PRP, o Colégio manteve-se até 1936, quando o professor Francisco José de Oliveira morreu, e iniciou-se a nossa segunda etapa de estudo, que foi a atuação de Benedito Evangelista, defendendo a continuidade do Colégio, através de um processo litigioso de reintegração de posse do Prédio da Rua Moraes Sales, 1088.

Em 1936, as lideranças negras tinham outras características, eram sujeitos que foram alfabetizados muitas vezes por professores militantes, sendo assim, muito menos aptos a subserviência, e ainda homens que deveriam atuar num contexto político econômico agora não mais regionalista, como durante o período do Café com Leite. A partir de 1930, o Brasil, passou por um movimento de centralização na política com a posse de Getúlio Vargas como presidente da República. As lideranças locais e os partidos políticos foram enfraquecidos e até extintos.

Nesse cenário, o professor Francisco veio a óbito, e ele tinha a posse legal do prédio do Colégio. Foi então que o litígio teve início. Segundo a versão de Benedito Evangelista, no dia seguinte à morte do professor, foi fundada a “Associação São Benedito” e essa teria solicitava a posse do prédio e dos bens do Colégio.

Os livros, atas e a análise do processo judicial evidenciam rasuras e alterações que foram base para essa posse, as lideranças negras da época que estavam à frente da Federação Paulista dos Homens de Cor, na representação do Professor Benedito Evangelista, iniciaram um movimento para a reintegração de posse do Colégio que perdurou por mais de cinquenta anos.

Benedito Evangelista dedicou sua vida a essa causa, seus netos descreveram uma vivência de falsas expectativas e indiferença do Estado diante dessa causa da população Negra. Por fim, o Colégio São Benedito teve sua sede derrubada, o terreno foi vendido e o pouco que restou de sua história está emaranhado no Processo de Litígio do Centro de Memórias da Unicamp e em posse da família de Benedito Evangelista, que até hoje aguarda o reconhecimento da luta deste senhor.

A história da Escolarização da População negra em Campinas-SP, nos primeiros anos da República, é o reflexo de uma sociedade estamental, que excluiu a população afro-brasileira de seu direito de inserção à cidadania. Ao término dos interesses do PRP, o Colégio e os seus membros foram deixados à deriva.

Na realização deste trabalho me deparei com diversas questões postas na sociedade contemporânea, a exemplo da luta pela manutenção do espaço, que é dada na Irmandade São Benedito desde de sua constituição representada em Mestre Tito e depois no movimento de compra dirigido por Francisco José de Oliveira e sequencialmente no litígio judicial encaminhados por Benedito Evangelista; Também no condicionamento do espaço de atuação da população negra, fato que perpassou toda trajetória desse trabalho, os chamados “homens de cor” desde suas primeiras ações na Irmandade como sujeitos livres pelas leis abolicionistas, eram cercados pelos ditames da igreja católica, e como mencionado a subserviência não era algo passivo sempre, fato que fez com que o Colégio São Benedito extrapolasse as dependências da sede religiosa. Porém mesmo fora dos laços do catolicismo, Francisco José de Oliveira, manteve relações estreitas com Partido Republicano Paulista, no momento em que esse partido se valeu de artifícios como a formação de currais eleitorais e da “Política de Governadores”. Entendemos que o estreitamento com o PRP Paulista foi também uma estratégia de manutenção no espaço de atuação dos membros do Colégio, e isso fica mais evidenciado a medida que a Política no Brasil passa pela transição do Movimento de 1930 e o espaço do Colégio é perdido poucos anos depois.

O prolongamento do processo judicial litigioso não é apenas a expressão de uma sociedade alicerçada no racismo, mas também espelho de minorias que sempre agiram com descaso para com a população pobre e negra. O golpe do Estado Novo, em 1937, garantiu o poder centralizado ao presidente da república que tratou de eliminar instituições e organizações que não se alinhavam com o seu governo. A luta pela reintegração de posse do Colégio São Benedito inicia nos primeiros anos do Estado Novo, anos que a FNB e outros movimentos negros também foram eliminados.

A história do Colégio do São Benedito é reflexo da sociedade brasileira nos anos que ele existiu e também por todo período que seus membros lutaram para que voltasse a existir, desde sua consolidação até os conflitos que permeiam seu encerramento, podemos vislumbrar uma sociedade de classes, que segrega, limita e se apropria do direito da população negra.

Fontes:

Acervo Colégio São Benedito e Federação Paulista dos Homens de Cor pertencentes a Benedito Evangelista

Jornal Correio Popular, de 06 de abril de 1958

Jornal O Progresso, 1899

Livro de atas do Colégio São Benedito

Processo de reintegração de posse do Colégio São Benedito – Centro de Memória da Unicamp - CMU

Referências

AGUILLAR FILHO, Sidney. Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese de doutorado Unicamp, 2011.

AMARAL, Leopoldo. Campinas Recordações. São Paulo: Seção de Obras D'Estado de São Paulo, 1927.

ANDREWS, George Reid. Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988). Bauru: EDUSC, 1998.

ALBUQUERQUE, W. R. & FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fund. Cultural Palmares, 2006 Disponível: <http://acbantu.org.br/img/Pdfs/livro03.pdf>

BARBOSA, I.M.F. Enfrentando preconceito: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades.1994. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolaridade da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.) História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília, MEC/SECAD, 2005. p. 79-92

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

BENEDETTI, Luiz Roberto. Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade, 1983. Edições Paulinas.

BRITO, Jolumá. História de Campinas. São Paulo: Saraiva, 1956-1967.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp.1994.

CRUZ, Marileia Um abordagem sobre a história da educação dos negros In. ROMÃO, Jeruse. História da Educação do Negro e Outras Histórias. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, 2005

CUNHA, Peres Maria Canellas da. Da senzala à sala de Aula: como o negro chegou a escola. In. OLIVEIRA, Iolanda de [et al.]. Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 1999.

- CUNHA, Perses Maria Canellas da. Educação como forma de resistência. O caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. 2004 Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A Escolarização da População Negra na Cidade de São Paulo nas Primeiras Décadas do Século. In Revista Ande, n14, 1989.
- DOMINGUES, Petrônio. Uma História Não Contada – negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.
- DOMINGUES, Petrônio. A insurgência de Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v.12, n.23, p.100-122, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso: 23/9/2016.
- DOMINGUES, Petrônio. A nova Abolição. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 138, set./dez. 2009 p. 963-994
- DOMINGUES, Petrônio. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. História Social, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 19, p. 109-134, 2010
- DOMINGUES, Petrônio. Federação dos homens de Cor: notas de pesquisa. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2013. Acessado em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCor.pdf.
- ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1985
- FELIX, Marcelino. As práticas político-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937). Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.
- FONSECA, Marcus Vinicius. História da Educação do Negro e outras Histórias. Brasília, SECAD, 2005.
- GOMES, Flávio. “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política no Rio de Janeiro (1888-1889). In: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio(Orgs.). Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. P. 15-44
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000.
- GUIRRO, Leandro A. Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do Getulino e Progresso (1923-1931).FCL- Assis UNESP, 2013. Dissertação de mestrado
- GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.
- IBGE. Monografia Histórica de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952
- JACINTO, Ramatis. O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição 1912-1920. Tese Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo.

- KABENGELE, Daniela do Carmo. A trajetória do “pardo” Antônio Ferreira Cesarino (1808 -1892) e transito das mercês. Tese de doutorado. Unicamp. 2012
- MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888 -1926) Alguns aspectos. Campinas: IFCH/UNICAMP, Dissertação (mestrado em história), 1985.
- MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921) Campinas: Editora Unicamp, 1987.
- MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. Desafios do desenvolvimento, São Paulo: IPEA, n. 70, 2011.p. 34-42. Disponível: www.ipea.gov.br/ Acesso: 12/07/2017
- MATTOS, Regiane Augusto. História e cultura afro-brasileira. São Paulo, Contexto, 2012.
- MENDES, Felipe Landi Ribeiro. Ibicaba revisada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista. Anais do Museu Paulista. São Paulo: Ser. V.25 n°1 p. 301 – 357. Janeiro – Abril, 2017.
- MIRANDA, Rodrigo. Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas – 1923 – 1926). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo, Global e Ação Educativa, 2006
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 93-178.
- NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et. al.]. Memórias da Educação: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999.
- NOMELINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. Mundos do Trabalho, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 143-173, mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p143>. Acesso em: 28 Fev. 2015.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: 1983 . Edições Loyola.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estud. av., São Paulo , v. 13, n. 35, p. 167-198, Apr. 1999
- PEREIRA, José Galdino. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et. al.]. Memórias da Educação: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999. p. 275-312.
- PEREIRA, José Galdino. Os Negros e a Construção de sua Cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 à 1914.

Dissertação (mestrado em educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.). Conhecer Campinas numa perspectiva Histórica. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

PINTO, Ana Flavia. Fortes laços em linhas rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Teses de doutorado, Unicamp.2014

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Irmandades Negras: Outro espaço de luta e resistência (1870/1890). São Paulo: Annablume, 2002

RIBEIRO, A.I.M. A educação feminina durante o século XIX; O Colégio Florence de Campinas (1863-1869). Campinas. Unicamp – Centro de Memória.

RAMOS, Plínio de Abreu: Os partidos e o Estado Novo. Petrópolis: Vozes, 1980 (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>).

RIBEIRO, Maria Luísa S. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe Maria. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.26.

SÊGA. Rafael Augustus e PERESSINOLTO. Renato Monseff: Republicanismo Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: Aproximações e distinções (1873-1930). Guarulhos: Almanack, 2011.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientista, Instituições e Questões Raciais no Brasil 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SIERVI. Maria de Lourdes di. Pão, educação e trabalho: o Orfanato Cristovão Colombo e a educação profissionalizante de crianças na cidade de São Paulo (1895 a 1930).. Dissertação (mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2002

SILVA, Geraldo e ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: Escolas dos movimentos negros, Escolas Profissionais, Técnicas e Tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.) História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília, MEC/SECAD, 2005. p. 65-78

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Associativismo negro: Federação Paulista dos Homens de Cor. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015 p. 1 – 15

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Histórias de vida e militância: associações negras e luta pela cidadania no interior de São Paulo (1890-1940). Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. 2013. p. 4

SOUZA, Rosa Fatima de. Classes Populares e Educação Popular Na Primeira República (Problemas, Valores e Lutas), 1991 – Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. Unicamp.

SOUZA, Rosa Fátima de. O Direito a Educação - Lutas Populares pela educação em Campinas. Editora da Unicamp e Centro de Memória - UNICAMP, 1998

VIANNA, Oliviera. Raça e Assimilação.4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1959.

VILLA, Marcelo. Igreja de São Benedito é Marco da Cultura Negra: pastoral do negro promove missa hoje como parte do Dia da Consciência Negra. Correio Popular, Campinas, 18 nov., 2001.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 6ª ed. – São Paulo: Editora da UNESP, 1999

VIOTTI DA COSTA, Emília A Abolição, 7ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2001.

Sites:

<https://oabcampinas.org.br/nossa-historia-2/>